

Eduardo Pessoa Cavalcante

**A MISERICÓRDIA À LUZ DAS PALAVRAS E GESTOS DO PAPA
FRANCISCO: IMPLICAÇÕES TEOLÓGICO-PASTORAIS**

Dissertação de Mestrado em Teologia

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Rivas

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia
2021

Eduardo Pessoa Cavalcante

**A MISERICÓRDIA À LUZ DAS PALAVRAS E GESTOS DO PAPA
FRANCISCO: IMPLICAÇÕES TEOLÓGICO-PASTORAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia.

Área de Concentração: Teologia da práxis cristã

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Rivas, SJ

Belo Horizonte

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia

C377m	Cavalcante, Eduardo Pessoa A misericórdia à luz das palavras e gestos do Papa Francisco: implicações teológico-pastorais / Eduardo Pessoa Cavalcante. - Belo Horizonte, 2021. 143 p.
	Orientador: Prof. Dr. Eugenio Rivas Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia.
	1. Misericórdia. 2. Povo de Deus. 3. Leigos. 4. Igreja Católica - Governo. 4. Francisco, Papa. I. Rivas, Eugenio. II. Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia. Departamento de Teologia. III. Título.

CDU 25

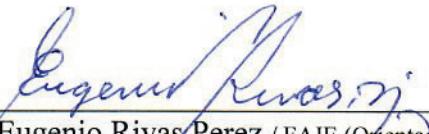
Eduardo Pessoa Cavalcante

**A MISERICÓRDIA À LUZ DAS PALAVRAS E GESTOS DO PAPA
FRANCISCO: IMPLICAÇÕES TEOLÓGICO-PASTORAIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Teologia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof. Dr. Eugenio Rivas Perez / FAJE (Orientador)


Prof. Dr. Washington da Silva Paranhos / FAJE


Prof. Dr. Francisco de Aquino Júnior / UNICAP Minas (Visitante)

Dedico esta pesquisa à minha filha Sofia (*in memoriam*),
com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus que, desde criança, desperta em mim o desejo de buscá-Lo e amá-Lo.

À minha querida esposa Ana Patrícia, cujo apoio e compreensão foram fundamentais nesta jornada.

Ao saudoso Pe. João Carlos Isoardi (*in memoriam*), Salesiano de Dom Bosco (SDB), verdadeiro pai espiritual, grande exemplo de vida e incentivador dos meus estudos teológicos.

À minha avó Raimunda Dutra Pessoa (*in memoriam*), por exercer um papel fundamental na transmissão e construção de minha fé.

À toda minha família e amigos, cujo percurso de vida trilhamos juntos.

Ao meu orientador e professor, Pe. Eugenio Rivas, SJ, pela orientação clara, segura, e com profundo senso de abertura intelectual.

Ao professor Pe. Luis Herrera Rodríguez, SJ, pela orientação nos primeiros passos desta pesquisa.

A todos os professores do programa de mestrado em Teologia da Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia (FAJE), cujos ensinamentos e momentos de convivência levarei sempre comigo.

“A arquitrave que suporta a vida da Igreja é a misericórdia. Toda a sua ação pastoral deveria estar envolvida pela ternura com que se dirige aos crentes; no anúncio e testemunho que oferece ao mundo, nada pode ser desprovido de misericórdia. A credibilidade da Igreja passa pela estrada do amor misericordioso e compassivo” (Papa Francisco, *Misericordiae Vultus* 10).

RESUMO

Esta dissertação busca demonstrar como o tema da misericórdia, à luz das palavras e gestos do papa Francisco, constitui uma das principais chaves hermenêuticas para entender o seu pensamento, o seu pontificado, bem como as implicações daí decorrentes para a vida da Igreja. Trata-se de um estudo teórico, de natureza bibliográfica, em que foram analisados documentos e discursos do papa Francisco, documentos da igreja, com ênfase em documentos conciliares, e obras de variados autores, especialmente nos campos da teologia pastoral e da teologia da missão (missiologia). Todas as leituras tiveram como pano de fundo a misericórdia, seja de forma direta ou indireta, em seus variados contextos, e como foco especial de nosso olhar as palavras e gestos de Francisco. Demonstrou que a temática da misericórdia se revela como referência fundamental no ministério apostólico do papa Francisco. Enfatizou que a Igreja da misericórdia é aquela que se faz pobre e para os pobres. Assim, assume a opção pelos pobres como um imperativo cristão, parte inerente de sua missão, ainda que, nesse percurso, possam surgir obstáculos, abordados como descaminhos.

PALAVRAS-CHAVE: Papa Francisco. Misericórdia. Povo de Deus. Igreja da misericórdia. Clericalismo. Leigos.

ABSTRACT

This dissertation seeks to demonstrate how the theme of mercy, in light of the gestures and words of Pope Francis, constitutes one of the main hermeneutical keys to understand his thought, his pontificate, as well as the implications arising therefrom for the life of the Church. This is a theoretical study, of a bibliographical nature, in which documents and speeches of pope Francis, church documents, with an emphasis on conciliar documents, and works of various authors, especially in the fields of pastoral/practical theology and mission theology (missiology), were analyzed. All the readings had mercy as a background, either directly or indirectly, in its various contexts, and Francis' gestures and words were the special focus of our gaze. It demonstrated that the theme of mercy is revealed as a fundamental reference in the apostolic ministry of pope Francis. It emphasized that the Church of Mercy is the one that makes itself poor and for the poor. Thus, it assumes the option for the poor as a christian imperative, an inherent part of its mission, even though, along the way, obstacles may arise, approached as missteps.

KEYWORDS: Pope Francis. Mercy. People of God. Church of Mercy. Clericalism. Lay people.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A MISERICÓRDIA COMO UMA DAS PRINCIPAIS CHAVES	
HERMENÊUTICAS DO PONTIFICADO DE FRANCISCO	15
1.1 Francisco e a centralidade da misericórdia.....	17
1.1.1 Entendendo a misericórdia.....	20
1.1.2 Pela graça do encontro misericordioso de Deus: primeira chave de leitura sobre a misericórdia em Francisco.....	26
1.1.3 Pelo nosso agir misericordioso: segunda chave de leitura para entender a misericórdia em Francisco.....	36
1.2 Misericórdia e sofrimento.....	45
1.2.1 Reflexões sobre o abandono.....	47
1.2.2 O abandono como agonia, silêncio de Deus.....	48
1.2.3 O abandono que se faz sede.....	50
1.2.4 O abandono como profissão de fé.....	52
2 POR UMA IGREJA DA MISERICÓRDIA.....	55
2.1 Por uma Igreja misericordiosa pobre e para os pobres	56
2.1.1 A opção pelos pobres como imperativo cristão.....	71
2.1.2 A Igreja dos pobres deve ser pobre ela mesma.....	79
3 DESCAMINHOS DA IGREJA.....	88
3.1 Clericalismo como atitude anti-misericórdia.....	89
3.1.1 Freios e contrapesos.....	105
3.2 Por uma Igreja toda ministerial: pela emancipação dos leigos.....	107
CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Há sempre uma razão ou razões para a escolha de um tema de pesquisa. Nesta perspectiva, podemos até dizer que as temáticas nos escolhem, pelo sentido que a elas atribuímos, pela atração que sobre nós exercem, seja nos instigando, nos intrigando, nos preocupando, enfim, de algum modo nos mobilizando. Conosco, é claro, não foi diferente. A temática chegou até nós com forte apelo. Importa, pois, deixar claro de onde partimos e quais as motivações que nos levaram a escolher o tema desta nossa dissertação. Acreditamos que essas informações ajudarão a contextualizar o nosso trabalho, ressaltando a jornada acadêmica como atividade impregnada de sentido e particular significado em nosso processo de humanização.

Sou¹ um cristão leigo, casado, e exerço serviços pastorais há muitos anos. Vale ressaltar, também, que bebi da educação salesiana e, como ex-aluno de Dom Bosco, igualmente desempenho atividades pastorais junto à Família Salesiana. Nessa caminhada tivemos – minha esposa e eu – uma perda muito grande: o falecimento de nossa filha com apenas sete dias de vida (em 2014), cujo batismo eu mesmo ministrei no hospital. Assim, fomos tomados de assalto por muitos questionamentos, dúvidas, perplexidade e a temática da misericórdia impregnou nossas reflexões. Afinal, estas são sempre impactadas pelas nossas experiências de vida e a nossa caminhada de fé. Toda teologia parte da vida e, em última análise, à vida se dirige.

Mesmo em meio ao sofrimento, uma convicção interior nos fortalecia: Deus é misericórdia. E sendo Deus misericórdia, é por ela que os seus seguidores e a sua Igreja deveriam ser reconhecidos. Se não o somos, é um sinal de que não estamos sendo fiéis a Jesus Cristo. Em meio a essas questões, crescia em nós o interesse pela temática da misericórdia. Sentimos necessidade de aprofundar a reflexão acerca do tema, e seu impacto na vida da Igreja. Da mesma forma, fomos interpelados a refletir sobre algumas atitudes que poderiam conduzi-la por caminhos outros que não os da misericórdia, que denominamos de descaminhos.

Entretanto, uma outra motivação se aderiu à nossa convicção sobre ser Deus Ele mesmo misericórdia. Com o início do pontificado do papa Francisco, vislumbramos uma nova fase na Igreja, em que a misericórdia deixou de ser vista – e apresentada - como um mero sentimento, e

¹ Neste primeiro momento, como iremos expor questões bastante pessoais, optamos por redigir na primeira pessoal do singular. Após esta parte inicial, passaremos a escrever na terceira pessoa do plural, tal como já estamos fazendo nesta nota de rodapé.

passou a ser proclamada como ponto central em seu ministério. Ela – a misericórdia – seria o filtro pelo qual passaria a nossa pastoral, a maneira como interpretamos a doutrina e, principalmente, como tratamos os nossos irmãos. Nossa motivação se completava.

Propusemo-nos, pois, a materializar, sistematicamente, a centralidade da misericórdia à luz das palavras e gestos do papa Francisco, para o que formulamos os seguintes objetivos:

Geral: demonstrar que o tema da misericórdia, à luz das palavras e gestos do papa Francisco, constitui uma das principais chaves hermenêuticas para entender o seu pensamento, pontificado e implicações para a vida da Igreja.

Específicos:

1. Discorrer acerca da misericórdia, à luz do magistério de Francisco, em diálogo com a Sagrada Escritura, documentos da Igreja e reflexões de outros autores.
2. Demonstrar como a misericórdia se tornou central no pontificado de Francisco e uma das principais chaves hermenêuticas de seu pontificado.
3. Refletir sobre o que seria uma Igreja da misericórdia.
4. Expor os possíveis descaminhos da Igreja quando se desvia da rota da misericórdia.

Por conseguinte, buscamos respostas às seguintes questões:

- a) Como reconhecemos a centralidade da misericórdia em Francisco e, portanto, uma das principais chaves de leitura de seu pontificado?
- b) Como podemos entender a misericórdia em si e conciliá-la com o sofrimento?
- c) O que poderia ser considerado como uma Igreja da misericórdia?
- d) O que se revela como obstáculo à vivência de uma Igreja misericordiosa? O que tem servido como descaminho, afastando-a de agir de acordo com o imperativo da misericórdia?

Para alcançar os nossos objetivos, e tendo sempre presente as questões norteadoras acima expostas, realizamos um trabalho teórico, de natureza bibliográfica, em que nos debruçamos sobre documentos e discursos do papa Francisco; documentos da Igreja, com ênfase em documentos conciliares; e obras de variados autores, especialmente nos campos da teologia pastoral e da teologia da missão (missiologia), sempre iluminados pela Sagrada Escritura. Buscamos autores que, para além de expor o que seria a Igreja, refletissem sobre o como ser Igreja. Todas as leituras tiveram como pano de fundo a misericórdia, seja de forma direta ou indireta, em seus variados contextos, e como foco especial de nosso olhar as palavras e gestos de Francisco.

Procuramos, primeiramente, fazer uma leitura comprehensiva do material selecionado, cuja exploração nos possibilitou a organização do texto, identificando pontos relevantes, sempre em busca de sentidos mais amplos em torno da questão da misericórdia e com vistas à elaboração de sínteses interpretativas.

Com esses recursos, elaboramos um texto dividido em três capítulos, com suas subdivisões. Cada um desses capítulos funciona como uma parada de trem em nossa jornada, cujos trilhos representam a misericórdia. Chegamos, portanto, em três estações ou capítulos:

1. A misericórdia como uma das principais chaves hermenêuticas do pontificado do papa Francisco.

Iniciamos refletindo sobre a centralidade da misericórdia em Francisco. Antes de prosseguirmos em nossa jornada, porém, abrimos um espaço em nossa viagem para analisar sobre os possíveis significados da misericórdia.

Na sequência, procuramos demonstrar a possibilidade de utilização de duas chaves de leitura da misericórdia em Francisco: pela graça do encontro misericordioso; pelo nosso agir misericordioso.

Em seguida, desenvolvemos o nosso pensamento sobre a misericórdia e o sofrimento, tendo o aparente abandono de Deus como referência. Também aí auscultamos o que Francisco tinha a nos dizer.

2. Por uma Igreja da misericórdia.

Nessa estação expusemos – sempre de maneira dialógica – o que seria uma Igreja da misericórdia. Para nós, ela seria pobre e para os pobres. Desse modo, dividimos o nosso pensamento em dois subcapítulos ou subestações: a opção pelos pobres como imperativo cristão; a Igreja dos pobres deve ser pobre ela mesma.

3. Descaminhos da Igreja.

A Igreja não se encontra fora do mundo e da história. Portanto, não está imune a tentações, quedas e incoerências. Neste capítulo objetivamos elencar dois elementos que atuam contra uma Igreja da misericórdia: clericalismo como atitude anti-misericórdia, em que tratamos a questão do poder, do serviço e de mecanismos de prestação de contas na estrutura eclesial; e por uma Igreja toda ministerial, em que problematizamos aquilo que chamamos de emancipação dos leigos. Neste ponto, a nossa reflexão girou em torno da identidade e missão dos leigos à luz da própria missão da Igreja no mundo, com o reconhecimento de que o povo de Deus tem como característica a

igualdade de todos, sem diferenciação de classes ou categorias. Analisamos, pois, a realidade atual, e como Francisco tem se manifestado sobre o papel dos leigos na Igreja.

Ao leitor ou leitora, desejamos uma boa viagem.

1 A MISERICÓRDIA COMO UMA DAS PRINCIPAIS CHAVES HERMENÉUTICAS DO PONTIFICADO DE FRANCISCO

Discorrer sobre a misericórdia na perspectiva do pontificado do papa Francisco significa voltar os olhos para um tema que deve ser central para qualquer reflexão teológica, para a vida de fé de todos os discípulos missionários², e para a Igreja. Não se trata, pois, de um mero sentimento frente à dor e sofrimento alheios. A misericórdia espelha a Trindade manifestada na vida de Jesus Cristo, guiado pelo Espírito e enviado do Pai. Em seu ato criador³, Deus expande o seu amor. Trata-se de um amor que não se contém, mas se alarga, sai de si mesmo e gera vida⁴.

Já no início da criação, o Deus onisciente sabia que o ser humano seria capaz de buscá-lo e amá-lo, mas que também poderia, por ter sido criado livre, virar as costas a esse amor misericordioso. O mistério da criação reflete, pois, o mistério de sua misericórdia. Por isso, compreendemos que “a partir da fé pode-se dizer que a misericórdia existe porque o mistério divino é misericórdia. E se pode afirmar a natureza misericordiosa de Deus porque se descobre a misericórdia como condição para a vida no mundo”⁵. Deus cria por amor, e esse amor se expressa concretamente em sua misericórdia. A história da criação é desde o início história da misericórdia e, por conseguinte, história da salvação. João nos fala que no início estava o Verbo e o Verbo era Deus (Jo 1,1). Bem poderíamos dizer que no início estava a misericórdia e a misericórdia é Deus.

A misericórdia não é simplesmente *um dos* atributos de Deus. Ela é *o seu principal* atributo, sendo aquele que “ocupa o primeiro lugar na autorrevelação de Deus na história da salvação”⁶. Neste sentido, “a misericórdia que Deus revela nasce do profundo conhecimento que ele tem de todos nós: ‘sabe como fomos plasmados’”⁷. Proclamamos, portanto, que “Deus é rico em misericórdia” (Ef 2,4), e assim se revela concretamente. Nessa perspectiva é que Francisco destaca que:

² O Documento de Aparecida utiliza o termo discípulos missionários, bem como discípulos *e* missionários. Já na *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco usa discípulos missionários. Ademais, pede que não sigamos dizendo discípulos *e* missionários, mas sempre que somos *discípulos missionários* (*Evangelii Gaudium* 120).

³ Cumpre observar que o ato criador de Deus se prolonga no tempo. Ele está continuamente criando.

⁴ Interessante pensar na teoria do *big bang* como essa explosão de luz, de energia, de amor, que envolve o cosmos e será geradora de vida.

⁵ HAMMES, 2016, p. 72.

⁶ KASPER, 2015a, p. 114.

⁷ FISICHELLA, 2006, p. 112.

Em suma, a misericórdia de Deus não é uma ideia abstrata, mas uma realidade concreta, pela qual Ele revela o seu amor como o de um pai e de uma mãe que se comovem pelo próprio filho até o íntimo das suas vísceras. É verdadeiramente caso para dizer que se trata de um amor “visceral”. Provém do íntimo como um sentimento profundo, natural, feito de ternura e compaixão, de indulgência e perdão (*Misericordiae vultus* 6).

Não obstante, apesar da centralidade da misericórdia, observamos que, ao longo dos anos, ela tem sido deixada um pouco de lado nos estudos e manuais teológicos⁸. É usualmente mencionada como um dos atributos de Deus, e que devemos praticar obras de misericórdia, mas sem maiores aprofundamentos. Se ficarmos numa análise superficial, ou por demais incompleta, da misericórdia, corremos o risco de cair numa espécie de abstração com pouca repercussão para a vida da Igreja e dos cristãos⁹. Isso seria subestimar o conteúdo da misericórdia. Ademais, toda teologia cristã genuína deve beber na fonte da misericórdia. Por isso, “não basta que a Igreja encha a boca com a palavra ‘misericórdia’; é necessário trabalhar bem, levar a verdade à prática (cf. Jo 3,21). [...] Daí que a sua mensagem se deva repercutir na sua prática concreta e numa cultura da misericórdia em toda a sua vida”¹⁰.

No entanto, desde que Francisco foi escolhido como papa, esse panorama se modificou, sendo a misericórdia um tema central e proeminente em seu ministério. Aliás, esse “é mesmo o seu jeito de compreender o ser de Deus e o existir cristão, de tal forma que a misericórdia é como um distintivo de quem professa sua fé em Jesus Cristo”¹¹. Por essa razão, Francisco nos assevera que “somos chamados a fazer crescer uma cultura da misericórdia, com base na redescoberta do encontro com os outros: uma cultura na qual ninguém olhe para o outro com indiferença, nem vire a cara quando vê o sofrimento dos irmãos” (*Misericordia et Misera* 20).

Esse é contexto em que, neste capítulo, construiremos a nossa reflexão em torno dos seguintes aspectos: Francisco e a centralidade da misericórdia, em que falaremos sobre a misericórdia em si, bem como duas chaves hermenêuticas para entender a misericórdia em Francisco; e, por fim, sobre a relação entre misericórdia e sofrimento.

⁸ Cumpre observar que a segunda encíclica escrita por João Paulo II, em 1980, versou sobre a misericórdia: *Dives in Misericordia*. Ademais, vale mencionar a encíclica *Deus Caritas Est*, de Bento XVI, em 2005, sobre o amor, que está intimamente ligado à misericórdia. Contudo, nos estudos teológicos e nos manuais em geral, o tema não foi tão desenvolvido, salvo algumas exceções. Neste sentido, é merecedora de nota a teologia de Jon Sobrino sobre a misericórdia consubstanciada na obra *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*. E, em época mais recente, as reflexões de Walter Kasper sobre o tema em seu livro *A misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*.

⁹ Na verdade, a misericórdia alcança a todos e a tudo: cristãos, não cristãos, ateus e o conjunto da criação.

¹⁰ KASPER, 2015a, p. 204-205.

¹¹ MANZATTO, 2019, p. 43.

1.1 Francisco e a centralidade da misericórdia

Com a eleição de Jorge Mario Bergoglio, em 13 de março de 2013, temos experimentado um novo impulso no que se refere à importância da misericórdia para a vida dos fiéis e da Igreja enquanto instituição:

Para o papa Francisco, no centro do Evangelho está a mensagem da misericórdia. Já ao ser ordenado bispo, escolheu como lema episcopal, segundo a Beda o Venerável (último terço do século VII e primeiro do século VIII), as palavras: *Miserando atque elegendo* (olhando-me com misericórdia, escolheu-me). E agora a misericórdia tem se convertido em uma palavra chave de seu pontificado¹².

Essa retomada da misericórdia se deu justamente com a escolha de um papa Argentino, de uma das periferias do mundo, do continente latino-americano tão marcado por esperanças, injustiças e contradições. Região que, especialmente após o Concílio Vaticano II, desenvolveu uma linha de reflexão teológica profunda e original, particularmente em sua construção teórica – fincada na práxis - em torno da opção preferencial pelos pobres¹³. Mas o local de nascimento e residência não necessariamente espelham a maneira de ser. No caso de Francisco, podemos dizer que ele, como bispo de Buenos Aires, afeito a viver com modéstia¹⁴, sem luxos e opulências, mostrou-se profundamente identificado com a sofrida realidade do povo, o que nem sempre estamos habituados a presenciar. Assim,

Bergoglio não foi o tipo de bispo a que o clero estava acostumado. Ele era não-clerical, franco, humilde, austero e efetivo. Ele sempre tinha tempo para dar aos fiéis e aos seus pastores, e estava sempre disponível. Ele não tinha secretária(o), era facilmente alcançado pelo telefone depois de sua oração matinal (ele acordava às quatro da manhã e podia ser alcançado após às seis da manhã) e, se não pudesse atender, ligaria após algumas horas¹⁵.

¹² *Para el papa Francisco, el centro del Evangelio lo ocupa el mensaje de la misericordia. Ya al ser ordenado obispo, eligió como lema episcopal, siguiendo a Beda el Venerable (último tercio del siglo VII y primero del siglo VIII), las palabras: Miserando atque elegendo (mirándome com misericordia, me eligió). Y ahora la misericordia se ha convertido em uma palavra clave de su pontificado* (KASPER, 2015b, p. 53).

¹³ A originalidade não está no ineditismo de uma teologia com um olhar preferencial para os pobres. Tal se extrai do próprio Evangelho, da vida e pregação de Jesus, e das primeiras comunidades. A originalidade está em partir de uma região do mundo, a América Latina, que possibilita a Francisco enfatizar a realidade de pobreza e injustiça de seus povos, tornando-a não só um elemento de sua caminhada, mas, diríamos, sinal característico de sua identidade como Igreja incultrada.

¹⁴ Este é um aspecto merecedor de destaque: a vida modesta e austera de Bergoglio. É diferente de defender os pobres – de todos os matizes – e suas causas, mas viver uma vida cheia de luxos e privilégios.

¹⁵ *Bergoglio was not the kind of Bishop the clergy were used to. He was un-clerical, straightforward, humble, austere, and effective. He had endless time to give the faithful and their pastors, and was always available. He had no secretary,*

Aliás, Francisco, quando bispo, mostrou-se bastante próximo dos pobres, especialmente daqueles que moravam nas chamadas *villas* ou *villas miseria*, e se locomovia, ordinariamente, utilizando o metrô, o ônibus ou mesmo a pé¹⁶. E fazia questão de orientar o clero para que cultivasse a misericórdia e a abertura para com os menos favorecidos:

Os padres mais novos tinham um sincero afeto pelo seu arcebispo. Ele lhes recomendava serem misericordiosos, corajosos e terem as portas abertas para o povo. Comprometido com as questões sociais, o arcebispo Bergoglio apoiava os chamados padres *villeros* (sacerdotes que trabalham nas *villas miséria*, as favelas da Argentina). Ele não queria simplesmente que os padres visitassem as favelas. Ele queria que os padres vivessem lá, compartilhando a vida das pessoas, para que pudessem entender o que significa o Evangelho para elas¹⁷.

Ademais, outro detalhe merece ser destacado: esse primeiro papa latino-americano escolheu Francisco como seu nome papal. Não se trata de uma escolha aleatória ou meramente sentimental. O nome escolhido por um papa geralmente antecipa a sua visão de Igreja, a sua linha pastoral, fornecendo pistas de como pretende conduzir o seu pontificado. No caso,

o nome Francisco segue essa linha. Imediatamente se vê que o papa veio do sul do mundo, onde imperam a pobreza e a injustiça, o desejo de identificar-se com a figura gigantesca e inspiradora de Francisco de Assis, o *poverello* que amou a pobreza como dama e noiva e serviu os pobres como seus irmãos mais queridos¹⁸.

Recordemos, igualmente, a voz que São Francisco ouviu como se viesse de um crucifixo na Igreja de São Damião, em Assis: “Francisco, vai e reconstrói a minha Igreja, que está em ruínas”. Cumpre perceber que reconstruir não é o mesmo que reformar; aproxima-se mais de renovar, isto é, novamente fazer novo. Remete-nos a uma mudança mais radical, tal como vemos na Sagrada Escritura: “Eis que eu faço nova todas as coisas” (Ap 21,5). Esse acontecimento da vida de São Francisco não deve passar ao largo: o nome escolhido por si só nos indica renovação e conversão. Renovação que, na época da escolha de Francisco, mas também no presente, está inserida num panorama de grande turbulência na vida da Igreja:

Já se sabe que o Papa Francisco foi escolhido em um contexto de grave crise na Igreja, envolvendo de modo direto e visível a Cúria Romana. Tratava-se de uma crise sem

was easily reached on the telephone after his morning prayer (he woke at 4:00 a.m. and could be reached after 6:00 a.m.), and if unable to answer would call back within a couple of hours (IVEREIGH, 2015, p. 224).

¹⁶ IVEREIGH, 2015, p. 224-225.

¹⁷ GONZÁLEZ-QUEVEDO, 2015, p. 56-57.

¹⁸ BINGEMER, 2018, p. 241.

precedentes que colocava em risco a legitimidade do governo central. É, de fato, impossível entender o propósito renovador e o próprio perfil do papa – sua personalidade e seu ministério – sem essa crise que o gerou politicamente¹⁹.

Bergoglio quis ser chamado por alguém que se fez pobre e amou os pobres, vivendo a misericórdia; alguém que enxergou na criação a manifestação do amor de Deus, e por isso a respeitou e valorizou; alguém que abriu mão de ser o superior até mesmo de seu grupo; alguém que se fez pequeno para que o Evangelho se tornasse grande; alguém que se pôs em saída, semseguranças. São Francisco influenciou a Igreja e, ainda hoje, a influencia. A proposta de São Francisco é singela: viver o Evangelho na simplicidade, na pobreza. Não é nova. É a mesma de Jesus. No centro está o amor, que se expressa pela misericórdia. Isso diz muito da pessoa que foi São Francisco de Assis. Isso diz muito da pessoa que é o papa Francisco.

Talvez por isso, poucos dias após a sua eleição, em sua primeira missa com o povo, em 17 de março de 2013, na Igreja de Santa Ana, dentro dos muros do Vaticano, Francisco proferiu algumas palavras que, já naquele dia, indicariam que a misericórdia seria um tema central de seu pontificado: “Ora, a mensagem de Jesus é sempre a mesma: a misericórdia. A meu ver – humildemente o afirmo –, é a mensagem mais forte do Senhor: a misericórdia”²⁰.

Vê-se, vale reforçar, que Francisco inaugura a sua caminhada com o povo chamando a atenção para aquela que seria a mensagem mais forte do Senhor: a misericórdia. Essa missa se deu dentro dos muros do Vaticano. Para quem conhece a igreja de Santa Ana no Vaticano, sabe que ela está localizada muito próxima a um dos portões de entrada/saída do Estado pontifício. Está numa zona de fronteira. Os de dentro do Vaticano veem quem está fora, ou talvez sejam os de fora que tenham a capacidade de melhor enxergar os de dentro, dependendo da perspectiva. Há muitos *de fora* com uma visão mais clara do que aqueles que estão *dentro*. Há muitos *de fora* que precederão os que se consideram *de dentro* (Mt 21,31). De maneira similar, consideramos que a misericórdia não se contenta em permanecer limitada por muros. É dom para a Igreja e para a humanidade. É mensagem que se faz prática de amor, inclusão e partilha. Por essa razão, “a prática da misericórdia

¹⁹ PASSOS, 2019, p. 34.

²⁰ FRANCISCO, Papa. *Homilia proferida na Igreja de Santa Ana, Roma/IT, em 17 de março de 2013*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130317_omelia-santa-anna.html. Acesso em 13/02/2021.

é essencialmente a prática da humanidade. De Deus recebemos a força para praticar essa humanidade e através Dele vemos que todos somos semelhantes e, portanto, irmãos e irmãs”²¹.

Francisco nos diz que este é o tempo da misericórdia (*Misericordia et Misera* 21). Não obstante, paradoxalmente, parece que vivemos um período de *déficit de misericórdia* no mundo de hoje. A sociedade global, ao mesmo tempo em que evolui enormemente na ciência, nas grandes invenções e na técnica em todos os campos do conhecimento, mostra-se, em muitos aspectos, perdida, necessitada de sentido. Esse sentido, acreditamos, pode ser alcançado com a força curadora e transformadora da misericórdia. Constatamos, pois, que “a humanidade em nós precisa ser abraçada sempre, mas com muito mais razão quando está ferida, quando ela se sente como se estivesse leprosa, diminuída, sufocada pela exclusão e o estigma, feita em cacos sem saber como reconstruir-se, isolada, como uma ilha de dor”²².

Podemos dizer que Francisco está a convocar a todos para uma conversão à misericórdia. Por todos entendamos não apenas as pessoas individualmente, mas a Igreja-instituição. Antes, porém, de continuarmos a nossa reflexão sobre a misericórdia em Francisco, é mister situarmos a nossa análise, discorrendo sobre a misericórdia em si.

1.1.1 Entendendo a misericórdia

Inicialmente iremos expor os termos que se referem à misericórdia na Bíblia, em suas línguas originais. Não se trata de um estudo linguístico minucioso, que foge dos nossos objetivos, e sim de traçar um panorama sobre os significados da misericórdia e seus correspondentes, sem necessariamente apontar em quais perícopes se encontram. Nesta reflexão, para nós, é mais importante pensarmos a misericórdia, a sua essência, no contexto da caminhada do povo de Deus e da humanidade como um todo.

Duas palavras na Sagrada Escritura são fundamentais na definição de misericórdia: *rachamim* e *hesed*.

O termo *rachamim* é utilizado no Antigo Testamento tanto para designar compaixão como misericórdia. É derivada da palavra *rechem*, que se refere ao seio materno. Igualmente pode

²¹ *La práctica de la misericordia es esencialmente la práctica de la humanidad. De Dios recibimos la fuerza para practicar esa humanidad y a través de él vemos que todos somos semejantes y por lo tanto Hermanos y Hermanas* (AUGUSTIN, 2016, p. 49).

²² MENDONÇA, 2018, p. 139.

designar as entranhas de uma pessoa. Desta forma, “tanto no Antigo como no Novo Testamento, estas são tidas como a sede dos sentimentos. As entranhas (*splánchna*) simbolizam, também no Novo Testamento, a misericórdia que brota do coração”²³.

Por sua vez, “*hesed* indica uma atitude profunda de bondade, de fidelidade; quando *hesed* se refere ao Senhor implica sempre a relação de aliança que Deus faz com o seu povo, a misericórdia de um Deus fiel que faz aliança²⁴”. Kasper, ao falar sobre *hesed*, ainda indica, como possíveis significados, favor imerecido, afabilidade, benevolência, fazendo referência à misericórdia e à graça divinas. Tais conceitos, quando aplicados a Deus, expressam um dom sem merecimento e inesperado que vai além de qualquer relação de mútua fidelidade²⁵. Neste sentido, o vocábulo *hesed* é fundamental para o entendimento da misericórdia.

Já os termos gregos oriundos da Septuaginta, traduzem as palavras hebraicas da seguinte forma: *éleos*, significando íntima compaixão que uma pessoa sente frente a outra que sofre de um mal qualquer, seja físico ou psíquico; *oiktirmós*, que expressa a maneira como alguém se compadece diante dos sofrimentos do próximo; *splánchna*, que acentua a sede dos sentimentos que envolvem a compaixão, referindo-se, particularmente, à víscera e ao coração; *charis*, que acaba por unir ou sintetizar todos os demais termos, sendo a *graça*, no sentido de *gratuidade*, na vida de quem demonstra a ajuda e o socorro pelos necessitados e sofredores²⁶.

Além dessas definições, há que observar que a palavra misericórdia, em língua portuguesa, deriva do latim que, originalmente, significa “ter o coração (*cors*) com os pobres (*miseri*). [...] Neste sentido humano genérico, a misericórdia denota a atitude de quem transcende o egoísmo e o egocentrismo e não tem o coração centrado em si mesmo, mas centrado nos outros, em especial nos pobres e nos afligidos por todo tipo de miséria”²⁷. Diríamos, desta forma, que o termo latino referente à misericórdia – um coração voltado aos pobres/miseráveis – antecipa e explicita algo que marcará a missão de Jesus e de seus discípulos: a predileção pelos pobres, pecadores e sofredores de todos os matizes. São os vulneráveis, os excluídos, os descartáveis, os preferidos de Deus:

²³ KASPER, 2015a, p. 60.

²⁴ “*Hesed*” indica una actitud profunda de bondad, de fidelidad; cuando “*Hesed*” se refiere al Señor implica siempre la relación de alianza que Dios hace con su Pueblo, la misericordia de un Dios que hace alianza. (VALLARINO, p. 19, 2015).

²⁵ KASPER, 2015a, p. 62.

²⁶ FERNANDES, 2016, p. 22-23.

²⁷ KASPER, 2015a, p. 36.

[...] o nosso Deus é parcial: ama a todos, mas volta-se primariamente aos mais vulneráveis, aos descartados. Jesus olha para as periferias do mundo, e sabe o que significa o sofrimento de uma vida dura e cheia de restrições, pois assim viveu. Conhece as consequências de uma sociedade injusta e excludente²⁸.

Os vocábulos utilizados na Bíblia para expressar a misericórdia, a sua extensão e alcance, fazem-se sentir na própria história da salvação. Afinal, “Deus não consegue falar-nos permanecendo fora, numa espécie de indiferença, com relação à nossa vida e à nossa experiência. Ele só consegue falar-nos a partir de dentro da história e da vida de cada um de nós”²⁹. Conforme vimos, desde a criação o nosso Deus-Trindade se apresenta ao ser humano como sendo, Ele mesmo, misericórdia, inicialmente dando-lhe a vida, à sua imagem e semelhança, e o colocando como guardião ou zelador da criação (Gn 1,27-30). A partir daí seguirá a jornada histórica da misericórdia divina em tudo: o ser humano desobedece, mas o Senhor não desiste. Ainda no início do livro do Gênesis é sintomático observar a atitude de Deus perante o assassinato de Abel por seu irmão Caim: o Senhor não simplesmente ignora o pecado. Ao contrário, condena-o com veemência, mas a sua misericórdia poupa a vida de Caim, sem, porém, deixar de lhe aplicar uma punição (Gn 4, 8-16). Nesta perspectiva, permitimo-nos pensar que Caim vive para ter a chance de se arrepender e se converter. A justiça de Deus, em última análise, sempre visa a salvação³⁰.

A Sagrada Escritura nos relata histórias demasiadamente humanas, em que Deus não se manifesta unicamente pelo seu poder, mas principalmente por sua insistência em amar o ser humano. Mesmo que sejamos infiéis – e o somos tantas vezes – o Senhor é sempre fiel (2Tm 2,13). Com efeito, “Deus é um mistério de misericórdia. É *rahum*, bem-amado, misericordioso. Tem “entranhas de misericórdia” (*rahamim*). Dessa forma, a misericórdia é o ser de Deus, sua maneira de ver o mundo, sua reação diante de seus filhos”³¹. Destarte, somos levados a reconhecer que, “na economia salvífica, Deus se expõe como amor pré-concebível, como o anterior em relação a todo refletir posterior, como o, em última análise, impensável; e na história da salvação ele expõe o amor como sua essência – como o seu modo de vida, de sua vividez”³².

²⁸ CAVALCANTE, 2019b, p. 217.

²⁹ TAVARES, 2007, p. 21.

³⁰ São apenas alguns exemplos dentre muitos outros que poderíamos mencionar. Julgamos, por ora, suficientes para ilustrar que a misericórdia nos acompanha desde o início dos tempos.

³¹ PAGOLA, 2020, p. 193.

³² WERBICK, 2001, p. 459.

Não ter apenas uma forma para se expressar a misericórdia divina é providencial, pois sobre ela só podemos entender parcialmente. A misericórdia divina ultrapassa e transcende a nossa lógica humana. Nesta perspectiva, é mistério e se assemelha à compreensão da própria Revelação que “progride, tal como a história, porque aquele que se revela quer fazer a felicidade do outro. Assim, a revelação é salvação e a salvação é revelação. Quanto mais Deus se revela, mais se dá, mais ele salva³³”. A misericórdia é dado da Revelação que se dá a conhecer à medida que nos abrimos ao amor de Deus, aos irmãos, e ao conjunto da criação.

Nessa jornada histórica da misericórdia, o ápice para onde tudo converge é Jesus. Ele é a misericórdia encarnada. Assim, fazendo uso dos ensinamentos de João Paulo II, compreendemos que “Cristo atribui a toda tradição do Antigo Testamento, quanto à misericórdia divina, um significado definitivo. Não somente fala dela e a explica com o uso de comparações e de parábolas, mas sobretudo ele próprio a encarna e personifica. Ele próprio é, em certo sentido, a misericórdia” (*Divis in Misericordiae 2*). Suas palavras e gestos são todos salvíficos e, neste sentido, expressam a misericórdia redentora de Deus. Em Jesus, os diversos termos da Sagrada Escritura relativos à misericórdia ganham vida por meio de sua própria existência. Observamos, portanto, que a “sua vida foi coerente com a imagem de Deus, um Deus cuja bondade e misericórdia ninguém exclui. Um Deus que aceita o ser humano por ser tal, e não pelo que ele realiza no campo religioso ou moral³⁴”.

A pregação de Jesus não tinha um viés legalista, moralista ou mesmo religioso no sentido de se enquadrar à religião oficial judaica. O seu anúncio girava em torno do Reino de Deus que, por sua vez, “não é determinado pela ideia de juízo, mas pelo amor. A soberania de Deus é a soberania do perdão e da misericórdia” (Lc 6,36)³⁵. Jesus viveu humanamente a misericórdia divina para com os homens e mulheres de seu tempo, particularmente para com os mais à margem pelas estruturas sociais e religiosas. A misericórdia, em Jesus, não era uma simples reação³⁶ ao sofrimento, e sim a sua maneira de ser e atuar. Maneira esta que independia de qualquer estímulo

³³ SESBOÜE, 1999, p. 182.

³⁴ MIRANDA, 2016, p. 37.

³⁵ MIRANDA, 2016, p. 35.

³⁶ Ressalte-se que Sobrino (SOBRINO, 1994, p. 32-33) enxerga a misericórdia como ação do amor (comungamos deste pensamento), mas especifica essa ação como sendo uma *re-ação* diante do sofrimento alheio interiorizado que chegou até às entranhas e ao próprio coração (sofrimento, neste caso, de todo um povo, infligido injustamente e nos níveis básicos de sua existência); diz, outrossim, ser ação motivada só por esse sofrimento. Respeitamos a argumentação desse renomado teólogo, mas, neste aspecto, conforme se poderá observar no texto, temos algumas ressalvas a fazer.

externo ou situação de injustiça pessoal ou estrutural. O agir misericordioso de Jesus³⁷, que espelhava o próprio Pai (Jo 14,9), antecede qualquer situação de sofrimento alheio interiorizado. Não estamos a dizer que não haja uma reação misericordiosa frente à dor e injustiça, mas que, na verdade, o agir misericordioso é reflexo de um ser misericordioso.

Neste sentido, a misericórdia precede as realidades de sofrimento e injustiça. A reação misericordiosa nada mais é do que a exteriorização, a manifestação da misericórdia antecedente. Para Jesus – e também seus seguidores – a misericórdia não é um elemento acrescido à sua pessoa, mas está ontologicamente ligado ao ser. Desta forma, todas as vezes que não agimos com misericórdia, desumanizamo-nos. Para Sobrino, “ser um ser humano é, para Jesus, reagir com misericórdia; do contrário fica viciada na raiz a essência do humano [...]”³⁸. Entretanto, vislumbramos que o sofrimento não é o fato gerador da misericórdia. A reação é consequência do amor pré-existente, da misericórdia pré-existente, conforme expusemos. Não simplesmente reagimos misericordiosamente como que respondendo a um fato externo. O agir misericordioso é sempre ativo e precedente. Ou, usando um neologismo de Francisco ao se referir sobre a Igreja *em saída*, a misericórdia nos *primeireia* (*Evangelii Gaudium* 24). A reação é, com efeito, consequência da misericórdia primordial. Esta é gênese; a reação é consequência imperativa frente à dor e sofrimento alheios.

Para melhor compreendermos a misericórdia e a sua dinâmica, há que se recordar que, “ao longo de toda a sua vida pública Jesus viveu continuamente rodeado de pessoas marginalizadas: pecadores públicos conhecidos como tais (cobradores de impostos, prostitutas, ladrões, bêbados) e pobres e doentes de todos os tipos³⁹”. Essa predileção, ou se quisermos dizer, opção preferencial de Jesus, foi por ele proclamada, citando Isaías, na sinagoga em Nazaré:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar o ano de graça do Senhor (Lc 4,18).

Outrossim, Jesus nos apresenta a via para se chegar a Deus na forma de promessa: “felizes são os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7). Eis aí um aspecto a que,

³⁷ Devemos recordar que o agir misericordioso de Jesus é paradigma para o nosso próprio agir misericordioso. Como veremos a seguir, o atributo divino da misericórdia é comunicável a todos nós.

³⁸ SOBRINO, 1994, p. 34.

³⁹ BARREIRO, 2016, p. 22.

frequentemente, não dispensamos a devida atenção: a misericórdia é pressuposto inegociável para nos encontrarmos com Deus, para estarmos na sua presença. O Deus de misericórdia demanda que sejamos misericordiosos em tudo e para com todos, especialmente para com os mais necessitados, inclusive em relação à criação: “Isto gera a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde” (*Laudato Si’ 89*). A misericórdia divina se manifesta particularmente para quem mais precisa: “Deus concede graça e misericórdia em maior proporção a quem mais necessita”⁴⁰. Para além de praticarmos obras de misericórdia – fundamentais, boas e necessárias em si mesmas – somos chamados a assimilar a misericórdia como modo de ser cristão, como maneira de ser Igreja.

Ser misericordioso, por conseguinte, não é apenas uma característica de Deus, mas exterioriza a sua própria substância, a sua natureza. Por isso dissemos que a misericórdia nos *primeireia*⁴¹. Sim, Ele é onisciente, onipresente e onipotente. Em primeiro lugar, porém, é *onimisericordioso*. Para entender a ciência, a presença e o poder de Deus, há que se começar contemplando o mistério de sua misericórdia. Trata-se, desta forma, de uma onisciência-misericordiosa, de uma onipresença-misericordiosa, de uma onipotência-misericordiosa. Neste sentido, o papa Francisco, ao falar sobre a onipotência de Deus, e nos remetendo a Santo Tomás de Aquino, nos diz que a misericórdia divina não é sinal de fraqueza, mas antes a qualidade da onipotência de Deus (*Misericordiae Vultus* 6). Sob esta ótica, “pode-se dizer que o coração de Deus está devastado por uma paixão e o Deus da Bíblia é um Deus apaixonado; a paixão do coração de Jesus é a misericórdia. O mistério da misericórdia de Deus é o da ferida do coração de Deus ante a dor do homem”⁴².

Não é possível esgotar o conteúdo da misericórdia. Podemos, porém, compreender que a Revelação gira em torno do amor, que se faz concreto na misericórdia. O Pai é rico em misericórdia (Ef 2,4), e quem vê o Filho, vê o Pai (Jo 14,9), que vive segundo o Espírito (Mt 3,16-17). Por isso Francisco nos diz que “Jesus de Nazaré revela a misericórdia de Deus” (*Misericordiae Vultus* 1).

⁴⁰ KONINGS; MAZZAROLO, 2016, p. 50.

⁴¹ Interessante perceber que Francisco usa desse neologismo ao se referir à sua concepção de uma *Igreja em saída*. Essa Igreja que *primeireia* toma a iniciativa de ir ao encontro das pessoas e de seus dramas existenciais, sendo, portanto, uma das características de uma Igreja da misericórdia.

⁴² “Se puede decir que el corazón Dios está devastado por una pasión y el Dios de la Biblia es un Dios apasionado, la pasión del corazón de Jesús es la Misericordia. El misterio de la misericordia de Dios es el de la herida del corazón de Dios ante el dolor del hombre” (VALLARINO, 2015, p. 16).

Somos, pois, seguidores da misericórdia. Da mesma forma que somos discípulos missionários (e não discípulos e missionários, de acordo com o número 112 da *Evangelii Gaudium* já mencionada no início do capítulo), devemos ser discípulos misericordiosos (e não discípulos e misericordiosos). E sendo Jesus verdadeiramente homem, que revela Deus e o próprio ser humano (*Gaudium et Spes* 22), isso significa que somos todos chamados a ser sinais sensíveis e eficazes da misericórdia de Deus. Tornarmo-nos sacramentos da misericórdia é a nossa vocação por excelência⁴³. Por conseguinte, como todo chamado implica um envio, somos, como batizados (sem distinção), enviados como missionários da misericórdia. Fora da misericórdia não há salvação!

Mas como se dá a relação entre salvação e misericórdia? Cremos que reside aí uma das possíveis direções que podemos tomar, considerando a misericórdia como uma das principais chaves hermenêuticas do pontificado de Francisco. Pontificado este que, no que se refere à misericórdia, apresenta-se não apenas por meio de suas palavras, mas também de gestos carregados de simbolismos.

1.1.2 Pela graça do encontro misericordioso de Deus: primeira chave de leitura sobre a misericórdia em Francisco

Por nós mesmos não podemos nos salvar. A salvação é sempre dom, *graça misericordiosa* a todos oferecida por Deus. Isso não quer dizer que devemos ficar inertes, pois a natureza pode – e deve – colaborar com a graça. O colaborar, porém, não condiciona a iniciativa divina, e tampouco a faz dependente de nossos atos. As nossas ações e obras expressam a nossa fé (Tg 2,18) e explicitam o nosso reconhecimento em um Deus que é todo amor, fonte inesgotável de misericórdia para todos. É nessa direção que Francisco discorre que “a salvação, que Deus nos oferece, é obra da sua misericórdia. Não há ação humana, por melhor que seja, que nos faça merecer tão grande dom. Por pura graça, Deus nos atrai para nos unir a si” (*Evangelii Gaudium* 112).

Observe-se que a salvação é oferecimento de Deus, obra de sua misericórdia e, como tal, pode ou não ser acolhida. Estar com o Senhor, saber sobre Ele, elencar todos os dogmas da Igreja, discorrer sobre a doutrina, as normas canônicas e mesmo a Sagrada Escritura, por mais importantes que sejam, não garantem que o nosso encontro com o Senhor produza em nós conversão. Todos esses elementos podem, sem dúvida, ajudar na nossa caminhada, porém, sem a nossa abertura

⁴³ Mais à frente veremos que também a Igreja, enquanto instituição, é chamada para ser sacramento da misericórdia.

colaborativa, não passará de uma fé formal e ritualística, sem uma real transformação para a misericórdia. Nesta perspectiva,

o encontro com um Deus pessoal não é suficiente para fazer despertar e desenvolver um relacionamento baseado na misericórdia. É com sua bondade, com seu coração capaz de ir além de toda limitação e pecado, de acolher-nos plena e incondicionalmente, apesar de nossa pobreza e com a bagagem de nossas misérias, que nos encontramos quando nos colocamos diante de um Deus misericordioso. Essa percepção não é automática, e sim, fruto da graça e da colaboração humana⁴⁴.

Ademais, a misericórdia divina é o paradigma do próprio agir misericordioso do ser humano:

Quando falamos de misericórdia nos referimos em primeiro lugar à misericórdia de Deus, ao amor criador e salvífico às pessoas, que chega a ser visível e se pode experimentar. Sem esta relação “vertical” com Deus, fonte de misericórdia, não encontraremos a força para praticar a misericórdia “horizontal” entre os homens⁴⁵.

Desta forma, para vivermos de acordo com a misericórdia divina, é necessário que nos reconheçamos necessitados e dependentes do amor misericordioso de Deus. Para tanto, é preciso que nos deixemos encontrar pelo Senhor: “Para procurar o homem, Deus aproxima-se dele. Longe de esperar por ele ‘de pé firme’, como se diz, Deus dá o primeiro passo, vai à frente ao encontro do homem”⁴⁶. É nessa direção que Francisco convida “todo cristão, em qualquer lugar e situação que se encontre, a renovar o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de O procurar dia a dia sem cessar” (*Evangelii Gaudium* 3).

Francisco enfatiza que o agir de Deus não está dissociado da vida dos fiéis. Ele é sempre contextualizado e inculturado. Com isso em mente, Francisco afirma que “a graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe (*Evangelii Gaudium* 115). O papa está inserido, neste aspecto, numa Teologia do Povo tipicamente Argentina⁴⁷, e também na reflexão Conciliar⁴⁸. Neste panorama, “se nos perguntarmos a quem se refere Francisco quando fala da

⁴⁴ BISSI, 2006, p. 169-170

⁴⁵ *Cuando hablamos de misericordia nos referimos em primer lugar a la misericordia de Dios, al amor creador y salvífico a las personas que llega a ser visible y se puede experimentar. Sin esta relación “vertical” con Dios, fuente de misericordia, no encontraremos la fuerza para practicar la misericordia “horizontal” entre los hombres* (AUGUSTIN, 2016, p. 42).

⁴⁶ SESBOÜE, 1999, p. 119.

⁴⁷ A chamada *Teologia do povo*, que valoriza a piedade popular, dentre outras características. Veremos mais no capítulo 3 quando tratarmos do *sensus fidei* e do papel dos leigos na Igreja.

⁴⁸ Remetemos à leitura do capítulo 2 da *Lumen Gentium*.

Igreja – que deve si mesma ao Evangelho da misericórdia e que é mãe, permitindo que o Deus misericordioso alcance a todos – a resposta parece nítida: ao santo povo de Deus”⁴⁹. Por esta razão,

por trás do estilo pastoral de proximidade ao povo do papa, há toda uma teologia, mais ainda, sua mística do povo. Para ele, a Igreja é muito mais que uma instituição orgânica e hierárquica⁵⁰; é, antes de tudo, povo de Deus a caminho de Deus, povo peregrino e evangelizador, que sempre transcende toda expressão institucional, por necessária que esta seja”⁵¹.

O Deus que professamos como Senhor da história e de toda a humanidade é um Deus do encontro. Esse encontrar-se de Deus se faz Revelação de sua misericórdia para que os seus seguidores, e a sua Igreja, sejam testemunhas da misericórdia. Ele “saiu de si mesmo para vir ao meio de nós, montou a sua tenda entre nós, para nos trazer a sua misericórdia que salva e dá esperança”⁵². Não se trata de um encontro qualquer, e sim que nos desinstala, nos liberta, nos transforma. Destarte, é fundamental reconhecer que “se não há um momento em que nos libertamos e queremos verdadeiramente nascer do alto, como explicava Jesus a Nicodemos (cf. Jo 3,1-21), seremos sempre o homem velho”⁵³.

Observe-se que estamos no campo da conversão e da liberdade, afinal uma depende da outra, e ambas são processuais, e não ganhos definitivos. Conversão sem liberdade é violência, e não verdadeira transformação; e uma liberdade que pretenda abstrair ao menos a possibilidade de Deus, em última análise, será também uma violência, senão religiosa, antropológica. Por sua vez,

liberdade, no sentido teológico é a que deriva de Deus e é dirigida para Deus. Seria um completo equívoco sobre a natureza da liberdade, considerá-la como mera capacidade de escolha entre objetos individuais dados a *posteriori*, entre os quais Deus se colocaria, então, ao lado de muitos outros⁵⁴.

Diferentemente de muitos poderes mundanos, civis e religiosos, que, por vezes, usam do autoritarismo para fazerem valer as suas vontades, “a pedagogia do Ressuscitado caracteriza-se

⁴⁹ REPOLE, 2018, p. 37.

⁵⁰ No capítulo 3 faremos toda uma reflexão acerca do uso do vocábulo hierarquia.

⁵¹ *Tras el estilo pastoral cercano al Pueblo del papa hay toda una teología, más aún, está su mística del pueblo. Para él, la Iglesia es mucho más que una institución orgánica y jerárquica; es ante todo pueblo de Dios en camino hacia Dios, pueblo peregrino y evangelizador, que siempre trasciende toda expresión institucional, por necesaria que esta sea* (KASPER, 2015b, p. 63).

⁵² FRANCISCO, 2013, p. 9.

⁵³ MENDONÇA, 2018, p. 60.

⁵⁴ RAHNER, 1970, p. 85-86.

pela sua discrição absoluta e pelo seu respeito não menos absoluto pela aventura de todo ser humano e por sua liberdade”⁵⁵. O encontro misericordioso com o Senhor é graça oferecida, proposta e nunca imposta. É fruto de um amor que se abaixa para nos tocar em todas as nossas dimensões humanas.

Podemos dizer que “a misericórdia é a obra na liberdade dos filhos de Deus; expressa plenamente essa liberdade; caracteriza-a, é o seu verdadeiro nome, a imagem da verdade que nos torna livres (a verdade do Deus misericordioso que se revela no evento escatológico que é misericórdia e salvação)⁵⁶”. Desta maneira, o encontro com esse Deus-misericórdia nos conduz à compreensão de que também se trata de um Deus-liberdade, que “[...] não quer o ser humano sujeito a um poder-dominação – seja ele o de Deus ou qualquer outro -, mas o quer ‘autor’, livre”⁵⁷. A misericórdia é semente que cresce na liberdade.

Quanto mais nos aproximamos de Deus, de maneira livre, mais acolhemos a sua misericórdia; e menor nos sentimos, ainda que mais plenos, pois encontramos Aquele que dá sentido à vida. Dar sentido, porém, não significa que sejamos capazes de explicar tudo que acontece conosco e ao nosso redor. Longe disso. O sentido existencial se relaciona com a *surpresa* do encontro com o Senhor, com a *surpresa* da plenitude mesmo em meio à nossa finitude. Leva-nos para além do tempo e de nós mesmos. Relacionar-se com Jesus, que veio ao nosso meio como aquele que serve (Lc 22,27), faz com que sintamos a necessidade interior de diminuir e servir. Assim se sentiu João Batista (Jo 3,30), e tantos outros. Não se trata de nos considerarmos inferiores ou incapazes. Isso seria apenas depreciar a nós mesmos; abalar a nossa autoestima. É consequência da tomada de consciência de que o amor a nós ofertado é algo tão superlativo que, perante ele, não há outro caminho que não o do seguimento na humildade e serviço.

Há, sem dúvida, uma espécie de assombro quando realmente nos encontramos com o Senhor. Talvez por isso muitos santos tiveram dificuldades em narrar as suas experiências, já que o contato com o transcendente, com Aquele que é todo amor (1Jo 4,8) e, portanto, todo misericórdia, preenche-nos de tal forma que palavras nos faltam para descrever essas vivências. O fazemos como que por aproximação.

⁵⁵ THEOBALD, 2009, p. 84.

⁵⁶ MERTON, 2004, p. 33.

⁵⁷ TABORDA, 2016, p. 54.

Assim também se deu com o então jovem de 17 anos, Mario Jorge Bergoglio. Ele experimentou ser encontrado por Deus na igreja de San José de Flores, num dia de primavera, em uma confissão. Certamente Bergoglio já havia se confessado muitas vezes naquela que era a sua paróquia, no bairro de Flores, em Buenos Aires. Contudo, aquela confissão foi diferente. São as surpresas de Deus, os momentos em que baixamos as nossas resistências e dizemos como Samuel: “fala, pois o teu servo ouve” (1Sm 3,10). Narrando este fato marcante em sua vida, assim disse Bergoglio⁵⁸:

Nessa confissão me aconteceu algo estranho, não sei o que foi, mas mudou a minha vida; eu diria que fui surpreendido com a guarda baixa. [...] Foi a surpresa, o estupor de um encontro; percebi que estavam me esperando. Isso é a experiência religiosa: o estupor de encontrar alguém que está nos esperando. A partir desse momento, para mim, Deus é o que está um passo à frente. Você o está buscando, mas ele o busca primeiro. Queremos encontrá-lo, mas ele nos encontra primeiro⁵⁹.

Também a Igreja é necessitada, continuamente, de se encontrar com o seu Senhor e se converter. Como ressalta Miranda, “esta conversão deve estar presente na vida do cristão como atitude de fundo que o acompanha sempre. E também na vida da Igreja, seja em sua consciência, seja em suas instituições”⁶⁰. É neste horizonte que Francisco nos diz que

sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda ação evangelizadora é sempre “nova” (*Evangelii Gaudium* 11).

A conversão impele-nos a um movimento de renovação interior, e também de êxodo, de saída de nós mesmos não somente ao encontro de Deus, mas igualmente dos que mais necessitam experimentar a sua misericórdia. Saímos para anunciar, testemunhar e celebrar a misericórdia de Deus, sendo essas características próprias de comunidades missionárias, presentes naquilo que Francisco chama de *Igreja em saída*:

A comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, precedeu-a no amor (cf. 1Jo 4,10), e, por isso, ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir

⁵⁸ Quando nos referimos a algo ocorrido ou narrado antes de sua eleição como papa, referimo-nos por seu nome civil: Mario Jorge Bergoglio, ou simplesmente Bergoglio. Já quando se trata de algum fato narrado ou ocorrido após se tornar papa, utilizaremos o nome de Francisco ou papa Francisco. Se estamos a falar do santo, o nomearemos por São Francisco.

⁵⁹ AMBROGETTI; RUBIN, 2013, p. 39-40.

⁶⁰ MIRANDA, 2018, p. 69

ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive um desejo inexaurível de oferecer a misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva (*Evangelii Gaudium* 24).

Por isso, uma Igreja da misericórdia é aquela em estado permanente de conversão e de renovação no seu agir e em suas estruturas (*Lumen Gentium* 8c; *Unitatis Redintegratio* 6; *Evangelii Gaudium*)⁶¹. Quem não se deixa encontrar, ou reencontrar, com o Senhor, em algum momento cai na armadilha da autoreferencialidade, (*Evangelii Gaudium* 8, 94, 95), que produz práticas e estruturas de autopreservação (*Evangelii Gaudium* 27), numa rigidez autodefensiva (EG 45).

Os encontros com Deus podem ocorrer em nossa vida ordinária, seja na oração, na vida comunitária, no exercício da misericórdia, ou mesmo nos pequenos sinais que o Senhor coloca na nossa estrada. A busca, ou o deixar-se por Ele encontrar, não se resume, porém, a uma só ocasião. É claro que há *o* ou *os* encontros marcantes. No entanto, o encontrar-se com Deus é um processo contínuo, de sorte que “o autêntico conhecimento do Deus da misericórdia, Deus do amor benigno, é a fonte constante e inexaurível de conversão, não somente como momentâneo ato interior, mas também como disposição permanente, como estado de espírito” (*Dives in Misericordia* 13). Trata-se de um estado permanente de conversão, conforme há pouco expusemos.

Esse processo desencadeia a dinâmica do seguimento misericordioso. Quem não experimentou a misericórdia dificilmente será capaz de compreender o seu alcance para a sua vida e para a Igreja. Jesus é a misericórdia que se deixa conhecer – e encontrar - de muitas maneiras, até pelo anonimato e, como veremos mais à frente, pelo escondimento. Nesta perspectiva, Rahner relaciona a misericórdia humana com o encontro com Jesus, ainda que esse encontro não ocorra de maneira consciente:

Eis a mais bela maravilha da misericórdia humana: quem é de verdade misericordioso alarga seus vínculos, identifica-se com o irmão, lança-se numa aventura imprevisível e expõe sua liberdade ao risco mais extremo, o de se perder. Então podemos dizer (com uma linguagem lícita só ao cristão) que em muitos casos essas pessoas já encontraram o Cristo, ainda que desconhecedores da realidade profunda que seu gesto de socorro abraçou. Alguém que, por sua vida e morte, derramou sobre ele sua misericórdia gratuita, para sua felicidade e redenção eternas; alguém que eles não sabem identificar com Jesus de Nazaré, como, ao contrário, sabem fazer os cristãos⁶².

⁶¹ CAVALCANTE, 2019a, p. 127-129.

⁶² RAHNER, 2004, p. 80.

Esse Cristo desconhecido de que fala Rahner não se confunde com um Cristo impessoal. Muito pelo contrário. É real, concreto, vivo. Desta maneira, fugir da tentação do isolamento e nos aproximarmos a ponto de tocar as chagas do Senhor na carne sofredora dos outros são atitudes fundamentais para a nossa caminhada como discípulos missionários, e a maneira de ser Igreja tendo a misericórdia como fundamento.

Para Francisco, portanto, a Igreja da misericórdia, da mesma forma que se deixa encontrar pelo Senhor, busca-O nas misérias humanas, em seus sofrimentos. E, por isso, nos alerta:

Às vezes sentimos a tentação de ser cristãos, mantendo uma prudente distância das chagas do Senhor. Mas Jesus quer que toquemos a carne sofredora dos outros. Espera que renunciemos a procurar aqueles abrigos pessoais ou comunitários que permitem mantermos à distância do nó do drama humano, a fim de aceitarmos verdadeiramente entrar em contato com a vida concreta dos outros e conhecermos a força da ternura (*Evangelii Gaudium* 270).

Aliás, compreender as misérias humanas sob a ótica da misericórdia implica, para a Igreja, que ela aprofunde a sua reflexão acerca da aplicação de sua moral eclesial, bem como da maneira como oferece o seu serviço pastoral. É nessa direção que Francisco, no contexto de a Igreja ser sempre a casa aberta do Pai, e ao se referir ao acesso à Eucaristia, afirma, com clareza, que: “A Eucaristia, embora constitua a plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os fracos. Estas convicções têm também consequências pastorais, que somos chamados a considerar com prudência e audácia” (*Evangelii Gaudium* 47). Ademais, anos mais tarde Francisco, refletindo sobre a teologia moral, discorre que:

Pomos tantas condições à misericórdia que a esvaziamos de sentido concreto e real significado, e esta é a pior maneira de frustrar o Evangelho. É verdade, por exemplo, que a misericórdia não exclui a justiça e a verdade, mas, antes de tudo, temos que dizer que a misericórdia é a plenitude da justiça e a manifestação mais luminosa de Deus (*Amoris Laetitia* 311).

Aqui há alguns ensinamentos que, por sua importância, e por estar na linha do que até aqui expusemos, cremos oportuno ressaltar:

- a) A misericórdia possui um sentido concreto e real.
- b) A misericórdia não exclui a justiça e a verdade.
- c) A misericórdia, porém, antes de tudo (não de alguns aspectos, mas de tudo!), é a plenitude da justiça e a manifestação mais luminosa de Deus.

Dito isso, é importante termos em mente que Francisco é um papa que prega pelas suas ações e palavras. Recordamos aqui dois de seus gestos muito simbólicos que expressam como a Igreja da misericórdia vai ao encontro dos mais descartados da sociedade, do mundo:

a) A primeira viagem do papa Francisco foi para a ilha italiana de Lampedusa (que faz parte da Sicília, na Itália), local de chegada de muitos imigrantes que vêm, em sua maioria, da África e do Oriente Médio. Infelizmente a região se transformou em um cemitério em alto mar, já que são muitos os naufrágios, ceifando a vida de homens, mulheres e crianças. A maioria foge da miséria extrema, da fome e da violência. Eles veem na Europa a tentativa de uma vida melhor, mesmo que para isso tenham que se arriscar em travessias clandestinas. A mesma Europa que colonizou tantos daqueles países, explorando as suas riquezas humanas e materiais. A mesma Europa que, principalmente após as duas grandes guerras, também se fez terra de imigrantes para as Américas. Essa mesma Europa hoje, de maneira geral, fecha ou limita bastante⁶³ a entrada desses miseráveis, considerados descartáveis.

Lá Francisco clamou às nossas consciências:

Emigrantes mortos no mar; barcos que em vez de ser uma rota de esperança, foram uma rota de morte. Assim recitava o título dos jornais. Desde há algumas semanas, quando tive conhecimento desta notícia (que infelizmente se vai repetindo tantas vezes), o caso volta-me continuamente ao pensamento como um espinho no coração que faz doer. E então senti o dever de vir aqui hoje para rezar, para cumprir um gesto de solidariedade, mas também para despertar as nossas consciências a fim de que não se repita o que aconteceu⁶⁴.

b) Outro gesto foi a viagem ao Rio de Janeiro por ocasião da jornada mundial da juventude, em julho de 2013. Tratou-se de sua primeira viagem internacional. Nesta jornada, além do Rio de Janeiro, o papa revisitou Aparecida/SP. Lá ele esteve em maio de 2007, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino e do Caribe. Certamente o Santuário Nacional de Aparecida marcou Francisco, em particular porque pôde compartilhar a fé do povo expressa numa forte religiosidade ou piedade popular. E essa lembrança não passou desapercebida pelo papa quando, em 24 de julho de 2013, disse:

⁶³ Há, no entanto, parte da população que deseja ser solidária, como no próprio caso dos moradores de Lampedusa. Muitos acolheram esses refugiados.

⁶⁴ FRANCISCO, Papa. *Homilia proferida em viagem a Lampedusa/IT, em 8 de julho de 2013*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html. Acesso em 19/03/2021.

Neste Santuário, seis anos atrás, quando aqui se realizou a V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, pude dar-me conta pessoalmente de um fato belíssimo: ver como os Bispos – que trabalharam sobre o tema do encontro com Cristo, discipulado e missão – eram animados, acompanhados e, em certo sentido, inspirados pelos milhares de peregrinos que vinham diariamente confiar a sua vida a Nossa Senhora; aquela Conferência foi um grande momento da vida da Igreja. E, de fato, pode-se dizer que o Documento de Aparecida nasceu justamente deste encontro entre os trabalhos dos Pastores e a fé simples dos romeiros, sob a proteção maternal de Maria⁶⁵.

No Rio de Janeiro Francisco se encontrou com o povo em geral, porém, de maneira especial, com os jovens, as pessoas humildes da favela/comunidade da Varginha (Manguinhos) e com os enfermos do hospital São Francisco de Assis na Providência de Deus, dentre outros. O papa, ao encontrar-se com os jovens e os pobres, explicitou que esta opção preferencial não apenas seria mais da Igreja na América Latina, e sim, agora, da Igreja universal: os pobres e os jovens⁶⁶.

Na apresentação sobre a viagem de Francisco ao Brasil, cremos que as palavras de Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo emérito de Blumenau, explicam bem como este papa encarna uma Igreja que, para ser *em saída*, deve trilhar o caminho *do encontro* misericordioso: “Francisco, misturado ao Povo de Deus, multiplicou gestos e palavras de misericórdia, de fome e sede de justiça, chamando a atenção de todos para o Sermão das bem-aventuranças. Entre nós, a exemplo de Jesus, passou fazendo o bem (cf. Mc 7,37)”⁶⁷.

Neste sentido, podemos dizer que a dinâmica do encontro é a do esvaziamento (*kénosis*). Só é capaz de oferecer misericórdia, e querer construir uma Igreja da misericórdia, quem se deixa alcançar pela misericórdia para também levá-la a quem mais precisa. As pessoas e instituições que se fecham em si mesmas, considerando-se autossuficientes, geralmente não se sentem necessitadas de misericórdia. E a misericórdia, para além de seus termos, é alguém: Jesus de Nazaré: “Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade (*Evangelii Gaudium* 8). Com efeito,

um tema recorrente nos pronunciamentos do Papa Francisco é o da “Igreja autorreferencial”, a Igreja do período da Cristandade, pautada pelo eclesiocentrismo de uma instituição que se crê o único meio de salvação, regida por princípios ideais e

⁶⁵ Palavras do Papa Francisco no Brasil, 2013, p. 22.

⁶⁶ Expressas nas Conferências de Medellín, Puebla (nesta Conferência a Igreja assume também a opção preferencial pelos jovens juntamente com os pobres), Santo Domingo e Aparecida.

⁶⁷ Palavras do Papa Francisco no Brasil, 2013, p. 05.

integrada por fiéis que se enquadram nos inúmeros requisitos preestabelecidos pelas leis canônicas⁶⁸.

Negar ou condicionar a misericórdia significa virar as costas para Jesus e ao seu Evangelho. Por outro lado, quando estamos com Ele brota em nós uma alegria genuína⁶⁹. Alegria que provém do saber-se amado. Alegria por ter encontrado o amor maior, ou por ele ter se deixado encontrar; não uma alegria que nos anestesia perante os desafios da vida, mas que nos leva adiante. É alegria que nasce da misericórdia encontrada e partilhada. Por esta razão, Francisco, naquele que seria o seu *plano de governo*, ou melhor, *plano de renovação da Igreja*, nos diz, já na abertura de suas palavras, como que querendo apontar a premissa maior não só para a vida dos cristãos, mas para toda a pastoral da Igreja, que:

A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus [...]. Com Jesus Cristo renasce sem cessar a alegria. Quero, com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de os convidar para uma nova etapa evangelizadora marcada por esta alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (*Evangelii Gaudium* 1).

Observe-se que a Igreja da misericórdia, em Francisco, nasce desse encontro primordial com Jesus, que, reiteramos, nos conduz à conversão, renovação e a todos *enche de alegria*. Assim,

estamos a falar de um Papa que sabe estar dialogando com o mundo pós-moderno, com respeito à autonomia do pensar e decidir do ser humano. O seu Pontificado entra na dinâmica de Jesus: “vinde e vede” (Jo 1, 39). O “vede” que Jesus nos propõe é relação, experiência concreta, um “deixar-se encontrar por Ele, de o procurar dia a dia sem cessar” (*Evangelii Gaudium* 3)⁷⁰.

A Igreja, como “sacramento universal de salvação” (*Lumen Gentium* 48), em consequência, é sacramento universal de misericórdia. Para Francisco, o *poliedro* é a figura que representa a cultura do encontro, sendo a união das parcialidades que, na unidade conservam as suas originalidades (*Evangelii Gaudium* 236). Ao buscar no universal unir as particularidades e, ao mesmo tempo, conservar o peculiar, constroem-se pontes para superar abismos e derrubar muros. Há que se atuar no pequeno com uma visão ampla⁷¹.

⁶⁸ BRIGHENTI, 2014, p. 15.

⁶⁹ A alegria é também um dos temas principais no estilo e pontificado de Francisco.

⁷⁰ CAVALCANTE, 2019a, p. 126.

⁷¹ GALLI, 2019, p. 96

Para tanto, somos chamados a ser, cada vez mais, Igreja da misericórdia, que propicie o encontro com o Ressuscitado, pela Palavra e por sua ação profética. Enfim, nesta primeira relação entre salvação e misericórdia, vemos que ela é gratuidade a todos oferecida (1Tm 2,4). É a mão estendida de Deus.

1.1.3 Pelo nosso agir misericordioso: segunda chave de leitura para entender a misericórdia em Francisco

Falamos anteriormente que a misericórdia é o grande atributo de Deus. Ela qualifica a sua onipresença, onisciência e onipotência. Destarte, gostaríamos de enfatizar, uma vez mais, tratar-se de uma onisciência-misericordiosa, de uma onipresença-misericordiosa, de uma onipotência-misericordiosa.

Ressalte-se, outrossim, que a misericórdia é um atributo divino comunicável a todos nós. Podemos ser misericordiosos e, ainda que não alcancemos o entendimento pleno da misericórdia divina, é algo possível de se buscar e evoluir. Quiçá seja o amor misericordioso o que mais nos faz imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26). Por isso Jesus pede que sejamos misericordiosos como o Pai: “sede misericordiosos como o vosso pai é misericordioso” (Lc 6,36). É neste sentido reveladora da nossa missão como Igreja, Povo de Deus a caminho:

Ser Igreja significa ser povo de Deus, de acordo com o grande projeto de amor do Pai. Isso implica ser o fermento de Deus no meio da humanidade; quer dizer anunciar e levar a salvação de Deus a este nosso mundo, que muitas vezes se sente perdido, necessitado de ter respostas que encorajem, deem esperança e novo vigor para o caminho. A Igreja deve ser lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam se sentir acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho (*Evangelii Gaudium* 114).

Desta maneira, misericórdia e missão são aspectos indissociáveis do seguimento de Jesus: “a missão é uma paixão por Jesus e simultaneamente uma paixão pelo seu povo” (*Evangelii Gaudium* 268). A misericórdia nos compromete com a construção de um mundo mais justo, em que são bem-aventurados os pobres; os que agora têm fome, porque serão saciados; os que choram, porque haverão de rir; os perseguidos por causa de Jesus. Todos esses devem ser alegrar, porque a recompensa no céu será grande (Lc 6, 2-23). A Igreja da misericórdia é a Igreja que se deixa encontrar pelo Senhor nos que sofrem, nos pobres, nos excluídos. E o grande critério para a nossa salvação será a maneira como agimos em favor desses desvalidos. Afinal, “a acolhida no Reino

dos Céus decorre de uma opção pessoal como projeto de vida fundado na solidariedade misericordiosa com os irmãos e irmãs fragilizados em sua humanidade”⁷². E Jesus não deixa qualquer dúvida:

[...] Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a formação do mundo. Porque tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me [...]. Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer. E irão estes para o castigo eterno enquanto os justos irão para a vida eterna” (Mt 25, 34-36.45-46).

Nesta perspectiva, ainda que inicialmente a misericórdia se dê na dimensão do sentimento, da compaixão⁷³, desse amor que move as entradas, ela, para ser autêntica, deve se fazer notar por uma ética e uma práxis, geradora de valores, ações e fatos concretos e transformadores, em vista do perdão, da paz, da justiça e da alegria⁷⁴. Não se trata, pois, de simplesmente elaborarmos discursos sobre a misericórdia e sua importância, mas de encarná-la na realidade do povo, particularmente do mais sofrido, sob pena de transformar a fé em Deus como algo distante da vida e, portanto, sem relevância. A Igreja da misericórdia dialoga com o mundo e age para transformá-lo, principalmente pelo testemunho.

[...] Deus não só criou o mundo e nele a humanidade, as a criou para encetar um diálogo sempre livre, embora constante, com ela. O Cristianismo afirma categoricamente que Deus se comprometeu progressivamente nesse diálogo, a ponto de seu Filho único e eterno encarnar-se no mundo [...]. A salvação acontece, pois, a partir do seio da humanidade, na vida histórica, e não no âmbito fechado de uma religião organizada⁷⁵.

E mais, segundo Francisco,

a arquitrave que suporta a vida da Igreja é a misericórdia. Toda a sua ação pastoral deveria estar envolvida pela ternura com que se dirige aos crentes; no anúncio e testemunho que

⁷² VITÓRIO, 2019, p. 274

⁷³ Na obra *O nome de Deus é misericórdia: uma conversa com Andrea Tornielli* (devidamente referenciada ao final desta dissertação), Francisco faz uma diferenciação entre misericórdia e compaixão. Diz ele: “a misericórdia é divina, está relacionada com o julgamento sobre o nosso pecado. A compaixão tem um rosto mais humano. Significa sofrer com, sofrer juntos, não permanecer indiferente à dor e ao sofrimento alheio” (p. 129). Não obstante, entendemos que a compaixão é uma das propriedades da misericórdia. Parece-nos que também nessa direção apontou o mesmo Francisco, por exemplo, na *Misericordiae Vultus* 8, quando, referindo-se a Jesus no contexto da Trindade, que “tudo n’Ele fala de misericórdia. N’Ele, nada há que seja desprovido de compaixão”.

⁷⁴ BINGEMER, 2016, p. 152.

⁷⁵ TRIGO, 2019, p. 11-12

oferece ao mundo, nada pode ser desprovido de misericórdia. A credibilidade da Igreja passa pela estrada do amor misericordioso e compassivo (*Misericordiae Vultus* 10)

Da mesma forma, a Igreja da misericórdia é aquela que deseja *misericordiar*⁷⁶, isto é, viver, testemunhar a misericórdia através de uma prática coerente com a sua pregação. *Misericordiar* implica continuar a missão de Jesus, e defender os valores do Reino:

A missão de Jesus foi o Reino de Deus. [...] O Reinado de Deus é a vontade de Deus sendo feita. Os cristãos descobrem essa vontade de Deus no ensinamento e ação de Jesus. Ela se manifesta em seu chamado para o arrependimento e conversão, em suas parábolas de uma inversão de valores humanos egoístas, em sua cura dos doentes, em sua associação com os pobres, em sua preocupação com a dignidade, o ser-pessoa, a participação e o florescimento humano dos marginalizados, em seu instintivo tomar partido dos oprimidos e injustiçados. Essas coisas que parecem tão terrenas quando narradas são de Deus; elas são o Reinado de Deus; são a missão de Deus e de Jesus⁷⁷.

Ora, a Igreja possui como tarefa precípua assumir e continuar a missão de Jesus, qual seja, a construção do Reino de Deus. Se o encontro misericordioso com Deus não conduzir a uma prática misericordiosa, a reduziremos a uma simples ideia. E, conforme Francisco nos ensina, *a realidade é superior à ideia*⁷⁸:

É perigoso viver no reino só da palavra, da imagem, do sofisma. Por isso, há que postular um terceiro princípio: a realidade é superior à ideia. Isso supõe evitar várias formas de ocultar a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projetos mais formais do que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria (*Evangelii Gaudium* 231).

Mais à frente o papa prossegue:

A realidade é superior à ideia. Esse critério está ligado à encarnação da Palavra e ao seu cumprimento: “Este é o critério para saber se uma inspiração vem de Deus: de Deus é todo espírito que professa Jesus Cristo que veio da carne” (1Jo 4,20). [...] Não pôr em prática, não levar à realidade a Palavra é construir sobre a areia, permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto, que esterilizam o seu dinamismo (*Evangelii Gaudium* 233).

⁷⁶ Trata-se de um neologismo que sublinha a necessidade da misericórdia revestir-se de uma roupagem de verbo, de ação.

⁷⁷ HAIGHT, 2008, p. 120.

⁷⁸ Nos números 221 a 237 da *Evangelii Gaudium*, Francisco elenca quatro princípios relacionados com as tensões bipolares próprias de toda realidade social.

Mas como a Igreja pode transpor a barreira da teoria para a práxis vivencial do agir misericordioso⁷⁹?

Tornando-se, cada vez mais, uma Igreja samaritana, pobre⁸⁰, servidora e missionária. De fato, “a misericórdia de Deus toma forma em nosso tempo através dos nossos atos de misericórdia. Somente isto é credível. A prática da misericórdia é o anúncio concreto do amor de Deus”⁸¹. Por isso, em Aparecida, os bispos reunidos assim disseram: “Iluminados pelo Cristo, o sofrimento, a injustiça e a cruz nos desafiam a viver como Igreja samaritana (cf. Lc 10, 25-37), recordando que ‘a evangelização vai unida sempre à promoção humana e à autêntica libertação cristã’”⁸² (Documento de Aparecida 26).

Francisco, por sua vez, indica-nos um caminho, um itinerário:

Saiamos, saímos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! [...] prefiro uma Igreja accidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada em ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. (*Evangelii Gaudium* 49).

Nessas palavras de Francisco encontramos pistas não apenas pastorais, mas realmente de como a Igreja é chamada para se relacionar com o mundo, tendo a misericórdia como elemento fundamental:

- a) A Igreja, para ser da misericórdia, deve sair e oferecer a todos (sem distinção, mas também sem proselitismo) Jesus Cristo. É Igreja testemunhal, missionária.
- b) A Igreja, para ser da misericórdia, não teme a lama e nem os espinhos do caminho. Como o bom samaritano, é chamada a se abaixar e buscar curar as feridas. Ela não simplesmente passa adiante, mas preocupada em cumprir as normas ou rituais. Nenhuma norma, nenhum dogma, nenhuma lei, é maior do que a misericórdia expressa na caridade. Quando ela desvia o olhar da misericórdia, torna-se autocentrada, egocêntrica e enferma.

⁷⁹ É imperativo ressaltar que a nossa reflexão tem como premissa que a *Igreja da misericórdia* é a Igreja de Jesus. Desde o seu nascimento ela vem sendo gerada em um processo contínuo de conversão. Por ela muitos mártires deram a vida, especialmente na América Latina. Podemos citar Dom Romero, a irmã Dorothy Stang, o ativista e seringalista Chico Mendes, dentre outros. A Igreja da misericórdia caminha na ambivalência da história. Mas sempre está a caminhar.

⁸⁰ Aprofundaremos a reflexão sobre uma Igreja samaritana, pobre e para os pobres no capítulo seguinte.

⁸¹ AUGUSTÍN, 2016, p. 47.

⁸² Nestas segundas aspas são citadas palavras de Bento XVI no Discurso Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

c) A Igreja, para ser da misericórdia, foge do comodismo. Trata-se de uma das maiores tentações de todos nós batizados, e da Igreja enquanto instituição. A comodidade do templo, asseguranças e rotinas que vamos construindo, obscurecem o fato de que Jesus era um profeta caminhante. É o perigo do “fez-se sempre assim” (*Evangelii Gaudium* 33), quando o Espírito é dinâmico e está sempre a nos propor novos métodos e novas percepções⁸³. Por isso, há que se libertar de procedimentos e obsessões que não favoreçam a missão. Aliás, a dificuldade maior está em vivermos uma pastoral inserida na realidade do povo, com seus dramas, anseios e mesmo contradições. É mais fácil praticarmos uma espécie daquilo que chamamos de *pastoral de papel*, em que tudo vem bem descrito em planos e programas detalhados⁸⁴, mas com pouca ou nenhuma vivência prática. Tal é igualmente perigoso para a Igreja⁸⁵.

Para Francisco, a Igreja deve estar sempre *em saída*. E assim o faz por fidelidade ao Evangelho. Neste sentido, essa Igreja *em saída*, que enxergamos estar impregnada pela misericórdia, é aquela que, para além dos elementos descritos no n.º 49 da *Evangelii Gaudium* retro mencionados: tem uma “alegria missionária” (*Evangelii Gaudium* 21); é “comunidade de discípulos-missionários que ‘primeireiam’, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam”; vive e tem, conforme já expusemos, “um desejo inexaurível de oferecer misericórdia” e tem o “cheiro das ovelhas” (*Evangelii Gaudium* 24); permanece “em estado permanente de missão” (*Evangelii Gaudium* 25); está aberta à constante renovação em seu agir e em suas estruturas (*Evangelii Gaudium* 27); atua com uma pastoral ousada e criativa (*Evangelii Gaudium* 33); está “de portas abertas” (*Evangelii Gaudium* 46); empreende os grandes diálogos da humanidade: diálogo social em busca da paz; é pobre e para os pobres (*Evangelii Gaudium* 198); é aberta ao

⁸³ Sobre o aspecto missionário da Igreja da misericórdia veremos mais a fundo no capítulo 2.

⁸⁴ Complementando: o que denominamos de *pastoral de papel* se refere aos planos, programas, por vezes elaborados com as melhores técnicas gráficas e de apresentação, mas que não se traduzem em ações práticas, com uma efetiva *saída* de um estado de comodidade para um estado efetivamente missionário. A *pastoral de papel* acaba servindo mais a um exibicionismo fantasioso do que à missão.

Isso não significa que não possam haver planos e projetos bem delineados e com uma boa apresentação. O que se critica é a não passagem *do papel para a realidade*, a práxis.

⁸⁵ A Igreja também corre o perigo de ser uma *no papel*, em seus documentos, pronunciamentos, cheia de palavras de misericórdia, acolhimento, com um olhar amoroso aos pobres de todos os matizes, mas esvaziada de uma vivência coerente na realidade. Por isso Francisco nos alerta, referindo-se à *Evangelii Gaudium*: “Não ignoro que hoje os documentos não suscitam o mesmo interesse que noutras épocas, acabando rapidamente esquecidos. Apesar disso sublinho que, aquilo que pretendo deixar expresso aqui, possui um significado programático e tem consequências importantes” (*Evangelii Gaudium* 25).

Para o bem da verdade, devemos reconhecer que se a Igreja tivesse caminhado em pelo menos metade daquilo que a *Evangelii Gaudium* nos propôs, hoje já teria outra cara. Seria uma renovação de grandes proporções, como um forte sopro do Espírito.

diálogo ecumênico, diálogo interreligioso e com as pessoas de boa vontade (*Evangelii Gaudium* 238-258); “toque a miséria humana, a carne sofredora dos outros” (*Evangelii Gaudium* 269); deseje ser casa de muitos e uma mãe para todos os povos (*Evangelii Gaudium* 288).

Uma Igreja que assim se coloca, fruto do encontro com o Senhor, é profética. Por esta razão, é natural que ela adquira uma dimensão conflitiva:

Neste mundo são aplaudidas ou toleradas “obras de misericórdia”, mas não se tolera uma Igreja configurada pelo “princípio misericórdia”, o qual a leve a denunciar os salteadores que produzem vítimas, a desmascarar a mentira com que cobrem a opressão e a animar as vítimas a se libertarem deles⁸⁶.

Ao falar que neste mundo são aplaudidas ou toleradas as obras de misericórdia, Sobrino externa a sua opinião de que elas são como que atitudes menores no âmbito de uma Igreja da misericórdia. Ele, em sua reflexão teológica, coloca maior ênfase numa luta estrutural, em que aquilo por ele denominado de princípio misericórdia confronta e reage às realidades de injustiça e opressão.

Nada temos contra que a misericórdia incida sobre as estruturas sociais e as transforme. Muito pelo contrário. Esse seria o ideal, porém é um processo que se constrói paulatinamente – e continuamente - na luta diária da história, da qual não podemos abrir mão. Contudo, entre o ideal e o desejo há o real. Lembremos, uma vez mais, que *a realidade é superior à ideia* (*Evangelii Gaudium* 231, 233). Praticar obras de misericórdia corporal e espiritual⁸⁷ possui um conteúdo misericordioso e profético por si mesmas, desde que não são seguidas de discursos e práticas que visem manter o *status quo* ou a dominação⁸⁸. A bondade e o amor nunca são um desperdício. Ao contrário, carregam uma voz (mesmo silenciosa) transformadora, fruto do testemunho concreto da misericórdia. Por isso Francisco nos pede que as redescubramos, relacionando-as com o seguimento a Jesus (*Misericordiae et Vultus* 15). Ademais, recorda-nos que elas possuem uma “grande e positiva incidência da misericórdia como valor social” (*Misericordia et Misera* 18).

Observe-se, porém, que, quem propugna por uma Igreja da misericórdia não deseja os conflitos, mas os aceita e assume como consequência da missão, de seu agir misericordioso.

⁸⁶ SOBRINO, 1994, 43.

⁸⁷ As obras de misericórdia corporal são: dar de comer aos famintos; dar de beber aos sedentos; vestir os nus; acolher os peregrinos; dar assistência aos enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos. Já as obras de misericórdia espiritual são: aconselhar os indecisos; ensinar os ignorantes; admoestar os pecadores; consolar os aflitos; perdoar as ofensas; suportar com paciência as pessoas molestas; rezar a Deus pelos vivos e defuntos (*Misericordiae Vultus* 15).

⁸⁸ Nesses casos perderiam a sua dimensão profética.

Entretanto, não busca perpetuá-los, e sim, em última análise, que deles surjam a unidade no processo dialético. É nesta direção que Francisco nos afirma que *a unidade prevalece sobre o conflito*. Vejamos:

O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceito. Mas, se ficamos encerrados nele, perdemos a perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada. Quando paramos na conjuntura conflitual, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade (*Evangelii Gaudium* 226).

Da mesma forma, na encíclica *Fratelli Tutti* o papa discorre que “não devemos procurar conflitos, mas simplesmente suportar o conflito inevitável, para que o respeito humano não leve a faltar à fidelidade em nome de uma suposta paz familiar ou social” (*Fratelli Tutti* 240)⁸⁹.

Com efeito, Francisco, como já dissemos, fala também por seus gestos. Por isso, queremos aqui lembrar mais dois deles, em que demonstra o seu agir misericordioso, e o faz como forma de exemplo para toda a Igreja:

a) em 2014 Francisco manda instalar, na área da Praça de São Pedro, no Vaticano, banheiros com chuveiros para moradores em situação de rua.

Alguns poderiam objetar que se trata de uma mera ação assistencialista que em nada muda o problema estrutural. Mas, conforme já expusemos, nenhum ato de bondade é desperdiçado. Pior seria a inação, a indiferença, ou mesmo uma mera análise da situação que parasse por aí. Um simples banho, para quem não dispõe dos meios para tal, transforma-se em um ato de caridade e dignidade. Tão ruim quanto não ajudar, talvez seja o *patrulhamento ou instrumentalização* do bem, pois além da crítica estéril, forma opiniões. Aliás, há os que se incomodaram com a presença daqueles nossos irmãos desfavorecidos nos arredores da basílica de São Pedro. A pobreza realmente espanta e, para determinadas pessoas, inclusive ditas religiosas, melhor seria que ficasse restrita a ambientes segregados. Por isso, assim Dom Krajewski, colaborador do papa naquela empreitada, manifestou-se sobre aquelas pessoas que se incomodam com a presença de moradores em situação de rua, dos chamados mendigos: “a Basílica existe para custodiar o Corpo de Cristo e

⁸⁹ Observe-se que o papa faz essa afirmação comentando a passagem de Mt 10,34-36: “não penseis que vim trazer a paz à terra! Não vim trazer a paz, mas sim, a espada. Com efeito, eu vim causar divisão: o filho contra seu pai, a filha contra sua mãe, a nora contra sua sogra; e assim, os inimigos do homem serão os próprios familiares”. Francisco chama a atenção para o fato de que o tema em discussão é o da fidelidade à própria vocação (*Fratelli Tutti* 240).

nos pobres nós servimos o corpo sofredor de Jesus. Desde sempre, na história de Roma, os pobres se reúnem em volta das basílicas”⁹⁰.

b) Francisco, em 2015, institui o jubileu extraordinário da misericórdia.

Tratou-se de um gesto eloquente, quase um grito para a Igreja no mundo inteiro. É necessário voltarmos as nossas ações, pensamentos e planejamentos para aquela que, segundo o próprio Francisco, revela-se como uma “dimensão fundamental da missão de Jesus”: a misericórdia (*Misericordiae Vultus* 20). Chamou-nos a atenção acerca da importância da misericórdia na vida da Igreja e do mundo, sublinhando que ela se faz sentir por palavras de acolhimento, e por gestos concretos.

Basta de acentuar condenações, disciplinas ou mesmo questões morais. Todas elas têm o seu espaço e o seu momento, mas são secundárias se analisadas à luz do amor misericordioso de Deus e do querigma. Por vezes é como se, ao olharmos uma pintura, fixássemos-nos na moldura e deixássemos de lado a beleza da obra de arte em si. E pior, passássemos a achar que a moldura é o mais importante, afinal, aparentemente, é ela que sustenta a pintura. Todavia, uma moldura sem pintura não tem serventia. Já uma bela pintura sem a moldura, nunca deixará de ser uma obra de arte.

Em nossa reflexão, a pintura é a misericórdia. Por isso,

a Igreja tem a missão de anunciar a misericórdia de Deus, coração pulsante do Evangelho, que por meio dela deve chegar ao coração e mente de cada pessoa. A Esposa de Cristo assume o comportamento do Filho de Deus, que vai ao encontro de todos sem excluir ninguém (*Misericordiae Vultus* 12).

Ao leremos essas palavras de Francisco na bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia, é impossível não lembrar o que nos disse de João XXIII por ocasião de seu discurso de abertura do Concílio Vaticano II, *Gaudet Mater Ecclesia*, em 11 de outubro de 1962:

Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validez da sua doutrina do que renovando condenações. [...] Assim sendo, a Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecumênico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe

⁹⁰ Notícia do site Aleteia sobre a instalação de chuveiros para moradores de rua no Vaticano. Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2014/11/13/papa-manda-instalar-chuveiros-para-moradores-de-rua/>. Acesso em 28/03/2021.

amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela separados⁹¹.

Percebe-se uma simetria de pensamentos. O Espírito de 1962 nunca deixou de soprar, e agora Francisco parece dar eco às moções desse mesmo Espírito numa dinâmica de continuidade, mas também de originalidade.

Cumpre observar, da mesma forma, que, além das obras de misericórdia, há o que chamamos de militância político-social contra as estruturas de pecado que oprimem e violentam as pessoas. Tal é igualmente fundamental, e não exclui ou concorre com as obras de misericórdia espirituais e corporais. Essas obras são fortes sinais do Reino que Jesus veio nos apresentar. A militância é igualmente sinal do Reino, desde que despida de ódios e fundamentalismos ideológicos. Quem diz defender uma sociedade – e Igreja – mais justas, igualitárias e fraternas, porém diminui, exclui ou trata com indiferença o seu irmão ou irmã que divirja de seu pensamento⁹², não favorece a misericórdia. De fato, “aquele que não ama não conheceu a Deus, porque Deus é Amor” (1Jo 4,8). Por isso, toda militância há que se fazer mística, sob pena de se tornar uma filantropia, ou política sem Deus, ainda que seja feita em seu nome. É o perigo daquilo que Francisco nomina como eticismos sem bondade e intelectualismos sem sabedoria (*Evangeli Gaudium* 231).

Destarte, a Igreja da misericórdia, militante na mística, realizadora de obras de misericórdia corporais e espirituais, profética na prática, configura-se, também, por ter consciência da dimensão social da evangelização⁹³. Afinal, “o *querigma* possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade” (*Evangeli Gaudium* 177)⁹⁴. Nesse horizonte, “é importante que a catequese e a pregação incluam,

⁹¹ JOÃO XXIII, Papa. *Discurso de abertura do Concílio Vaticano II*, em 11 de outubro de 1962. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em 28/03/2021.

⁹² Observe-se que o que se está a defender é o respeito e acolhimento que deve existir entre pessoas com pensamentos diversos. A pluralidade, num ambiente dialógico, é sempre bem-vinda. Ressalte-se, porém, que neste diálogo as diferentes partes necessitam seguir algumas premissas básicas, tais como: respeito aos direitos humanos; negação a todo tipo de tortura ou tratamento desumano; liberdade (inclusive religiosa); democracia; e justiça social. Ser de direita, de centro, ou de esquerda, no campo político, por exemplo, faz parte do processo democrático e espelha a multiplicidade de pensamento numa sociedade plural. O que não se aceita é a violência, a ofensa, a truculência e o arbítrio. Essas características são, inclusive, impeditivas do diálogo por se fecharem em si mesmas. Qualquer tipo de fundamentalismo, mais cedo ou mais tarde, transforma-se em idolatria.

⁹³ O capítulo IV da *Evangeli Gaudium* versa inteiramente sobre a dimensão social da evangelização.

⁹⁴ Discorremos mais acerca do assunto ao tratarmos sobre a *Igreja pobre e para os pobres* no capítulo seguinte.

de forma mais direta e clara, o sentido social da existência, a dimensão fraterna da espiritualidade, a convicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos” (*Fratelli Tutti* 86).

O nosso agir misericordioso é a nossa mão estendida a Deus, por meio dos nossos irmãos.

1.2 Misericórdia e sofrimento

Creamos que toda reflexão teológica sobre a misericórdia, mais cedo ou mais tarde se depara com questão do sofrimento. Por que razão nos deixa Deus sofrer? Trata-se, inclusive, do nome de uma obra de Rahner que, em seu início, nos diz: “certamente, ninguém duvida que esta seja uma das questões fundamentais da existência humana”⁹⁵.

Também Kasper se dedica, em seu livro sobre a misericórdia⁹⁶, a refletir sobre *a esperança na misericórdia em face do sofrimento humano*. Da mesma forma, Sobrino não deixa de tecer considerações sobre a questão da existência do sofrimento humano e um Deus misericordioso⁹⁷. Isso apenas para mencionar dois autores que são referências sobre a temática da misericórdia.

De nossa parte, não nos furtaremos a apresentar uma reflexão sobre o tema da misericórdia e do sofrimento. E buscaremos demonstrar que também Francisco tem algo a nos dizer sobre o assunto. Afinal, há que se reconhecer que todos temos e sempre teremos perguntas não respondidas, mas que, nem por isso, deixam de ser feitas ou precisam ser evitadas; até mesmo porque, em algumas ocasiões, elas se impõem a nós, sem nos pedir licença. Assim, se nos propomos a defender e construir uma Igreja da misericórdia, temos que encarar um fato inquestionável: dizemos que Deus é todo amor, todo misericórdia, porém existe o sofrimento, a dor, a injustiça, a desolação. Podemos buscar explicações em causas naturais, na entrada do pecado na história, nos próprios erros humanos, e mesmo no acaso deste mundo onde vigora o livre arbítrio. São respostas razoáveis, mas que, ao nosso ver, não explicam o absurdo do sofrimento e da dor. Portanto,

o fato de Deus deixar as vítimas morrerem é um escândalo irrecuperável, e a fé em Deus tem de passar por esse escândalo. Nessa situação a única coisa que o crente pode fazer é aceitar que Deus está na cruz, impotente como as vítimas, e interpretar essa impotência

⁹⁵ RAHNER, 2011, p. 13

⁹⁶ Trata-se da obra *A misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, diversas vezes citadas e devidamente referenciada em campo próprio.

⁹⁷ Sobrino desenvolve seu pensamento sobre o tema na obra *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*, mencionada algumas vezes neste texto, e descrita nas referências.

como o máximo de solidariedade com elas. A cruz na qual está o próprio Deus é a forma mais clara de dizer que Deus ama as vítimas deste mundo. Nela seu amor é impotente, mais crível. E a partir daí é preciso reformular o mistério de Deus. Sempre foi dito que “Deus é maior”. A partir da cruz é preciso acrescentar que é também o “Deus menor”⁹⁸.

A verdade é que não temos a pretensão de fornecer respostas conclusivas, mas de nos situar como caminhantes. Em última análise, encontrar sentido na vida nos faz justamente isso: caminhantes. A fé nos ajuda a saber que nunca estamos sós nessa jornada, e que o Senhor, silenciosamente, está conosco, mesmo no absurdo do sofrimento e na sensação de abandono. Somos todos peregrinos, caminhantes na esperança. Assim, Francisco relacionando a fé com o sofrimento, nos faz recordar que: “A fé não é luz que dissipa todas as nossas trevas, mas lâmpada que guia os nossos passos na noite, e isso basta para o caminho” (*Lumen Fidei* 57).

Destaque-se que a dor não deve ser buscada, como se fosse necessária para o nosso crescimento espiritual. Isso não seria fé, mas uma mistura de alienação e masoquismo. Com efeito, Viktor Frankl⁹⁹, ao ponderar sobre o sentido do sofrimento, afirma que: “o sofrimento não é de modo algum *necessário* para encontrar sentido. Insisto apenas que o sentido é possível mesmo a despeito do sofrimento – desde que, naturalmente, o sofrimento seja inevitável”¹⁰⁰. Ou seja, frente à dor não buscada, somos desafiados a dar sentido ao que parece sem sentido, e mesmo ressignificar a nossa existência: “Ao aceitar esse desafio de sofrer com bravura, a vida recebe um sentido até o seu derradeiro instante, mantendo este sentido até o fim. Em outras palavras, o sentido da vida é um sentido incondicional, por incluir até o sentido potencial do sofrimento inevitável”¹⁰¹.

Nesse processo de busca por sentido do sofrimento, Francisco conclui que “a dor e as provações da vida nos proporcionam uma oportunidade indispensável de conhecer as profundezas de nossa alma e compreender nossos limites [...]”¹⁰². Desta forma, a fé caminhante vislumbra e assume o absurdo da cruz na existência não só de Jesus, mas também dos sofredores de todos os tempos. Na verdade, a única certeza que temos é a incerteza do caminho.

⁹⁸ SOBRINO, 2020, p. 27.

⁹⁹ Viktor E. Frankl (1905 – 1997) foi um psiquiatra e neurologista judeu austríaco que viveu os terrores do nazismo em um campo de concentração durante a segunda guerra mundial. Elaborou uma abordagem terapêutica denominada de Logoterapia, conhecida por muitos como a terceira escola vienense de psicoterapia. As primeiras duas são a psicanálise de Freud e a psicologia individual de Adler.

¹⁰⁰ FRANKL, 2002, p. 101.

¹⁰¹ FRANKL, 2002, p. 102.

¹⁰² FRANCISCO, 2018b, p. 54-55.

Há uma tensão inevitável entre a ideia de um Deus misericordioso e o sofrimento humano. A dinâmica da vida se exprime em um Deus que se revela, e também se esconde. Um Deus que fala, mas também se cala. Um Deus que, em certos momentos, aparentemente, nos abandona. É na perspectiva desse sentimento de abandono, do ser esquecido por Deus, que buscaremos construir a nossa reflexão.

1.2.1 Reflexões sobre o abandono

Poucas experiências humanas são tão marcantes quanto a sensação de ter sido abandonado por Deus. Os Salmos são ricos em exemplos onde o orante se diz desamparado e clama, chora, implora, mas também reconhece a sua dependência ao seu Criador. Há um grito incontido, uma dor dilacerante, uma súplica sincera: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste, descuidado de me salvar, apesar das palavras de meu rugir? Meu Deus, eu grito de dia, e não me respondes, de noite, e nunca tenho descanso” (Sl 22, 2-3).

Aliás, isso é visto não só nos Salmos, mas em toda a Sagrada Escritura, na qual Deus se revela, inclusive, através de seu silêncio. E assim o é porque o Senhor não é um ente abstrato, distante e indiferente. Muito pelo contrário: por iniciativa própria, não apenas cria o ser humano, mas com Ele quer se relacionar para compartilhar a sua natureza divina. Destarte,

a revelação se dá apenas dentro da experiência humana, trama entreteceda de silêncios e de palavras. Ademais, o Deus bíblico não é apenas palavra, linguagem, evidência. É também ocultação e ausência [...]. Para uma compreensão adequada da história e da mensagem bíblica não se pode, portanto, passar sem a experiência do silêncio de Deus, porque tanto o homem como Deus são sujeitos no diálogo da revelação¹⁰³.

Mas, ao falarmos sobre o *abandono de Deus*¹⁰⁴, não podemos perder de vista que os primeiros a se esconderem, após pecarem, foram os próprios seres humanos (Gn 3, 8). Já aí o Senhor demonstra a sua maneira de agir ao dizer: “Onde estás” (Gn 3, 9)? Este é o grande dilema do crente em meio ao abandono: encontrar-se com Aquele que antes o procura. O “onde estás” de Deus se une ao “onde estás” do ser humano. É na intercessão dessas duas buscas que há a resposta

¹⁰³ BAEZ, p. 18, 2012

¹⁰⁴ Não no sentido de abandonar-se a Deus como um ato de fé, mas sim de se sentir abandonado por Ele.

para ambos: ao homem¹⁰⁵, que encontra Deus, e a Deus que não precisa de respostas, mas apenas deseja partilhar o seu amor.

Onde seria, porém, essa intercessão? Novamente só nos afigura uma resposta: no caminho, no tempo e no espaço. É na angústia do *kronos* e na plenitude do *kairós*. É expressão da misericórdia.

A seguir procuraremos traçar um *itinerário do abandono* à luz da misericórdia, através de uma reflexão que vai evoluindo ao longo do texto. Três serão os eixos principais desse caminho: o abandono como agonia, silêncio de Deus; o abandono que se faz sede; o abandono como profissão de fé. São aspectos que nos conduzirão ao coração do crente abandonado, homem e mulher de todos os tempos, sempre em construção, a mais perfeita obra inacabada do Senhor.

1.2.2 O abandono como agonia, silêncio de Deus

Qual o tamanho da agonia de quem que se sente abandonado por Deus? Essa sensação, mais que crise, parece indicar, paradoxalmente, uma profunda experiência de fé. No absurdo do silêncio, na profunda aridez espiritual, no vazio existencial e de sentido, despimo-nos do orgulho, da vaidade, de qualquer vestígio de narcisismo. Esvaziamo-nos para que Ele, em seu *silêncio ensurdecedor*, faça-se presente. A escuridão de sua ausência nos mostra o quão somos pequenos e dependentes de sua voz.

Todavia, não nos enganemos: sentir-se abandonado por Deus traz consigo angústia e tristeza. Queremos atravessar o deserto o mais rápido possível, e pedimos para não beber deste cálice (Mc 14, 36; Mt 26, 39; Lc 22, 42). O silêncio pode causar em nós uma dor de morte, tal como Jesus sentiu (Mc 14, 34; Mt 26, 38; Lc 22, 44). Como Ele, por vezes tudo o que temos para oferecer é a nossa angústia e o nosso grito: *Eloi, Eloi, lemá sabachtháni* (Sl 22,2; Mc 15, 34). Onde estás, Senhor? Por que te escondes? Até quando te esquecerás de mim? São perguntas que não falseiam a fé. Ao contrário, a revelam. Afinal, a busca é própria de quem se faz peregrino. E o que é a vida senão um constante caminhar? Sincero é o orante que nos diz: “[...] Até quando me esquecerás, Iahweh? Para sempre? Até quando esquecerás de mim a tua face? Até quando terei sofrimento dentro de mim e tristeza no coração, dia e noite? [...]” (Sl 13, 2-3).

¹⁰⁵ Sempre que algum termo estiver somente no masculino, entenda-se “ser humano”.

Fé e dúvida; revelação e escondimento; confiança e desesperança; misericórdia e abandono. Tudo isso compõe o grande mosaico da vida do homem e da mulher que buscam a Deus. Sentimo-nos especialmente abandonados quando o sofrimento e as aflições nos atingem, sejam eles quais forem, naturais, sociais ou mesmo existenciais. Em tais momentos, por vezes, as nossas orações parecem ser dirigidas ao silêncio. Nada além do silêncio. E atravessamos uma noite escura:

Na “noite escura” dos sentimentos e dos sentidos, sente-se, por vezes frequentemente, angústia na oração. É necessário que assim seja, pois essa noite escura marca a transferência do pleno e livre controle de nossa vida interior para as mãos de um poder superior. E isso significa, também, que o tempo da obscuridade é, de fato, um tempo de riscos e difíceis opções. Começamos a sair de nós mesmos: isto é, somos arrastados para fora de nossas habituais e conscientes defesas. Essas defesas são também limitações que devemos abandonar se queremos crescer. Mas são elas, ao mesmo tempo, a seu modo, uma proteção contra as forças inconscientes demasiadamente grandes para enfrentarmos desnudados e sem proteção¹⁰⁶.

Voltamos a ser como os discípulos no mar de Tiberíades (ou mar da Galileia) que, em meio ao forte vento, tempestade e às águas revoltas que atentavam contra as suas vidas, olham para Jesus silente, inerte e por que não dizer, naquilo que lhes parecia a indiferença de um sono profundo. Jesus simplesmente dormia. Podemos imaginar a apreensão daqueles discípulos. E pior, Aquele em quem depositaram a sua fé, nada fazia além de parecer alheio ao que estavam passando. Tiveram então que acordá-Lo e fizeram aquela pergunta que ressoa aos homens e mulheres sofredores de todas as épocas: “Mestre, não te importas que pereçamos” (Mc 4, 38)¹⁰⁷?

Jesus, porém, após acalmar o vento e o mar (Mc 4, 39), subverte a lógica, respondendo com uma provocação: “Por que tendes medo? Ainda não tendes fé” (Mc 4, 40)?

No contexto do capítulo 4 de Marcos, antes da passagem sobre a tempestade acalmada, podemos vislumbrar as parábolas sobre a Palavra e o Reino de Deus¹⁰⁸. É com este pano de fundo que Jesus enfrenta o medo sentido pelos discípulos: eles devem se sustentar mutuamente na fé e na caridade, pela Palavra em vista do Reino de Deus. Mas este ainda seria um mundo com dificuldades, assim como nos revela a parábola do semeador.

Entretanto, a fé se encarna no cotidiano das pessoas, e o aparente abandono de Deus não é fácil de transpor. O seu *sono* causa-nos medo e espanto. As ondas e os ventos parecem querer

¹⁰⁶ MERTON, 2018, p. 118.

¹⁰⁷ Todo o fato aqui narrado pode ser visto em Mt 6, 23-27; Mc 4, 36-41; Lc 8, 22-25.

¹⁰⁸ Parábolas do semeador (Mc 4, 13-20); da lâmpada acesa (Mc 4, 21-25); da semente que germina por si só (Mc 4, 26-29); do grão de mostarda (Mc 4, 30-32).

realmente acabar conosco. Ainda assim, somos chamados a ter coragem e confiança. Mais ainda: trata-se de uma escolha de fé em que o nosso seguir em frente se une ao sofrimento e angústias de toda a humanidade. Nesta perspectiva é que Francisco, em momento de oração no Adro da Basílica de São Pedro, em 27 de março de 2020, e tendo a pandemia¹⁰⁹ da covid-19 em mente, assim se manifestou:

À semelhança dos discípulos do Evangelho, fomos surpreendidos por uma tempestade inesperada e turbulenta. Demo-nos conta de estar no mesmo barco, todos frágeis e desorientados mas ao mesmo tempo importantes e necessários: todos chamados a remar juntos, todos necessitados de mútuo encorajamento. E, neste barco, estamos todos. Tal como os discípulos que, falando a uma só voz, dizem angustiados “vamos perecer” (Mc 4, 38), assim também nós percebemos que não podemos continuar na estrada cada qual por conta própria, que só conseguiremos juntos¹¹⁰.

O seguimento de Jesus não nos garante tranquilidade, um *mar calmo* ou um escudo frente aos sofrimentos. Também não nos assegura de que Ele, por vezes, possa inclusive parecer estar alheio às nossas angústias. Enfim, “sentir a falta de Deus já é um sinal do anseio por Ele”¹¹¹. Anseio posto no coração do ser humano como revelador de Sua misericórdia.

1.2.3 O abandono que se faz sede

Sentir-se abandonado, como num deserto, não é o maior problema para a vida espiritual da pessoa que procura Deus. O pior que lhe pode acontecer é perder a sede: “Na verdade, não é a sede que nos faz morrer para a vida: a sede ensina-nos a arte de buscar, de aprender, de colaborar, a paixão de servir. Quando renunciamos à sede é que começamos a morrer”¹¹².

O clamor do crente em situação de abandono reflete a sua sede interior. Por isso, como o Salmista ele diz: “Minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo, quando voltarei a ver a face de Deus (Sl 42, 3)? O sentimento de abandono é sede de ser ouvido, consolado, atendido ou respondido. É a súplica ao menos pelos restos de migalhas que caem da mesa do Senhor, tal como o fez a mulher cananeia (Mt 15, 26). A verdade é que, fazendo uso das palavras do papa Francisco:

¹⁰⁹ Também a pandemia faz gerar em nós a mesma questão: por que, sendo Deus misericordioso, permite que tantas pessoas sofram, que haja tanta morte e desolação? Como dissemos anteriormente, “cremos que toda reflexão teológica sobre a misericórdia, mais cedo ou mais tarde se depara com questão do sofrimento”.

¹¹⁰ FRANCISCO, 2020b, p. 19.

¹¹¹ AUGUSTIN, 2018, p.55.

¹¹² MENDONÇA, p. 56, 2018.

Todos nós caminhamos na vida com um cântaro na mão: todos e cada um de nós tem sede de amor, de alegria, duma vida bem sucedida num mundo mais humano. E, para esta sede, não basta a água das coisas mundanas, pois trata-se duma sede mais profunda que só Deus pode satisfazer¹¹³.

Entretanto, também o Senhor nos pede de beber: “dá-me de beber” (Jo 4, 7). Ele, que “se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14), sabe o que significa a nossa sede física e espiritual. A Sua sede, porém, adquire uma dimensão maior. Ele deseja que também nós lhe demos de beber, que nada mais é do que aquilo que somos e trazemos, inclusive os nossos silêncios interiores, e mesmo a nossa falta de fé. Trata-se de um “dá-me de beber” dialógico e livre.

Da mesma forma, na cruz Ele teve sede (Jo 19, 28). Sede de água, mas também de nos amar incondicionalmente. A sua derradeira sede se fez presente em meio ao desamparo e sofrimento, tal como a nossa se faz perceber em tantos momentos de nossa vida. Sozinho na cruz, Jesus teve sede de nos saciar, de se entregar até as últimas consequências. Sim, Ele conhece bem a dor e o medo do silêncio. Experimentou o que é não ter respostas claras.

Os nossos momentos de aridez espiritual, não raras vezes, são períodos de grande e profunda sede. Sem a água que somente Jesus pode dar (Jo 4, 14), nunca seremos verdadeiramente saciados. Essa água é Ele próprio. Inobstante, a fonte que é Jesus não se deixa conter. Ela jorra continuamente, e a nossa sede será saciada à medida em que também nós nos configurarmos a Ele. Mas como saciar a nossa sede em meio ao abandono? Não há respostas prontas. Elas vão sendo construídas ao longo da nossa existência com o auxílio da graça, mesmo quando não a percebemos. É na vida diária, nas lutas interiores, que o abandono pode adquirir um sentido.

Alguns, porém, poderiam objetar: tal resposta é por demais abstrata e seria uma espécie de escapismo da realidade ou, no mínimo, uma projeção para tentar viver sem desespero.

Realmente, toda reflexão está aberta a ponderações. Entendemos, todavia, que a dimensão do abandono só pode ser entendida à luz da experiência vivencial do crente. É no caminho, numa espécie de itinerância existencial que a sensação de abandono de Deus pode representar uma experiência de transformação:

O caminho espiritual não nos impermeabiliza em nenhuma etapa em relação à vulnerabilidade, da qual temos de estar conscientes [...]. Somos, por isso, chamados a viver

¹¹³ FRANCISCO, Papa. *Homilia por ocasião da solenidade de Corpus Christi*, em 06 de junho de 2021. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/papa-francesco_20210606_omelia-corpusdomini.html. Acesso em 14/06/2021.

o dom de Deus, até o fim, na fragilidade, na fraqueza, na tentação e na sede. Podem variar de gênero os problemas que vivemos, podem mudar de frequência, ou de intensidade, mas acompanhar-nos-ão sempre¹¹⁴.

Resta-nos, entre o abandono e a sede, ouvir o que diz o Seu silêncio. E ouvi-Lo não como um ato passivo, de quem só espera, mas de quem busca e se esforça para que seus ouvidos sejam abertos. De quem suplica por misericórdia.

1.2.4 O abandono como profissão de fé

Só é capaz de sentir-se abandonado aquele ou aquela que crê. Apenas quem já se deixou tocar pelo Senhor, que com Ele se relaciona de forma concreta e real, consegue experimentar a agonia do seu silêncio. Neste sentido, quem se sente abandonado faz uma profissão de fé. Reconhece a Deus como seu Senhor e criador. Com Ele mantêm uma relação filial, entretanto não consegue compreender o aparente abandono. Assume-se criatura livre, mas não autossuficiente. É dependente da misericórdia divina.

Em meio à crise do abandono, ou mesmo crise para crer na misericórdia de Deus, uma atitude fundamental que se deve ter é o de *fazer memória*. Há momentos na vida em que tudo o que temos para nos agarrar são as lembranças do passado e de como o Senhor se fez presente em determinados momentos de nossas vidas. Se agora se cala e parece dormir enquanto há vento e tempestade, recordar as vezes em que Ele falou e se deixou tocar é uma forma de se manter perseverante: “[...] Começo a recordar as coisas e minha alma em mim se derrama: quando eu passava, sob a Tenda do Poderoso, em direção à casa de Deus, entre os gritos de alegria, a ação de graças e o barulho da festa” (Sl 42, 5).

Isso também experimentaram os discípulos de Emaús (Lc 24, 13-35), que se sentiam perdidos pela morte daquele em quem acreditaram. O Senhor, por sua vez, inicia um diálogo, não para negar os fatos ocorridos, mas para colocar-lhes numa nova perspectiva. Para tanto, passa a recordar-lhes as Escrituras e tudo o que havia acontecido com Jesus, sem se darem conta de que era Ele mesmo que com eles caminhava. E, em atitude similar ao da tempestade acalmada, quando questionou a fé dos discípulos (Mc 4, 40), volta-se aos discípulos e lhes diz: “Insensatos e lentos

¹¹⁴ MENDONÇA, p. 97, 2018

de coração para crer tudo que os profetas anunciam” (Lc 24, 25)! Como bom pedagogo, fez com aqueles discípulos um caminho para ressignificar o presente em vista do futuro.

O sentir-se esquecido pelo Senhor pressupõe já ter experimentado a sua presença. Desta forma, podemos dizer que a *noite escura* do abandono só pode ser verdadeiramente compreendida por quem já vivenciou o *dia claro* do encontro. Por isso o absurdo do abandono é tão difícil para o crente. Não estamos a falar de alguém que desconhece o amor de Deus ou duvida Dele como Senhor da história. Ao contrário, aquilo que chamamos de *crise do abandono* está intimamente ligada à grandeza de fé. Por isso, “ao homem que sofre, Deus não dá um raciocínio que explique tudo, mas oferece a sua resposta sob a forma de uma presença que o acompanha, de uma história de bem que se une a cada história de sofrimento para nela abrir uma brecha de luz” (*Lumen Fidei* 57).

Reconhecemos que o abandono, para aquele que crê, pode ser via de crescimento. Ou quiçá o sofrimento, pela ausência de Deus, faça parte da vida do crente, já que neste mundo todos, sem exceção, somos como exilados. Nada nos contenta o suficiente porque está impresso em nosso ser a vontade, explícita ou não explícita, do infinito. Em certa maneira o sofrimento nos une ao Cristo sofredor e nos faz partícipes da própria redenção:

[...] Todo homem tem sua participação na redenção. E cada um dos homens é chamado para participar daquele sofrimento, por meio do qual se realizou a Redenção; é chamado a participar daquele sofrimento por meio do qual também foi redimido todo o sofrimento humano. Realizando a Redenção, Cristo elevou ao mesmo tempo o sofrimento humano ao nível de Redenção. Por isso, todos os homens, com o seu sofrimento, se podem tornar também participantes do sofrimento redentor de Cristo (*Salvifici Doloris* 19).

O abandono que nos faz sofrer, portanto, quando vivenciado em relação a Cristo, impele-nos a seguir em frente, ainda que sem respostas claras e definitivas. Ao mesmo tempo em que nos sentimos perdidos e sem forças pela aparente privação da presença de Deus, pelo silêncio que nos consome, algo em nós, no mais profundo do nosso ser, faz-nos, como o apóstolo Paulo, dizer:

Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, os perigos, a espada? [...] Pois estou convencido de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes, nem a altura nem a profundezas, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 8, 35.38).

A verdade é que um Deus de misericórdia que permita ou de alguma forma tolere o sofrimento será sempre um mistério. Podemos contemplar esse mistério e conhecê-lo pouco a

pouco à medida em que assumimos as nossas limitações. Existem perguntas que simplesmente não somos capazes de responder a contento. Inserem-se no contexto da loucura da cruz (1Cor 1,18), de um Deus que se encarna como ser humano, que poderíamos igualmente chamar de *loucura da encarnação*. Um Deus que experimenta a nossa finitude e transitoriedade. Por tais razões, “tudo o que podemos dizer acerca de Deus, do sofrimento intolerável e do mal horrendo que nos cerca por todos os lados é que não conseguimos entendê-lo. Faz parte do mistério, faz parte daquilo que não conseguimos entender”¹¹⁵. Ou, como disse Rahner: “assim, o sofrimento é uma expressão, não uma dedução, da incompreensibilidade do próprio Deus”¹¹⁶.

Lembremos, porém, daquilo que falamos no início deste tópico, isto é, de que encontrar sentido na vida faz de nós caminhantes, e que a fé nos ajuda nessa jornada. Não se trata de nos resignarmos, mas optarmos por seguir em frente. Parece-nos que essa é a postura que Francisco pede de nós quando, em meio a situações de grande privação, nos diz:

Nunca vos deixeis invadir pelo desânimo! A nossa alegria não nasce do fato de possuirmos muitas coisas, mas de termos encontrado uma pessoa: Jesus, que está no meio de nós; nasce do fato de sabermos que, com Ele, nunca estamos sozinhos, mesmo nos momentos difíceis, mesmo quando o caminho da vida é confrontado com problemas e obstáculos que parecem insuperáveis...e há tantos¹¹⁷!

O maior mérito não está na resposta, e sim na busca. É na busca, como caminhantes, que somos resgatados pela infinita misericórdia de Deus. E, ao sermos resgatados e envolvidos pela misericórdia, sentimos a necessidade de construir também uma Igreja impregnada pela misericórdia. Para tanto, há que falar por meio de suas ações, e de agir conforme a sua pregação. Por isso, a seguir, discorreremos acerca das características de uma Igreja da misericórdia sob o enfoque de uma Igreja pobre e para os pobres.

¹¹⁵ NOLAN, 2008, p. 211.

¹¹⁶ RAHNER, 2011, p. 47.

¹¹⁷ FRANCISCO, 2014, p. 64.

2 POR UMA IGREJA DA MISERICÓRDIA

Já refletimos sobre a misericórdia como uma das principais chaves hermenêuticas para entender o pontificado de Francisco. Para tanto, não apenas apontamos aspectos em que o tema da misericórdia aparece em suas palavras e em seus gestos¹¹⁸, mas também ponderamos brevemente sobre a relação entre misericórdia e sofrimento, sob o ângulo do abandono.

Não obstante, há que se reiterar que a misericórdia não se resume a um sentimento. Ela traz consigo uma força normativa e transformadora. Desta forma, para que ela incida na vida da Igreja, é necessário que se encarne. Não podemos falar em uma Igreja da misericórdia em abstrato, mas em concreto. A lógica da encarnação é, neste sentido, parâmetro de toda ação pastoral eclesial. Por essa razão, “a disponibilidade para caminhar com os pobres exige uma atitude de lealdade para com a encarnação do Senhor”¹¹⁹. Para Francisco, conforme veremos a seguir, essa Igreja da misericórdia concretiza-se, primordialmente, naquilo que ele chama de “Igreja pobre para os pobres” (*Evangelii Gaudium* 198).

Veremos, neste capítulo, aspectos dessa Igreja pobre e para os pobres à luz, principalmente, do magistério de Francisco, do magistério conciliar, bem como do magistério latino-americano, em diálogo com a Palavra de Deus e com outros autores. Isso inclui pensar sobre a missão da Igreja e de todos os fiéis (que, vale ressaltar, também são Igreja), bem como sobre a sua pastoralidade. Ponderar sobre uma Igreja pobre e para os pobres, neste sentido, abarca diversos aspectos da teologia, e nos desafia a vivermos conforme pregamos. A nossa pregação há que nos conduzir a uma vida mais plena, cientes de que “a solidez da nossa fé, a nível pessoal e comunitário, mede-se também pela capacidade de a comunicarmos a outros, de a espalharmos, de a vivermos na caridade, de a testemunharmos a quantos nos encontram e partilham conosco o caminho da vida”¹²⁰. Trata-se de um grande desafio a ser encarado não apenas como indivíduos, e sim como Povo de Deus sempre a caminho, buscando discernir o que o Espírito suscita em cada momento histórico.

¹¹⁸ Ao nos referirmos sobre palavras e gestos de Francisco não queremos dizer que estamos a englobar todos os seus aspectos. Isso seria muita pretensão. Por óbvio temos que fazer opções e recortes, seja em homenagem à própria delimitação do objeto, seja em função das limitações inerentes a toda e qualquer empreitada acadêmico-intelectual.

¹¹⁹ CASULA, 2018, p. 40.

¹²⁰ FRANCISCO, Papa. *Mensagem por ocasião do dia mundial para as missões* (20/10/2013). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20130519_giornata-missionaria2013.html. Acesso em: 02 de maio 2021.

2.1 Por uma Igreja misericordiosa pobre e para os pobres

Mas quem são os pobres para Francisco? Como ele identifica a situação de pobreza?

Deixemos o próprio papa Francisco responder a essa indagação, por meio das palavras por ele proferidas por ocasião do primeiro Encontro Mundial com os Pobres¹²¹, em 19/11/2017.

Conhecemos a grande dificuldade que há, no mundo contemporâneo, de poder identificar claramente a pobreza. E todavia esta interpela-nos todos os dias com os seus inúmeros rostos marcados pelo sofrimento, pela marginalização, pela opressão, pela violência, pelas torturas e a prisão, pela guerra, pela privação da liberdade e da dignidade, pela ignorância e pelo analfabetismo, pela emergência sanitária e pela falta de trabalho, pelo tráfico de pessoas e pela escravidão, pelo exílio e a miséria, pela migração forçada. A pobreza tem o rosto de mulheres, homens e crianças explorados para vis interesses, espezinhados pelas lógicas perversas do poder e do dinheiro. Como é impiedoso e nunca completo o elenco que se é constrangido a elaborar à vista da pobreza, fruto da injustiça social, da miséria moral, da avidez de poucos e da indiferença generalizada!¹²²

Queremos tecer alguns comentários acerca de quem (ou situações que) Francisco identifica como pobres.

a) Francisco inicia dizendo que há no mundo atual uma grande dificuldade para identificar claramente a pobreza.

Já aqui percebemos que, para Francisco, os pobres não são apenas aqueles mais evidentes, isto é, na perspectiva socioeconômica. Sim, estes são sem dúvida pobres e, muitas vezes, vítimas de uma profunda desigualdade social, cuja situação deve a todos indignar sempre. Não obstante, sem diminuir de forma alguma essa dimensão, Francisco tem uma visão mais abrangente sobre os pobres¹²³.

Podemos dizer que ele aponta para uma pobreza difusa e, ao mesmo tempo, nos alerta para uma postura que mais parece uma *cegueira intencional*: prefere-se fechar os olhos para as situações de sofrimento em que tantas pessoas vivem porque, em última análise, as injustiças e dores deste mundo nos questionam. Por isso afirma haver grande dificuldade, para o mundo de hoje, de

¹²¹ Eis mais um gesto profético de Francisco. Ao instituir o Encontro Mundial com os Pobres, ele não está simplesmente organizando mais um evento. Muito mais que isso: Francisco está querendo chamar a atenção de toda a Igreja para a centralidade dos pobres na história da salvação e na mensagem de Jesus.

¹²² FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o I Encontro Mundial*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20170613_messaggio-i-giornatamondiale-poveri-2017.html. Acesso em 05/04/2021.

¹²³ Destaco as perspectivas apresentadas sobre os pobres por Rinaldo Fabris, quais sejam: perspectiva econômico-social; perspectiva antropológico-cultural; e a perspectiva religiosa, que engloba todas as anteriores (FABRIS, 1991, p. 8-11).

reconhecê-la. Entretanto, ao mesmo tempo em que muitos parecem não querer enxergar, somos interpelados, não apenas como cristãos, mas como seres humanos, a não nos quedarmos indiferentes, se não pelo apelo cristão, ao menos pela dimensão ética e humanista.

Para além da divisão entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, importa reconhecer que houve um aprofundamento cruel da exclusão, fruto de um sistema perverso, que se faz pecado social, consequência de escolhas humanas, do pecado pessoal¹²⁴. E os olhos do papa Francisco não estão alheios a essa realidade:

Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são “explorados”, mas resíduos, “sobras” (*Evangelii Gaudium* 53).

Em Aparecida, os bispos da América-Latina e Caribe anteriormente haviam se manifestado no sentido de que¹²⁵

já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas algo novo: a exclusão social... Já não está abaixo, na periferia ou sem poder, mas está fora. Os excluídos não são somente ‘explorados’, mas “supérfluos” e “descartáveis” (Documento de Aparecida 65).

Francisco, ao afirmar que o mundo tem dificuldade em identificar os pobres, indica-nos que a sociedade global está enferma. Trata-se de uma situação extremamente grave e nefasta, pois os pobres passam a ser sobras indesejadas, resíduos de um mundo que, em muitos aspectos, naturalizou a exclusão. São considerados como seres humanos de segunda categoria, ou mesmo subumanos. Daí serem tratados, em certas ocasiões, de maneira tão desumana. E tudo aquilo que nos desumaniza vai contra o Deus testemunhado por Jesus, ao seu Reino e à Boa-nova.

Neste sentido, “o Evangelho nos faz descobrir a imagem de um Deus que se curva sobre as misérias e as necessidades dos pobres. E em sua vida histórica, Jesus se torna um dos pobres e anda com os pobres”¹²⁶. Como ser um seguidor ou seguidora de Jesus e não sentir nas suas entradas (uma das maneiras de exprimir a misericórdia) uma profunda indignação frente a injustiças? Seria possível seguir a Jesus e não buscar a libertação integral do ser humano, seja na sua dimensão

¹²⁴ Todo pecado pessoal tende a extrapolar para um pecado social.

¹²⁵ A Conferência de Aparecida claramente influenciou a *Evangelii Gaudium*.

¹²⁶ FABRIS, 1991, p. 28.

material seja na sua dimensão espiritual? A resposta é uma só: não! Por isso o papa Francisco, ao visitar a *Cidatella da Caridade*, nos exorta para seguimos os passos de Jesus:

Caminhemos com Jesus na vida, porque temos o mesmo documento de identidade: vulneráveis, amados e salvos por Deus. Esse é o caminho. À distância não podemos ajudar os pobres ou nos aproximar deles. Devemos tocar as feridas; elas são as feridas de Jesus. É misterioso: quando tocamos nessa ferida, reparamos a nossa. Esta é a graça que os pobres nos dão, a graça que a vulnerabilidade dos pobres nos dá: saber que também nós somos vulneráveis¹²⁷.

Essa visão que enxerga o pobre como *resíduo* ou *sobra* traduz o que Francisco chama de *cultura do descarte*. Há, pois, um agravamento na exploração e opressão em relação aos pobres. Afigura-se mais como um genocídio silencioso, em que um grupo específico – os pobres – é vítima de Estados e sociedades que, em nome de um *Deus mercado*, de um *Deus dinheiro*, passam a *objetificar* ou *coisificar* o ser humano. A dignidade da pessoa humana desloca-se do *ser humano* para o *ser consumidor*. E o que fazer com quem não é visto como consumidor? Descarta-se. Assim o faz com um ar de normalidade. Por essa razão, Francisco, pouco menos de três meses após a sua eleição como papa (13/03/2013), em audiência geral na Praça de São Pedro, ocorrida em 05/06/2013, alerta-nos para o perigo de uma cultura do descarte:

O que manda hoje não é o homem, mas o dinheiro, é o dinheiro que manda! E Deus, nosso Pai, confiou a tarefa de conservar a terra não o dinheiro, mas a nós: aos homens e às mulheres; somos nós que temos esta tarefa! [...] Esta “cultura do descarte” tende a tornar-se a mentalidade comum, que contagia todos. A vida humana, a pessoa já não é sentida como um valor primário a respeitar e salvaguardar, especialmente se é pobre ou deficiente, se ainda não é útil — como o nascituro — ou se deixou de servir — como o idoso¹²⁸.

Veja-se que Francisco, ao se referir a essa *cultura do descarte*, pontua *especialmente* o pobre, o deficiente, o nascituro e o idoso como exemplos de pessoas em que a vida humana deixa de ser vista como um valor primário. Todos, a sua maneira, são pobres¹²⁹ e vivem situações de vulnerabilidade. Por isso são mais facilmente descartados, pois menos conseguem resistir. Se observarmos bem, eles exemplificam os dramas da vida humana que, assim, se vê ameaçada de

¹²⁷ FRANCISCO, 2021, p. 65.

¹²⁸ FRANCISCO, Papa. *Audiência geral em 05 de julho de 2013*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2013/documents/papa-francesco_20130605_udienza-generale.html. Acesso em 25/04/2020.

¹²⁹ Já vimos que, para Francisco, a pobreza é um conceito abrangente, para além da pobreza econômica (que não deixa de ser um escândalo e talvez o símbolo mais eloquente da pobreza).

morte desde a concepção (nascituro) até o estágio final da vida (idoso). Todas as pobrezas existenciais ocorrem nesse intervalo. Falemos, pois, um pouco sobre a questão do nascituro e do idoso, cuja pobreza está inserida em na sua fragilidade.

a) Nascituros

Entre os mais indefesos que a Igreja quer cuidar e defender estão os nascituros. Se pensarmos nos pobres como os mais ameaçados em sua dignidade humana, talvez sejam os nascituros vítimas mais eloquentes. São a face mais vulnerável da humanidade, pois são ameaçados de morte antes mesmo de nascer. Mais do que o mínimo para a subsistência, a eles, frequentemente, busca-se negar a existência em si. Por isso Francisco nos assevera que

entre esses seres frágeis, de que a Igreja quer cuidar com predileção, estão também os nascituros, os mais inermes e inocentes de todos, a quem hoje se quer negar a dignidade humana para poder fazer deles o que apetece, tirando-lhes a vida e promovendo legislações para que ninguém o possa impedir (*Evangelii Gaudium* 213).

Ademais, o papa Francisco é bastante assertivo ao dizer que, em relação à defesa da vida do nascituro, que é efetivamente vida humana, não se deve esperar que a Igreja modifique a sua posição sobre esta questão, nem mesmo sob o argumento de supostas reformas ou modernizações (*Evangelii Gaudium* 214).

Por outro lado, ele igualmente faz uma espécie de *mea culpa* em nome da Igreja ao dizer que:

Mas é verdade também que temos feito pouco para acompanhar adequadamente as mulheres que estão em situações muito duras, nas quais o aborto lhes parece como uma solução rápida para as suas profundas angústias, particularmente quando a vida que cresce nelas surgiu como resultado de uma violência ou num contexto de extrema pobreza. Quem pode deixar de compreender essas situações de tamanho sofrimento? (*Evangelli Gaudium* 214).

Ou seja, primeiro Francisco não deixa margem para dúvidas: a defesa da vida humana, que se inicia com a concepção, é um valor inegociável para a Igreja, sem possibilidade de se modificar esta doutrina sob qualquer pretexto. Não obstante, a misericórdia, para ser fecunda, não pode parar simplesmente nos preceitos, por mais nobres e necessários que sejam. É preciso que a misericórdia nos leve à ação, como vimos no capítulo anterior, e, no caso, a uma ação eclesial que incremente o acompanhamento das mulheres que estão, como diz Francisco, em situações muito duras (e cita o contexto de uma violência e extrema pobreza). Enfim, não bastam palavras em defesa da vida, mas

proporcionar que as mulheres, em situações limite, encontrem em nossas comunidades espaços de acolhimento e de ajuda efetiva, o que inclui os meios para a sua subsistência e para a vida que carregam no ventre.

E se mesmo assim, isto é, se as nossas comunidades forem lugares de acolhimento e de auxílio efetivo, a mulher cometer um aborto, há que abrir as portas da Igreja para recebê-la, não para apedrejá-la, mas com espírito de compreensão e para acompanhá-la em sua jornada de fé. Isso não significa relativizar o direito à vida que, como dissemos, é inegociável, e sim usar de misericórdia para com quem errou. Afinal, repetindo a indagação de Francisco acima transcrita: quem pode deixar de compreender essas situações de tamanho sofrimento?

b) Idosos

Para Francisco “os idosos fornecem a memória e a sabedoria da experiência, que convida a não repetir totalmente os mesmos erros do passado” (*Evangelii Gaudium* 108). Ao mesmo tempo, observa nos idosos, cada vez mais sós e abandonados, uma das novas formas de pobreza (*Evangelii Gaudium* 210). Uma vez mais se vê que Francisco levou a Roma muito do magistério latino-americano. Em Aparecida (2007), em cujo encontro teve um papel importante na redação do documento final, vemos, a respeito dos idosos, que:

A palavra de Deus nos desafia de muitas maneiras a respeitar e valorizar os mais idosos e ariãos. Convida-nos, inclusive, a aprender deles com gratidão, e a acompanhá-los em sua solidão e fragilidade. A frase de Jesus: “pobres vocês sempre terão, e poderão socorrê-los quando quiserem (Mc 14,7) pode muito bem aplicar-se a eles porque fazem parte de cada família, povo e nação (Documento de Aparecida 448).

Cumpre destacar que os bispos reunidos em Aparecida, em 2007, já relacionavam o cuidado com os idosos com o cuidado com os pobres, com fundamento na Sagrada Escritura. Isso nos indica que a questão dos pobres em nosso continente também evoluiu com o tempo¹³⁰, ou, numa linguagem mais teológica, buscou nos *sinais dos tempos* aquilo que o Espírito Santo estava querendo da Igreja.

Em 2014, o papa Francisco, em discurso em encontro com idosos e avós, volta ao tema da cultura do descarte dizendo: “Contudo há também a realidade do abandono dos idosos: [...] Quantas

¹³⁰ Se antes a ênfase era na questão econômica, com o passar do tempo foi alargando a noção de pobres para incluir diversas situações de exclusão e vulnerabilidade.

vezes se descartam os idosos com atitudes de abandono que são uma verdadeira e própria eutanásia oculta! É o efeito da cultura do descarte que tanto mal faz ao nosso mundo”¹³¹.

Ademais, o não cuidado, e mesmo o desamor para com os idosos *empobrece* a própria família: “Não damos conta de que isolar os idosos e abandoná-los à responsabilidade de outros, sem um acompanhamento familiar adequado e amoroso, mutila e empobrece a própria família” (*Fratelli Tutti* 19).

Vale ressaltar que Francisco, em mais um de seus gestos proféticos, instituiu o quarto domingo de julho (próximo à festa de Santa Ana e São Joaquim), a iniciar neste ano de 2021, o *dia mundial dos avós e dos idosos*. Trata-se de mais uma maneira de chamar atenção de todo o mundo sobre a necessidade de cuidado, amor e valorização dos idosos.

Em outra ocasião, desta vez com os membros do corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, em 13 de janeiro de 2014, Francisco discorre que “infelizmente, o objeto de descarte não são apenas os alimentos ou os bens supérfluos, mas os próprios seres humanos, destinados a serem ‘descartados’ como se fossem ‘coisas desnecessárias’”¹³². Veja-se que desde 2013, ou seja, do início de seu pontificado, Francisco vem repisando o tema da cultura do descarte. Isso é uma preocupação em que está subjacente a centralidade dos pobres. São eles os maiores descartados, conforme vimos.

Essas palavras de Francisco possuem a autoridade de quem, ainda como provincial dos jesuítas na Argentina, não se encastelava em seu gabinete, ou se limitava às questões internas de sua congregação. Pelo contrário, mantinha-se próximo ao povo, especialmente aos pobres, conforme testemunhou o padre Tomás Llorente, que o conheceu desde o final dos anos 70. Em suas palavras: “Ele gostava de passear pela cidade à noite. Isso eu lembro bem. É de noite que emerge a dimensão mais embrutecida da cidade. Ele sempre foi uma pessoa próxima da condição dos pobres, não apenas idealmente, com a pregação, mas inclusive de maneira concreta na vida do dia a dia”¹³³.

Essa cultura do descarte hoje se faz notar fortemente na vertente neoliberal da economia, altamente especulativa, em que os pobres e a pobreza que eles escancaram são vistos como um

¹³¹FRANCISCO, Papa. *Discurso para o Encontro com os Idosos e Avós*, em 28 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/september/documents/papa-francesco_20140928_incontro-anziani.html. Acesso em 16/06/2021.

¹³² FRANCISCO, 2021, p. 80.

¹³³ GRIMALDI, 2018, p. 66.

peso para a coletividade, já que os *investimentos sociais*, que alguns apenas os consideram como *gastos sociais*, são combatidos por esse modelo. Tal sistema econômico faz com que os pobres sejam privados mesmo do mais básico, como casa e trabalho. Na verdade, “os neoliberais preconizam a supressão da ajuda aos pobres, pois seria contraproducente. Em lugar de resolver o problema da pobreza, dizem eles, a ajuda alimenta-a; não estimula os pobres a sair da pobreza, mas estimula a preguiça”¹³⁴. Constatamos, pois, que “aos pobres, frequentemente considerados parasitas da sociedade, não lhes perdoa sequer a sua pobreza. A condenação está sempre pronta. Não se podem permitir sequer o medo ou o desânimo: simplesmente porque pobres, serão tidos por ameaçadores ou incapazes”¹³⁵. Tais manifestações de Francisco externam o quanto os pobres são menosprezados. Se nem sequer a sua pobreza lhes é perdoada, pois escancaram a nossa própria injustiça e apatia, o que lhes restaria?

Aliás, culpar os pobres, chamá-los de preguiçosos, são subterfúgios para se negar uma justa distribuição de renda e o exercício de direitos sociais que deem efetividade ao direito à vida. Afinal, ter direito à vida implica proporcionar que as pessoas possam viver de maneira digna (alimentação, saúde, segurança trabalho, lazer, cultura etc), e não somente sobreviver. Por essa razão, Francisco, com uma veemência profética, nos diz que, “assim como o mandamento ‘não matar’ põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer ‘não a uma economia da exclusão e da desigualdade social’” (*Evangelii Gaudium* 53).

Outrossim, o papa Francisco relaciona o sistema econômico atual com a desigualdade e a prática de uma educação que anestesia os pobres, não lhes dando a possibilidade de crescerem numa consciência crítica e cidadã. Por isso, é um erro imaginar que o crescimento econômico, com a geração de empregos e incremento do número de consumidores sejam, por si sós, capazes de alavancar socialmente a população de determinado país. Sem o aprofundamento concomitante da consciência crítica e libertadora do povo, mais cedo ou mais tarde, os *salvadores da pátria* – seja de direita, de esquerda ou de centro – com seus discursos populistas, podem levar as pessoas a aderirem a projetos que, por trás de uma fachada pseudo patriótica, ou mesmo com características messiânicas, na verdade pretendem controlar os indivíduos, retirar-lhes direitos, e diminuir-lhes a própria capacidade de se reconhecerem explorados e instrumentalizados. E isso, ainda que envolto

¹³⁴ COMBLIN, 2011, p. 240.

¹³⁵ FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o III dia mundial dos pobres* (17/11/2019). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20190613_messaggio-iii-giornatamondiale-poveri-2019.html. Acesso em: 10 maio 2021.

numa cortina de fumaça para privilegiar os detentores do grande capital, muitas vezes apoiados por um verdadeiro submundo de corrupção. Quem assim age, não enxerga o povo como cidadão, mas como gado a ser domesticado e alimentado, não raras vezes, por *fake news* ou os chamados *fatos alternativos*¹³⁶.

Ciente dessas *ameaças sociais sistêmicas*, Francisco afirma que:

Os mecanismos da economia atual promovem uma exacerbão do consumo, mas sabe-se que o consumismo desenfreado, aliado à desigualdade social, é duplamente daninho para o tecido social. Assim, mais cedo ou mais tarde, a desigualdade social gera uma violência que as corridas armamentistas não resolvem nem poderão resolver jamais. [...] Alguns comprazem-se simplesmente em culpar, dos próprios males, os pobres e os países pobres, com generalizações indevidas, e pretender encontrar a solução numa “educação” que os tranquilize e transforme em seres inofensivos. Isso se torna ainda mais irritante quando os excluídos veem crescer este câncer social que é a corrupção profundamente radicada em muitos países – nos seus governos, empresários e instituições – seja qual for a ideologia política dos governantes (*Evangelii Gaudium* 60).

A propósito, não é de espantar que o saudoso educador brasileiro Paulo Freire seja tão covardemente atacado por determinados segmentos. Afinal ele suscita justamente a conscientização do povo, e que este mesmo povo tome as rédeas de sua libertação. Assim é que nos diz:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores [...]¹³⁷.

A dificultar esse processo de tomada de consciência, de que é necessário lutar pela libertação, está o fato de que muitos no mundo e, de maneira especial no Brasil, não vivem, mas apenas sobrevivem. No contexto atual brasileiro, o *slogan* repetido – “*Brasil acima de tudo e Deus acima de todos*” – pode, facilmente, levar a equívocos, inclusive fundamentalistas, a depender de sua interpretação. Primeiro porque o Brasil não é um ente abstrato, mas, em seu território, a soma e articulação de todo o povo (com suas diversas culturas), e o conjunto de seres vivos que nele

¹³⁶ Na atualidade, a mentira, especialmente no ambiente político, se utiliza de vários eufemismos e subterfúgios. Trata-se de remendo novo para uma roupagem antiga de quem deseja oprimir a população: falsificar ou negar a verdade para manter-se no poder.

¹³⁷ FREIRE, 1994, p. 20.

habitam. Nesta perspectiva, o Brasil estar acima de tudo significa, necessariamente, lutar pela justiça social, pelo respeito ao seu povo e à proteção de suas riquezas naturais.

O Brasil só estará acima de tudo quando aqueles que estiverem em seu espaço geográfico forem tratados com dignidade¹³⁸, viverem em uma terra de paz, e as suas potencialidades ecológicas não forem vistas somente pelo viés econômico, e sim como merecedoras de cuidado, zelo. Em suma, o Brasil necessita desenvolver políticas públicas efetivas, saneadoras de privilégios, em prol preferencialmente dos pobres e vulneráveis da sociedade, ajudando-os a desenvolver os seus talentos e construindo, com eles, uma consciência crítica frente à realidade. Ademais, há que se proporcionar mecanismos que protejam o conjunto da criação. Só assim será possível falar, evanglicamente, em Brasil acima de tudo.

Segundo porque, se há algo que a vida de Jesus nos ensina, é que o Deus, por nós adorado, não deseja estar acima de todos¹³⁹, e sim Deus conosco, Emanuel. E mais: um Deus conosco que se fez pobre e servidor; que assumiu a nossa humanidade em Jesus. Em sua pobreza e pregação, manifestou também uma predileção pelos mais pobres, excluídos e sofredores. Essa opção pelos mais vulneráveis da sociedade, pelos descartados, seja no âmbito religioso ou civil, foi o que o levou à morte, e morte de cruz. Com efeito, resta-nos claro que ele não desejou a morte, e certamente não queria sofrer as dores físicas e morais pelas quais passou. Todavia, as assumiu como consequência de sua missão¹⁴⁰. Por conseguinte, entendemos, tal como Miranda, ao se referir a Jesus, que:

Realmente sua vida pública foi bastante conflitiva pela desconfiança das autoridades religiosas e pelos ataques constantes dos fariseus e saduceus. Diante de um fim trágico, cada vez mais evidente, entendeu que a vinda do Reino de Deus passava por sua morte. [...] Demonstrou, assim, uma vida coerente com sua missão e uma coragem heroica diante do suplício terrível que enfrentaria¹⁴¹.

Vale enfatizar que os bispos reunidos em Aparecida afirmaram que “tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo [...]” (Documento de Aparecida 393).

¹³⁸ Observe-se que não estamos adstritos somente aos brasileiros, sejam os natos ou naturalizados, mas a todos, sem distinção, que estejam em nosso território.

¹³⁹ A maneira como Deus demonstra a sua onipotência se faz sentir, misteriosamente, na sua misericórdia. É um Deus de poder inigualável, com misericórdia também inigualável.

¹⁴⁰ Ressalto, uma vez mais, que a misericórdia carrega em si também uma dimensão conflitiva, já que visa a justiça, a paz e a fraternidade mediante a transformação das realidades de injustiça, de violência e de egoísmo.

¹⁴¹ MIRANDA, 2021, p. 95.

Desta maneira,

até que não olhemos a vida a partir dos últimos não aprenderemos a seguir Jesus, não entenderemos bem o seu Evangelho, não anuncaremos sua Boa-nova. Somente a partir das vítimas poderemos aceder à verdade do Deus encarnado e manifestado em Jesus, o Deus crucificado, um Deus que não é poder, mas mistério insondável de compaixão que reclama justiça para os que sofrem, um Deus que tem um projeto para humanizar o mundo e nos chama a colaborar com Ele seguindo Jesus¹⁴².

Para alguns pode realmente ser difícil entender um Deus-misericórdia que se volta para os últimos. Deus não se deixa enquadrar por ideologias, e deseja misericórdia e não sacrifícios (Os 6,6; Mt 9,13). É um Deus piedoso, compassivo, lento para a cólera, cheio de amor e fidelidade (Sl 86,15). Na realidade, acima de tudo e de todos está sempre o amor, expressão maior da essência de Deus. Por essa razão, “o objetivo de cada ação nossa só pode ser o amor: tal é o objetivo para onde caminhamos, e nada deve distrair-nos dele. Este amor é partilha, dedicação e serviço, mas começa pela descoberta de que primeiro fomos nós amados e despertados para o amor”¹⁴³.

Esse Deus que se revela como sendo amor, continua a se encarnar na vida de muitas pessoas cujos rostos trazem a marca do sofrimento, como veremos a seguir.

b) Inúmeros rostos marcados pelo sofrimento.

Vê-se, conforme discorremos, que, para Francisco, o termo pobre ultrapassa em muito um significado meramente socioeconômico, embora tais condições sejam determinantes para o agravamento da desigualdade e da marginalização. Para o papa, o pobre¹⁴⁴ e as situações de pobreza estão intrinsicamente relacionados com a exclusão, vulnerabilidade e necessidade de misericórdia. Desta maneira, constatamos que “a opção pelos pobres é antes de tudo uma opção de Deus que tem a raiz na misericórdia”¹⁴⁵. O pobre é, portanto, toda pessoa que anseia, por sua condição, de misericórdia; é o nosso irmão e irmã relegados à margem, às periferias geográficas,

¹⁴² PAGOLA, 2019, p. 115.

¹⁴³ FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o IV dia mundial dos pobres (em 15/11/2020)*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20180613_messaggio-ii-giornatamondiale-poveri-2018.html. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁴⁴ Por o pobre, entenda-se também a pobre: masculino e feminino.

¹⁴⁵ SUESS, 2017, p.85.

sociais e existenciais (*Evangelii Gaudium* 20, 30, 59)¹⁴⁶. Por isso Francisco nos recorda que todos nós cristãos somos chamados a cuidar dos mais frágeis da Terra (*Evangelii Gaudium* 209)¹⁴⁷.

Essa é também a lição extraída da parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) que, dada a sua centralidade para refletirmos sobre a Igreja pobre e para os pobres, bem como a sua própria prática pastoral, a transcreveremos da Sagrada Escritura e teceremos alguns comentários.

E eis que um legista se levantou e disse para experimentá-lo: “Mestre, que farei para herdar a vida eterna?” Ele disse: “Que está escrito na Lei? Como lês?” Ele, então, respondeu: “Amarás o Senhor teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, com toda a tua força e de todo o teu entendimento; e a teu próximo como a ti mesmo”. Jesus disse: “Respondeste corretamente; faze isso e viverás”. Ele, porém, querendo se justificar, disse a Jesus: “E quem é o meu próximo?” Jesus retomou: “Um homem descia de Jerusalém a Jericó, e caiu no meio de assaltantes que, após havê-lo despojado e espancado, foram-se, deixando-o semimorto. Casualmente descia por esse caminho um sacerdote; viu-o e passou adiante. Igualmente um levita, atravessando esse lugar, viu-o e prosseguiu. Certo samaritano em viagem, porém, chegou junto dele, viu-o e moveu-se de compaixão. Aproximou-se, cuidou de suas chagas, derramando óleo e vinho, depois colocou-o em seu próprio animal, conduziu-o à hospedaria e dispensou-lhe cuidados. No dia seguinte, tirou dois denários e deu-o ao hospedeiro, dizendo: “Cuida dele, e o que gastares a mais, em meu regresso te pagarei. Qual dos três, em tua opinião, foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?” Ele respondeu: “Aquele que usou de misericórdia para com ele”. Jesus então lhe disse: “Vai, e também tu, faze o mesmo” (Lc 10,25-37).

Sobre esta passagem nos remeteremos também em outros momentos. Por ora, queremos chamar a atenção para um aspecto: os seus personagens. Há o legista, um sacerdote e um levita. Esses são especificados por suas funções que, ademais, ilustram uma posição religiosa-social. Há, também, um samaritano descrito pela sua origem. Aparece, contudo, um personagem inominado sobre qualquer ângulo: *um homem (sem função e posição)*. Este estava *a caminho*, e *caiu* no meio de assaltantes. Fora alvo da violência, despojado e espancado. Quase morreu. Quem é este homem? Só temos a informação que descia de Jerusalém a Jericó. Seria um rico, um sem posses, quiçá um comerciante, ou um simplório pastor que estava visitando o templo de Jerusalém e agora voltava para casa? Não sabemos. Por outro lado, podemos dizer que ele foi uma vítima. Naquele momento

¹⁴⁶ Também existem aqueles que, não raro, são submetidos a uma espécie de *periferia eclesial*, dentre os quais podemos mencionar os leigos, fruto de uma visão clerical e hierarquizada da Igreja. Sobre esses aspectos falaremos no capítulo seguinte.

¹⁴⁷ Vale aqui ressaltar a reflexão acerca da amplitude do termo pobre em Francisco realizada por Francisco de Aquino Júnior: “a expressão ‘pobre’ tem um sentido bastante amplo para Francisco, mas não tão amplo a ponto de, cínicamente, incluir-nos a todos como se todos fossemos pobres. Isso, além de encobrir as injustiças e desigualdades sociais e falsificar a realidade, terminaria, na prática, negando a opção pelos pobres. Afinal, se somos todos pobres, a opção pelos pobres é opção por todos. E quando todos se tornam prioridade, ninguém mais é prioridade” (AQUINO JÚNIOR, 2017, p. 68).

ele era pobre, pois era vulnerável, necessitado de misericórdia. Faz parte daqueles inúmeros rostos marcados pelo sofrimento a que Francisco nos remete, deixados pelo caminho, machucados, descartados, desfigurados pela dureza e, muitas vezes, injustiças e violências da vida. A Sagrada Escritura não o nomina, e assim permite que nós o reconheçamos nos sofredores de todos os tempos, nos pobres de todas as épocas.

Francisco fala que essas pessoas marcadas pelo sofrimento assim o são

“pela marginalização, pela opressão, pela violência, pelas torturas e a prisão, pela guerra, pela privação da liberdade e da dignidade, pela ignorância e pelo analfabetismo, pela emergência sanitária e pela falta de trabalho, pelo tráfico de pessoas e pela escravidão, pelo exílio e a miséria, pela migração forçada”¹⁴⁸.

Em outra ocasião, diz que “é indispensável prestar atenção e debruçar-nos sobre novas formas de pobreza e fragilidade, nas quais somos chamados a reconhecer Cristo sofredor: os sem abrigo, os tóxico-dependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos, cada vez mais sós e abandonados, etc.” (*Evangelii Gaudium* 210). Desta forma, “para sermos uma Igreja verdadeiramente cristã, precisamos lançar o olhar sobre as misérias do mundo e não sermos indiferentes aos gritos angustiados daqueles que estão nas trevas do esquecimento”¹⁴⁹.

Isso inclui também o próprio planeta em que habitamos, a nossa casa comum, por vezes tão violentada sob o frágil argumento da geração desenfreada de riqueza que, infelizmente, concentra-se nas mãos de poucos. Afinal, “nós seres humanos, não somos meramente beneficiários, mas guardiões das outras criaturas” (*Evangelii Gaudium* 215). A crise social não está separada da questão do meio ambiente. Por esse motivo, o papa Francisco nos afirma, atento aos sinais dos tempos, que “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (*Laudato Si`* 139). Neste sentido, conclama-nos a uma *conversão ecológica*:

essa conversão comporta várias atitudes que se conjugam para ativar um cuidado generoso e cheio de ternura. Em primeiro lugar, implica gratidão e gratuidade, ou seja, um reconhecimento do mundo como dom recebido do amor do Pai, que consequentemente provoca disposições gratuitas de renúncias e gestos generosos, mesmo que ninguém os

¹⁴⁸ FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o I dia mundial dos pobres*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20170613_messaggio-i-giornata mondiale-poveri-2017.html. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁴⁹ BOGAZ; HANSEN, 2017, p. 108.

veja nem agradeça. [...] Além disso, a conversão ecológica, que faz crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, leva-o a desenvolver sua criatividade e seu entusiasmo para resolver os dramas do mundo, oferecendo-se a Deus “como sacrifício vivo, santo e agradável” (Rm 12,1) (*Laudato Si’ 220*).

É nessa perspectiva que, aquilo que hoje denominamos de ecoteologia,

opera uma transformação no paradigma antropocêntrico, que entraña a teologia contemporânea. Propõe, a partir de dentro, uma articulação estreita entre a reflexão teológica e a espiritualidade. Além disso, do ponto de vista prático, postula mudanças na ética cristã, ao incorporar “o grito da Terra” e exigir atitudes individuais, ações coletivas, políticas públicas e processos de gestão que visem à sustentabilidade da vida no nosso planeta¹⁵⁰.

Tendo em vista essas diferentes abordagens acerca dos pobres, há que se ter muito claro que pobreza não é destino. Pelo contrário, é fruto de uma cultura de morte, de estruturas igualmente de morte, em consequência de pecados pessoais e sociais. É nessa direção que Francisco afirma que “a pobreza não é procurada, mas criada pelo egoísmo, a soberba, a avidez e a injustiça: males tão antigos como o homem, mas sempre pecados são, acabando enredados neles tantos inocentes com dramáticas consequências sociais”¹⁵¹.

Não nos esqueçamos dos ensinamentos de Francisco por ocasião do I Encontro Mundial com os Pobres mencionadas no início deste capítulo em que dizia ser a pobreza “fruto da injustiça social, da miséria moral, da avidez de poucos e da indiferença generalizada”. Observe-se que não apenas a justiça – ou, no caso injustiça – social é colocada em relevo. Há uma miséria moral geradora ou que ao menos compactua com a pobreza. Muitos reduzem a moral católica à esfera sexual ou de costumes, o que é um erro¹⁵². Faz parte da moral católica lutar por um mundo onde os pobres tenham vida e a tenha em abundância (Jo 10,10), e isso inclui buscar transformar as estruturas. A inação dos cristão nesse campo é sinal de, parafraseando Francisco, miséria moral.

É também nesse horizonte que Gutiérrez pondera que:

A pobreza é, ademais, uma condição que tem causas humanas: estruturas sociais e categorias mentais. A solidariedade com os pobres não se limita à ajuda direta e imediata ao pobre; ela deve se manifestar também no compromisso por eliminar as causas da

¹⁵⁰ MURAD, 2009, p. 290.

¹⁵¹ FRANCISCO, Papa. *Mensagem o II dia Mundial dos Pobres*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20180613_messaggio-ii-giornatamondiale-poveri-2018.html. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁵² Outro equívoco é confundir, ou reduzir, a fé com a moral.

pobreza. Esta perspectiva entrou lentamente no magistério social da Igreja católica, mas desde há algumas décadas está claramente nele¹⁵³.

Convém observar que Gutiérrez vincula a solidariedade não somente à ajuda direta ou indireta aos pobres, mas também a um compromisso e, por que não dizer, luta política para eliminar as causas da pobreza¹⁵⁴. É uma solidariedade ativa em todos os sentidos: ao mesmo tempo em que oferece um auxílio imediato¹⁵⁵, almeja combater as causas da pobreza. A solidariedade torna-se, assim, gesto profético.

É assim que Francisco enxerga a solidariedade, e a relaciona inclusive com a atuação política dos movimentos populares. Observamos, pois, entre Francisco e Gutiérrez uma clara concordância de pensamentos nesse particular. Diz Francisco:

Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos em um palavrão, não se pode dizer; mas uma palavra é muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro [...]. A solidariedade, entendida em seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isso que os movimentos populares fazem (*Fratelli Tutti* 116)¹⁵⁶.

A solidariedade, portanto, possui uma dimensão política, e isso se relaciona estreitamente com os pobres. Constatata-se que

a manifestação do reinado de Deus em Jesus é eminentemente política. Declarar que leprosos, coletores de impostos, pecadores e os pobres são “filhos do reino de Deus” é uma afirmação resolutamente política, ao menos frente ao *establishment* judaico da época. Ela expressa um profundo descontentamento com o jeito como as coisas estão, um desejo fervente de vê-las mudadas¹⁵⁷.

As situações de pobreza que Francisco expõe são apenas exemplificativas, e não taxativas. Por isso Francisco nos diz que se trata de um elenco impiedoso e nunca completo. A pobreza,

¹⁵³ GUTIÉRREZ, 2013, p. 204.

¹⁵⁴ No capítulo anterior falamos sobre a dimensão conflitiva da misericórdia. Não existe misericórdia sem solidariedade. Ambas são proféticas e podem provocar reações devido a essa profecia.

¹⁵⁵ O sociólogo Betinho, idealizador do programa *Fome Zero*, dizia que quem tem fome tem pressa. Desta maneira, o que para alguns pode não passar de assistencialismo, para quem está sem o mínimo para sobreviver pode significar a continuidade de sua vida. Um prato de comida, para além de um gesto de solidariedade, é também um posicionamento político em prol dos mais pobres e necessitados. No mínimo é um gesto de bondade.

¹⁵⁶ Cumpre observar que Francisco, neste número 116 da *Fratelli Tutti*, está citando parte de seu próprio discurso de abertura por ocasião do *Encontro Mundial dos Movimentos Populares*.

¹⁵⁷ BOSCH, 2002, p. 55.

portanto, é um fenômeno a ser observado com as lentes da história. E mais, história inculturada. Neste sentido, a “pobreza sempre se analisa e comprehende no contexto das possibilidades reais de um momento histórico concreto” (*Fratelli Tutti* 21).

Há, portanto, situações de pobreza, e pobres de hoje que, no passado, não se cogitavam¹⁵⁸. Isso requer de nossa parte atenção aos sinais dos tempos e das transformações da sociedade. Por isso Francisco nos conclama ao dizer que

o clamor silencioso de tantos pobres deve encontrar o povo de Deus na vanguarda, sempre e em toda a parte, para lhes dar voz, defendê-los e solidarizar-se com eles face a tantas hipocrisias e tantas promessas não cumpridas, e para os convidar a participar na vida da comunidade¹⁵⁹.

Ademais, há que tomar cuidado para não praticarmos uma teorização dos pobres como se vislumbrássemos um objeto de análise à distância, sem uma convivência com e entre eles. Isso acarretaria numa espécie de objetificação desencarnada dos pobres, não os vendo como sujeitos com possibilidade de libertação, em processo de transformação. Como nos afirmou Francisco, em audiência geral no dia 25 de março de 2020,

a vida que somos chamados a promover e a defender não é um conceito abstrato, mas se manifesta sempre numa pessoa de carne e osso: uma criança recém nascida, um pobre marginalizado, um enfermo sozinho e desanimado em fase terminal, alguém que perdeu o emprego ou não consegue encontrar um, um imigrante rejeitado ou marginalizado...A vida se manifesta concretamente nas pessoas¹⁶⁰.

Nessa perspectiva, “[...] para além do discurso, o contexto atual exige que a Igreja se coloque dentro do mundo dos excluídos, sendo solidária com eles e, assim, continue atualizando na história a escandalosa parcialidade de Deus face ao pobre, ao sofrimento do justo e do inocente”¹⁶¹. Uma Igreja que deseja ser pobre e para os pobres e, portanto, também Igreja da misericórdia, não pode se contentar em se encastelar em seus templos, em se limitar a realizar missas para multidões, privilegiando uma espiritualidade emocional, mas com pouca ressonância profética e transformação que demanda conversão. E não o pode sob pena de se distanciar de Jesus.

¹⁵⁸ Hoje, por exemplo, podemos compreender o meio ambiente como sendo *pobre*, ou, como também gostamos de dizer, vulnerável.

¹⁵⁹ FRANCISCO, Papa. *Mensagem do papa Francisco para o III dia mundial dos pobres*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20180613_messaggio-ii-giornatamondiale-poveri-2018.html. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁶⁰ FRANCISCO, 2021, p. 100.

¹⁶¹ BRIGHENTI, 2006, p. 44

Não nos enganemos: sempre que a Igreja se lambuzou com as benesses do poder ou de uma vida fácil; quando se aliou aos poderosos, relegando os pobres a meros discursos sem vivência; quando se restringiu a práticas sacramentais, porém sem buscar levar as pessoas ao encontro com o mistério; deixou de ser ela mesma sinal, sacramento, e passou a se comportar como uma mera instituição burocrática, uma espécie de repartição religiosa. Aonde o pobre não entra, Jesus também é deixado do lado de fora. Ou, como nos ensina Francisco: “Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem fervilha o entusiasmo de fazer o bem” (*Evangelii Gaudium* 2).

Desta forma, veremos a seguir que os pobres estão no centro do Evangelho, e Francisco assim o diz de maneira clara.

2.1.1 A opção pelos pobres como imperativo cristão

Francisco é um homem de seu tempo, moldado pela realidade eclesial e teológica latino-americana que, sem ser homogênea, possui características marcantes. Dentre tantos aspectos possíveis de serem mencionados, cremos que a maior contribuição da Igreja na América Latina é ter ela, a partir da história, lido os sinais dos tempos e recepcionado, ou contextualizado o Concílio Vaticano II. E o ter feito na perspectiva dos pobres: “A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (Documento de Aparecida 391). Não restam dúvidas, portanto, que “a evangélica opção pelos pobres é a dimensão mais central e característica da espiritualidade e da prática pessoal, da leitura bíblica e da teologia propriamente latino-americanas”¹⁶².

Esse é o ambiente teológico-cultural em que Francisco cresceu e se desenvolveu. O Espírito fez suscitar na América-latina, em particular após o Vaticano II, uma teologia mais aberta ao diálogo e profundamente enraizada na realidade de seus povos. Com efeito,

a inserção no “mundo do pobre” e a assunção de sua perspectiva constituem ocasião propícia para o processo de “conversão” no ato mesmo de pensar e de refletir

¹⁶² MUNÑOZ, 2012, p. 99.

teologicamente. Em âmbito teológico, propõe-se uma atitude de “honestidade intelectual” em face à realidade¹⁶³.

Do diálogo e da constatação com a realidade surgiu a necessidade de apresentar um Evangelho da vida (e para a vida). Para tanto, a justiça e dignidade humana passaram a ser defendidas e protegidas com maior veemência para além da teoria. E isso em todas as esferas onde ela é vilipendiada, onde o ser humano não é mais visto como imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26), mas uma estatística, massa de manobra nas mãos de quem detém o poder econômico e político, e os utiliza não em prol da coletividade e da justiça, mas do lucro a qualquer custo e para a manutenção de privilégios. Ao se deparar com essas inquietações e situações de morte, os teólogos latino-americanos (fiéis leigos e ordenados), juntamente com outros membros do Povo de Deus, buscaram responder à pergunta sempre atual e presente que o Senhor faz a todos nós: “Onde está o teu irmão”?

É nesse panorama que a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968)¹⁶⁴, ocorrida em Medellín, primeira após o Vaticano II, inaugurou a leitura desse Concílio em nossa região¹⁶⁵. E o fez de maneira profética e libertadora:

O episcopado latino-americano não pode ficar indiferente perante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana. e que, em muitíssimos casos, chega a ser miséria inumana. Um surdo clamor que brota de milhares de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes advém de nenhuma parte (Documento de Medellín 14.1; 14.2).

Vê-se aí um chamado a não indiferença em relação aos pobres da América Latina. Esse chamado não é lançado primordialmente aos de fora, mas sim aos que se encontram no interior da Igreja, principalmente os seus pastores. Podemos depreender, portanto, que a necessidade de se chamar a atenção para tal indiferença pode estar a significar justamente aquilo que se deseja

¹⁶³ RIVAS; TAVARES, 2016, p. 224.

¹⁶⁴ A primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano se deu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 1955.

¹⁶⁵ Dizemos ter inaugurado porque Puebla (1979) igualmente imprimiu uma recepção do Vaticano II em continuidade com Medellín, porém sem deixar de oferecer as suas próprias contribuições. Ainda que Medellín e Puebla sejam paradigmáticas, cada Conferência posterior buscou imprimir um olhar latino-americano na caminhada da Igreja na região, ainda que com prismas particulares. Ademais, Aparecida (2007) também nos parece adentrar no grupo de Conferências paradigmáticas, dada a sua profunda reflexão acerca da pastoral e da missão, chamando-nos a atenção para o fato de todos os cristãos somos discípulos-missionários que, posteriormente, Francisco iria incorporar na *Evangeli Gaudium*.

combater, isto é, de que ela é um fenômeno presente no nosso episcopado e, diríamos, na Igreja como um todo.

Além do mais, em Medellín os bispos latino-americanos reconheceram que chegavam até eles queixas de que a chamada hierarquia e os religiosos viviam como ricos e se aliavam também aos ricos. E apontou concretamente essas situações:

Muitos fatores têm contribuído para a formação desta imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as residências dos párocos e religiosos, quando são superiores às dos bairros em que vivem; os veículos próprios, às vezes luxuosos; a maneira de vestir herdada de outras épocas, são alguns desses fatores. [...] Acrescentamos a isso o exagerado sigilo em que se tem mantido o movimento econômico dos colégios, paróquias e dioceses, ambiente de mistério que agiganta as sobras e ajuda a criar fantasias; e casos isolados de condenável enriquecimento que foram generalizados (Documento de Medellín 14.2)¹⁶⁶.

É também importante destacar que os bispos reunidos em Medellín fizeram como que uma confissão e penitência públicas ao dizerem, corajosamente, que:

No contexto de pobreza e até miséria em que vive a grande maioria do povo latino-americano, os bispos, sacerdotes e religiosos temos o necessário para a vida e certa segurança, enquanto os pobres carecem do indispensável e se debatem entre a angústia e a incerteza. E não faltam casos em que os pobres sentem que seus bispos, párocos e religiosos, não se identificam realmente com eles, com seus problemas e angústias, e que nem sempre apoiam os que trabalham com ele ou defendem sua sorte (Documento de Medellín 14.3).

As palavras de Medellín ditas no ano de 1968 parecem ressoar com a força das vozes proféticas que atravessam os tempos e são capazes de nos questionar profundamente. Como dito no início, adentramos mais na reflexão acerca do pobre, mas não nos parece que aprofundamos a demanda para sermos uma Igreja pobre. E não apenas para legitimar as nossas pregações, e sim porque Jesus assim veio ao mundo: um pobre judeu no meio dos mais pobres e marginalizados da sociedade de seu tempo.

As demais Conferências mantiveram a mesma sensibilidade e perspectiva, ainda que possamos falar em enfoques diferentes. Todavia, o pobre nunca deixou de ocupar um lugar central na reflexão da teologia e magistério latino-americanos. Neste aspecto, podemos dizer que “o papa Francisco carregou para a sua prática magisterial, como Bispo de Roma, de maneira como que

¹⁶⁶ Cumpre observar que o próprio Documento de Medellín teve o cuidado de não generalizar, reconhecendo que parte do clero vive em situações de privações e abnegado serviço aos pobres (Documento de Medellín 14.3).

conatural, a opção pelos pobres e excluídos e por sua libertação, que floresceu na Igreja da América Latina e do Caribe”¹⁶⁷.

Fato é que,

por estarem no cerne da mensagem do Evangelho, os pobres estão no centro da doutrina social cristã desde a época dos Padres da Igreja até hoje. Na metade do século XX o Papa João XXIII, no Concílio Vaticano II, definiu a Igreja como a Igreja dos pobres. Agora o Papa Francisco coloca esse tema no cerne de seu pontificado. Esse é o percurso que a teologia latino-americana traçou e no qual perseverou, durante cinco décadas, seguindo o Vaticano II¹⁶⁸.

Para Francisco, “existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres” (*Evangelii Gaudium* 48) e “deriva da nossa fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos abandonados da sociedade” (*Evangelii Gaudium* 186). Destarte, a

nossa fé proclama que Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem. Por isso, a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com a sua pobreza. Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (Documento de Aparecida 392).

Não se trata, pois, verdadeiramente de uma *opção* no sentido de se escolher entre tantas outras possibilidades. Afinal, “no coração de Deus, ocupam lugar preferencialmente os pobres, tanto que até ele mesmo ‘tornou-se pobre’ (2Cor 8,9). Todo caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (*Evangelii Gaudium* 197). Desta forma, “o fundamento último da preferência pelo pobre está na bondade de Deus; e não na análise social ou na compaixão humana, por relevantes que estas razões possam ser”¹⁶⁹. Como argumenta Taborda,

condição da profissão de fé em Jesus Cristo hoje (o Senhor presente em sua comunidade) é o seguimento do Jesus ontem, o Jesus de Nazaré dos Evangelhos, cercado de pobres, enfermos, marginalizados, que, por afirmar que essa solidariedade era a vontade do Pai, foi condenado à morte e executado “do lado de fora da porta” (Hb 13,12), um a mais entre os crucificados pela injustiça de todos os tempos¹⁷⁰.

¹⁶⁷ BEOZZO, 2016, p. 21.

¹⁶⁸ BINGEMER, 2017, p. 70.

¹⁶⁹ *El fundamento último de la preferencia por el pobre está en la bondad de Dios; y no en el análisis social o en la compasión humana, por relevantes que estas razones puedan ser* (GUTIÉRREZ, 2013, p. 142).

¹⁷⁰ TABORDA, 2016, p. 43.

A exemplo de Manzini, parece-nos claro que

neste pontificado os pobres não são mais um tema proposto, mas se torna o coração da missão, do pensamento e a prioridade de Francisco. Sendo um pontificado de serviço da caridade, o Santo Padre traz para o coração da Igreja, de modo efetivo a irrenunciável tarefa evangélica: Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes (Mt 25,40)¹⁷¹.

A própria capacidade de se ouvir o clamor dos pobres advém da ação da graça em todos nós, e isso envolve ações pontuais de solidariedade, bem como a luta para incidir nas causas estruturais da pobreza (*Evangelii Gaudium* 188). Observamos, desta maneira, que uma *Igreja pobre e para os pobres* é, para além de uma aparente frase de efeito, uma verdade de fé que só pode ser compreendida à luz da ação da graça, sob o influxo do Espírito.

Ora, se é consequência da nossa fé em Jesus a preocupação com o desenvolvimento integral do ser humano, com um olhar especial aos pobres e marginalizados, também a nossa evangelização necessita ser integral em vista da libertação do homem e da mulher. Nesta perspectiva, Paulo VI já havia esclarecido o vínculo estreito entre evangelização, promoção humana e libertação:

Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem de fato laços profundos: [...] laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada (*Evangelii Nutiandi* 31)¹⁷².

Assim, “cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus a serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo” (*Evangelii Gaudium* 187). E integrar os pobres na sociedade implica sermos, cada vez mais, aquilo que os bispos reunidos em Aparecida chamaram de *Igreja samaritana* (Documento de Aparecida 26, 176, 419). Para tanto, há que se apresentar à humanidade com as atitudes do *bom samaritano*. Trata-se de, efetivamente, *ver* os pobres de maneira misericordiosa. Compadecer-se dos sofrimentos de todos em situação de exclusão e vulnerabilidade. Por outro lado, não é suficiente *ver e sentir compaixão*.

¹⁷¹ MANZINI, 2016, p. 25.

¹⁷² Remetemos à leitura do capítulo III da *Evangelii Nutiandi*. Dentre outros aspectos, além da questão da evangelização e da promoção humana, há uma importante reflexão de Paulo VI sobre a o tema da libertação. Trata-se, na verdade, de leitura fundamental para quem desejasse aprofundar acerca do processo de evangelização da Igreja, cujas intuições Francisco também parece ter se inspirado quando da elaboração de sua *Evangelii Gaudium*.

Uma Igreja samaritana *aproxima-se* das chagas dos pobres para *cuidá-las*. Entra, pois, em relação. Depois *acompanha* esse pobre para que recupere a sua dignidade.

Entretanto, frequentemente em nossa realidade não somos capazes de ser comunidades samaritanas. E não o somos quiçá porque nós mesmos estamos pelo caminho autocentrados, desfigurados pelo nosso egoísmo e comodismo. Ainda que nem sempre reconheçamos, tantas vezes somos nós que precisamos ser renovados pelo amor de Jesus, que nos vê, sente compaixão, cuida de nossas feridas, acompanha-nos em nosso processo de cura e resgata a nossa dignidade. Sem Ele, nada podemos fazer (Jo 5,5). Por isso é tão necessário aquilo que Francisco chama de *conversão pastoral*¹⁷³. Aliás, o papa, em encontro com o episcopado brasileiro, no Rio de Janeiro, em 27 de julho de 2013, ressaltou a importância da conversão pastoral, e a relacionou com a misericórdia, ao dizer que:

Quanto à conversão pastoral, quero lembrar que “pastoral” nada mais é que o exercício da maternidade da Igreja. Ela gera, amamenta, faz crescer, corrige, alimenta, conduz pela mão...Por isso faz falta uma Igreja capaz de redescobrir as entradas maternas da misericórdia. Sem a misericórdia, poucas possibilidades temos hoje de inserir-nos em um mundo de “feridos”, que tem a necessidade de compreensão, de perdão e de amor¹⁷⁴.

Já em seu encontro com a comissão de coordenação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 28 de julho de 2013, Francisco destacou a necessidade da conversão pastoral, relacionando-a com a renovação interna da Igreja. Segundo ele, “essa conversão implica acreditar na Boa-nova, acreditar em Jesus Cristo portador do Reino de Deus, em sua irrupção no mundo, e sua presença vitoriosa sobre o mal; acreditar na assistência e guia do Espírito Santo e prolongamento do dinamismo da Encarnação”¹⁷⁵. E mais à frente, Francisco assim de manifesta: “A Conversão Pastoral diz respeito, principalmente, às atitudes e a uma reforma de vida. Uma mudança de atitudes é necessariamente dinâmica: “entra em processo”, e só é possível moderá-lo acompanhando-o e discernindo-o”.¹⁷⁶

¹⁷³ Para aprofundar o tema da conversão pastoral que Francisco enfatiza, sugerimos a leitura do Documento de Aparecida 365-372 e *Evangelii Gaudium* 25, 27, 32. Outrossim, também remetemos à leitura completa do discurso de Francisco para o episcopado brasileiro e, posteriormente, à coordenação do CELAM quando de sua vinda ao Brasil em 2013, dos quais transcrevemos apenas alguns fragmentos.

¹⁷⁴ Palavras do Papa Francisco no Brasil, 2013, p. 104.

¹⁷⁵ Palavras do Papa Francisco no Brasil, 2013, p. 135.

¹⁷⁶ Palavras do Papa Francisco no Brasil, 2013, p. 137.

Frise-se, outrossim, que, para a Igreja, a opção pelos pobres “é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica ou filosófica. Deus manifesta a sua misericórdia antes de mais a eles” (*Evangelii Gaudium* 198). E mais: Francisco prossegue dizendo que “esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem o mesmo sentir e pensar que no Cristo Jesus” (Fl 2,5) (*Evangelii Gaudium* 198). Se essa opção pelo pobre espelha o querer do próprio Cristo, e se coaduna com a sua práxis, segundo observamos na Sagrada Escritura, podemos depreender que existe uma ligação íntima entre o mistério de Deus e o mistério do pobre. E a compreensão desse mistério, ainda que parcial, dá-se na história: “[...] o mistério desse Deus e desse Cristo vai-se mostrando em relação com os pobres deste mundo, de modo que aprofundar na figura histórica do mistério dos pobres é aprofundar também no mistério de Deus, e vice-versa”¹⁷⁷. Por isso, é preciso ter claro que “a verdadeira esperança cristã, que procura o Reino escatológico, gera sempre história” (*Evangelii Gaudium* 181). Neste sentido, “o reino de Deus como meta da história de Deus com sua criação não significa apenas o futuro histórico-transcendente do nosso mundo. Pela presença de Jesus crucificado e ressuscitado no Espírito que sopra onde quer, este Reino se configura já na história”¹⁷⁸.

Os pobres se encontram nas diversas periferias, conforme já expusemos. Não obstante, a Boa-nova de Jesus desloca a periferia para o centro. É a lógica da misericórdia que nos mostra que “os pobres estão no centro do Evangelho, estão no coração do Evangelho. Se tirarmos os pobres do Evangelho, não podemos compreender toda a mensagem de Jesus Cristo”¹⁷⁹. Em Jesus aquilo que é marginal, periférico, torna-se fundamental, central. Mas, vale repetir, não basta teorizar sobre a pobreza. A opção pelos pobres requer escolhas pastorais e estruturais: “Essas preocupações e prioridades devem se concretizar na vida dos cristãos e das comunidades cristãs. Não se pode ficar apenas nos ‘grandes princípios’ e em ‘meras generalizações’”¹⁸⁰. Enquanto Igreja, devemos nos perguntar: estamos efetivamente propiciando oportunidades de acolhimento dos pobres, em suas múltiplas situações, e a luta profética para combater as instâncias e situações de injustiça na sociedade? Temos um olhar preferencial para os pobres em uma dimensão *ad intra*, isto é,

¹⁷⁷ SOBRINO, 2008, p. 46

¹⁷⁸ KEHL, 2020, p. 74.

¹⁷⁹ FRANCISCO, 2017, p. 95.

¹⁸⁰ AQUINO JÚNIOR, 2017, p. 69.

reconhecendo que há também expressões de marginalização no conjunto do povo de Deus?¹⁸¹ E mais: somos uma Igreja que efetivamente comunga da vida dos pobres e de suas lutas, ou, em muitos casos, preferimos nos alinhar aos poderosos?

Lembremos que o nosso agir misericordioso é uma das características de uma Igreja da misericórdia¹⁸². E como a misericórdia se volta para quem mais dela necessita, são os pobres os seus principais destinatários ou, melhor dizendo, interlocutores. Trata-se, portanto, da misericórdia que gera ação; que cultiva e estimula a solidariedade como instrumento que ultrapassa a ajuda mais imediata (tantas vezes necessária). É nessa perspectiva que Francisco, em mensagem à Federação Europeia de Bancos Alimentares, em 18 de maio de 2019, assim se manifestou:

Solidariedade com os pobres significa pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade de vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. Significa também lutar contra as causas estruturais da pobreza: a desigualdade, a falta de trabalho e de uma casa, a negação dos direitos sociais e laborais. A solidariedade é um modo de fazer história com os pobres, evitando obras altruístas que reduzem o outro à passividade¹⁸³.

Como vimos, a opção pelos pobres é um imperativo cristão, portanto, “ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social” (*Evangelii Gaudium* 201). A opção pelos pobres como imperativo cristão deriva do imperativo da misericórdia que falamos no capítulo primeiro. E ambos têm como fonte não uma visão de Igreja, mas a própria fé em Jesus Cristo e a ação do Espírito em nós e na Igreja. Neste sentido, “à vista dos pobres, não se perca tempo a lutar pela primazia da intervenção, mas reconheçamos humildemente que é o Espírito quem suscita gestos que sejam sinal da resposta e da proximidade de Deus”¹⁸⁴. Tal como fora da misericórdia não há salvação, podemos acrescentar que fora dos pobres também não há salvação, a ponto de Jon Sobrino ter escrito uma obra com este título¹⁸⁵.

¹⁸¹ No capítulo 3 desenvolveremos uma reflexão sobre aquele grupo que compõe o maior número de cristãos na Igreja: os leigos. Buscaremos demonstrar que eles, na dimensão *ad intra* eclesial, podem ser considerados, sob determinados aspectos, *pobres*.

¹⁸² Conforme visto no capítulo 1.

¹⁸³ FRANCISCO, 2021, p. 84.

¹⁸⁴ FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o II dia mundial dos pobres*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20180613_messaggio-ii-giornatamondiale-poveri-2018.html. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁸⁵ *Fora dos pobres não há salvação* é uma obra de Jon Sobrino: coletânea de textos do renomado teólogo. Tal livro encontra-se descrito nas referências.

2.1.2 A Igreja dos pobres deve ser pobre ela mesma

Relembremos que Francisco deseja uma Igreja pobre e para os pobres. E a teologia, após o Vaticano II, especialmente na América Latina, conforme já expusemos, tem se debruçado, e evoluído em sua reflexão sobre a questão dos pobres como sujeitos e interlocutores privilegiados da evangelização, reconhecendo “outras pobrezas antropológicas para além dos tipos socioeconômico e político”¹⁸⁶.

Tais reflexões sobre os pobres, em seus diversos matizes, inclusive no que se refere ao meio ambiente (ecologia integral), foram – e continuam a ser – aprofundadas nos estudos teológicos e na reflexão eclesial. Isso é um bom sinal. Todavia, há um aspecto que tem passado ao largo sem maiores repercussões, seja na vida prática de nossas comunidades, seja na produção acadêmica relativa à questão dos pobres e da pobreza. Trata-se da primeira parte da frase de Francisco: “como eu queria uma Igreja pobre...”. É, pois, outra dimensão *ad intra* da pobreza que, talvez por tocar numa prática de vida exigente, muitas vezes preferimos não nos aprofundar e até mesmo silenciar. Trata-se da pobreza a ser vivida pela Igreja, seus pastores, suas estruturas, sua prática, e pelo Povo de Deus de maneira geral.

Até aqui falamos de diversos aspectos sobre a misericórdia e características de uma Igreja da misericórdia. Em tudo, porém, há um elemento capaz de desencadear admiração ou decepção por parte dos Povo de Deus e do conjunto da humanidade quando nos referimos à Igreja: a sua coerência. Discursos bonitos, documentos bem elaborados, encontros cheios de fervor, repetição quase pela memória da doutrina, tudo isso cai por terra quando a pregação não caminha lado a lado com o testemunho de uma vida coerente¹⁸⁷. Na busca por essa coerência, sempre limitada por nossas quedas e contradições, é necessário que peçamos o auxílio da Graça, tal como na letra de uma das músicas do Pe. Francys Adão, SJ: “Jesus eu quero ser compassivo com os que sofrem. Levar tua justiça confirmando minha fé. Que eu tenha uma perfeita harmonia entre a doutrina e o viver”¹⁸⁸.

¹⁸⁶ BINGERMER, 2017 p. 42

¹⁸⁷ Estamos cientes, porém, de que a nossa humanidade é falha. Todos temos as nossas quedas e limitações. Muitas vezes não fazemos o bem que queremos, e acabamos por realizar o mal que não queremos (Rom 7,19). Não obstante, ainda que não seja possível uma coerência plena, total entre as nossas palavras e atos, devemos buscá-la sempre. Uma postura de humildade, vigilância, fé e perseverança é necessária. Não podemos, desta forma, nos habituarmos com as nossas incoerências e pecados. Aí reside a diferença entre o pecador e o corrupto, na visão de Francisco. Ser coerente demanda esforço pessoal, mas também somos necessitados do auxílio da Graça.

¹⁸⁸ ADÃO, não paginado.

Não é sem razão que Francisco, em 14/04/2013, isto é, poucas semanas após a sua eleição, em homilia proferida na Basílica de São Paulo fora dos muros¹⁸⁹, nos faz o seguinte alerta:

Recordemo-lo bem todos nós: não se pode anunciar o Evangelho de Jesus sem o testemunho concreto da vida. Quem nos ouve e vê, deve poder ler nas nossas ações aquilo que ouve da nossa boca, e dar glória a Deus! Isto traz-me à mente um conselho que São Francisco de Assis dava aos seus irmãos: Pregai o Evangelho; caso seja necessário, mesmo com as palavras. Pregar com a vida: o testemunho. A incoerência dos fiéis e dos Pastores entre aquilo que dizem e o que fazem, entre a palavra e a maneira de viver mina a credibilidade da Igreja¹⁹⁰.

Francisco, por sua vez, ao falar sobre a necessidade de coerência, o faz como quem vive o que prega. Quando bispo de Buenos Aires, segundo nos relata Ivereigh (2015), mantinha uma vida simples e austera:

Apesar de que naquele tempo ele podia ter duas secretárias(os) para ajudá-lo a gerenciar sua correspondência e ligações, ele mantinha a sua própria agenda e costumava telefonar diretamente para as pessoas. Diferentemente da maioria dos arcebispos, Bergoglio não tinha um secretário “particular” – geralmente um padre – para segui-lo, e continuava a se deslocar pela cidade por transporte público e a pé, aparecendo sozinho, normalmente numa simples roupa de padre¹⁹¹.

Gestos simples, mas que demonstram, pela parte do então arcebispo Bergoglio, a consciência de que o bispo é um pastor a serviço do povo de Deus, e não um pequeno senhor feudal que almeja – ou ao menos incentiva – ser servido e tratado com deferências que beiram a bajulação¹⁹². Até mesmo porque,

muito luxo, muita vaidade, muita ostentação foi sendo agregada à imagem da Igreja, que hoje mais prejudicam do que ajudam. Entretanto, o imperativo evangélico do cuidado com

¹⁸⁹ É chamada de *fora dos muros* por se encontrar geograficamente *fora dos muros do Vaticano*.

¹⁹⁰ FRANCISCO, Papa. *Homilia proferida na Basílica de São Paulo fora dos muros*, em 14 de abril de 2014. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130414_omelia-basilica-san-paolo.html. Acesso em 20/04/2021.

¹⁹¹ *Although he would in time have two secretaries to help manage his correspondence and calls, he kept his own diary and usually phoned directly. Unlike most archbishops, Bergoglio did not have a “private” secretary – usually a priest – to shadow him, and he continued to move around the city by public transportation and on foot, turning up alone, usually in a simple priest’s suit* (IVEREIGH, 2015, p. 240).

¹⁹² Com isso não queremos dizer, de modo algum, que os nossos bispos não devam ser tratados com respeito, educação e, mesmo, afeto. Pelo contrário, acreditamos que esse tipo de tratamento deva ser oferecido a todos os fiéis. Neste sentido, há uma cultura clerical que ainda perdura na Igreja – sendo bastante resistente ao tempo e ao Espírito -, sobre a qual discorreremos no capítulo 3.

os pobres e da *sobriedade de vida* deve se tornar uma realidade não só às autoridades eclesiásticas como também a cada cristão¹⁹³.

Cumpre destacar que a coerência de Francisco não trazia consigo nenhuma inovação. O Vaticano II já havia falado da necessidade da Igreja proclamar, pelo seu exemplo, a humildade e a abnegação. Neste sentido, cremos importante discorrermos sobre dois textos Conciliares onde a questão do pobre ficou explicitada:

Cristo Jesus, “como subsistisse na condição de Deus, despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo” (Fil 2,6) e por nossa causa “fez-se pobre embora fosse rico” (2 Cor 8,9): da mesma maneira a Igreja, embora necessite dos bens humanos para executar sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação. Cristo foi enviado pelo Pai para “evangelizar os pobres, sanar os contritos de coração” (Lc 4,18), “procurar e salvar o que tinha perecido” (Lc 19,10): semelhante, a Igreja cerca de amor todos os afligidos pela fraqueza humana, reconhece mesmo nos pobres e sofredores a imagem de seu Fundador pobre e sofredor (*Lumen Gentium* 8c).

Outro texto merecedor de destaque é o seguinte:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração (*Gaudium et Spes* 01).

Observe-se que citamos trechos de duas Constituições: uma dogmática sobre a Igreja e outra pastoral, também sobre a Igreja. Nesses pequenos recortes que, em face de todo o conjunto dos documentos, podem parecer insuficientes, há ensinamentos que revelam verdades de fé que encontraremos no magistério de Francisco. Vejamos:

- a) Cristo Jesus, “como subsistisse na condição de Deus, despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo” (Filip 2,6) e por nossa causa “fez-se pobre embora fosse rico” (2 Cor 8,9).
- b) As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo.
- c) Da mesma maneira a Igreja, embora necessite dos bens humanos para executar sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação.

¹⁹³ MIRANDA, 2019, p. 91-92.

Ademais, há outra passagem em um documento Conciliar – *Presbyterorum Ordinis* (sobre o ministério e a vida dos presbíteros) que toca diretamente no estilo de vida que devem viver os presbíteros e, obviamente, também os bispos. Vejamos:

[...] Os bens que porém lhes advierem no desempenho de algum ofício eclesiástico, salvo algum direito particular, empreguem-nos os Presbíteros, como aliás também os Bispos¹⁹⁴, sobretudo para seu sustento honesto e para o cumprimento dos deveres do próprio estado. O que porém sobrar queiram destiná-lo em benefício da Igreja ou às obras de caridade. Não lhes sirva o ofício eclesiástico para fins de lucro, nem empatem rendas que daí provenham para aumento de seu patrimônio. Não prendam pois os sacerdotes de forma alguma o coração às riquezas, mas evitem sempre toda cobiça, abstendo-se, com cuidado, de qualquer aparência de comércio. São até convidados a abraçar a pobreza voluntária, que tornará mais evidente sua semelhança com Cristo e os fará mais disponíveis para o sagrado ministério. Pois Cristo, por nossa causa, se fez pobre, sendo rico, a fim de nos enriquecer por Sua pobreza (*Presbyterorum Ordinis* 17).

Em que pese a clareza das palavras acima transcritas, cremos importante ressaltar os seguintes aspectos relacionados tanto aos presbíteros como aos bispos:

- a) Os bens que lhes advierem de algum ofício eclesiástico sirvam para o seu sustento honesto. E isso não lhes confere a faculdade de acumular riquezas, seja em dinheiro ou em bens. Pelo contrário, o que daí sobrar há que ser destinado à Igreja ou às obras da caridade. Ou seja, em benefício da própria comunidade e do exercício prático da misericórdia.
- b) Os seus corações não devem se prender às riquezas. Impossível não recordar de Jesus:

Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a traça e o caruncho os corroem e onde os ladrões arrombam roubam; mas ajuntais para vós tesouros no céu, onde nem a traça, nem o caruncho corroem e onde os ladrões não arrombam nem roubam; pois onde está o teu tesouro aí estará também o teu coração (Mt 6,19-21).

- c) São até convidados a abraçar a pobreza voluntária. E assim o são não por qualquer questão ideológica, mas por fidelidade a Cristo, que se fez pobre e servidor. E isso vale para a Igreja. A opção pelos pobres é, portanto, parte integrante da Revelação. Nesse horizonte, cumpre ressaltar que “fundamental aqui é que o motivo de tal comportamento divino não está nos pobres, em suas qualidades e virtudes, mas no próprio Deus. Deus se revela assim, Deus é assim. Desse modo, enfatiza-se ser a opção pelos pobres dado da revelação, que atinge sem mais a nossa fé”¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Aqui vale uma breve observação: nesta tradução da editora Vozes, quando se refere a leigos, o faz com letra minúscula. No entanto, quando menciona presbíteros e bispos, os descreve com a inicial em maiúsculo. A razão dessa diferenciação não sabemos, apesar de reconhecermos que a linguagem não é despida de valores, não é neutra.

¹⁹⁵ MIRANDA, 2016, p. 146.

Outrossim, em Medellín, a necessidade de buscarmos os caminhos da coerência não deixou de ser mencionado:

Queremos que a Igreja na América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus devem dar à vida, suas palavras e atitudes e ação, a coerência necessária com as exigências evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos (Documento de Medellín, 14. 8).

Uma Igreja pobre, expressão de uma Igreja da misericórdia, como vimos, não foi uma criação de Francisco. João XXIII já falava de uma Igreja dos pobres, e os documentos acima citados demonstram que o Vaticano II deixou clara essa questão. Desta forma, resta claro que “a perspectiva eclesiológica de Francisco põe a Igreja de volta sobre os passos de Jesus, o missionário do Pai, ao mesmo tempo em que desperta a consciência de cada cristão para a necessidade do testemunho de vida coerente com os valores do Evangelho”¹⁹⁶. Assim,

ao envolver a Igreja, através dos pobres, nas grandes causas da humanidade, a “opção pelos pobres” só faz sentido no próprio empobrecimento, capaz de transformar a missão *ad pauperes* numa missão *inter pauperes*, a opção pelos pobres numa opção com e entre eles. O Papa Francisco deseja “uma Igreja pobre para os pobres” (*Evangelii Gaudium* 198)¹⁹⁷.

Com essas reflexões em mente, propomos que a opção pelos pobres pode ser vista sob dois ângulos:

- Primeiro, como profecia: espelha o coração de Deus, via da nossa própria redenção: “no coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres, tanto que até Ele mesmo “tornou-se pobre” (2Cor 8,9). Todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (*Evangelii Gaudium* 197).

- Segundo, como proposta de uma vida coerente: voltada para a defesa dos direitos e dignidade dos pobres, mas também fazendo-se pobre, com uma vida simples.

Constatamos que, “com seu programa de uma Igreja pobre e para os pobres, o papa Francisco dirige uma séria interpelação à Igreja. O desafio concerne à Igreja como instituição, à sua imagem e à forma de gerenciar o seu dinheiro e os seus bens”¹⁹⁸.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, 2016, p. 298.

¹⁹⁷ SUESS, p. 62, 2015

¹⁹⁸ KASPER, p. 106, 215b.

Muitos são palavras e gestos de Francisco que nos remetem a uma Igreja pobre e para os pobres, e o mundo está atento a este novo *estilo* do papado: “pobre no jeito de ser (simplicidade e austeridade no modo de vida e nas expressões simbólico-rituais) e comprometida com os pobres (proximidade física dos pobres e prioridade pastoral)”¹⁹⁹. Atente-se que falamos em um *estilo do papado*. Com isso queremos dizer que, para além de Francisco, que no presente personifica esse estilo, cremos que tal pode vir a se tornar uma nova maneira de se exercer o ministério que compete ao bispo de Roma. O estilo, nesta perspectiva, não é apenas um *toque pessoal*, e sim revela uma identidade mais profunda. O estilo é mais que forma; é também conteúdo, mensagem. Por isso O’Malley – que cunhou esse termo em relação ao Vaticano II – nos diz que:

a escolha de estilo é escolha de identidade, escolha de personalidade, escolha neste caso do tipo de instituição que o Concílio queria que a Igreja fosse. [...] Estilo, às vezes entendido erroneamente como apenas ornamento da linguagem, vestimenta exterior que adorna o pensamento, é, na verdade, a expressão máxima do sentido. O “o que” e o “como” da linguagem são inseparáveis²⁰⁰.

O estilo que o papa Francisco simboliza é, primordialmente, o de uma Igreja misericordiosa, alegre por estar com o seu Senhor, com os olhos voltados aos menos favorecidos, aos sofredores, aos excluídos, abarcados pela palavra *pobre*. É o retorno às raízes, na busca para ser fiel ao seu Fundador. Esse chamado à pobreza, no caso, volta-se a todos, mas especialmente aos ministros ordenados que ocupam funções dentro da Igreja, pois são eles os pastores das comunidades, que visibilizam a própria instituição, bem como às estruturas eclesiais²⁰¹.

Em suma, conforme Medellín (1968), “todos os membros da Igreja são chamados a viver a pobreza evangélica. Mas nem todos da mesma maneira, pois nela há diversidade de vocações, que comportam diversos estilos de vida e diversas formas de agir” (Documento de Medellín 14.6).

Aliás, os bispos reunidos em Medellín, com clara inspiração no *Pacto das Catacumbas*²⁰², assumiram vários compromissos, dentre os quais podemos acentuar (Documento de Medellín 14.12; 14.13; 14.15):

¹⁹⁹ AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 163.

²⁰⁰ O’MALLEY, 2014, p. 316.

²⁰¹ Também os leigos são chamados a viver a pobreza, de maneira particular, na defesa dos pobres na sociedade, a abraçar as suas bandeiras, inclusive na luta política em defesa da dignidade da vida humana, e de uma economia que privilegie a justiça social, e não compactue com tudo aquilo que represente uma negação à construção do Reino de Deus que Jesus veio nos apresentar.

²⁰² O pacto das catacumbas foi o compromisso firmado por um grupo de padres conciliares a três semanas do término do Concílio Vaticano II. Deu-se nas Catacumbas de Santa Dimitila, ocasião em que assumiram um compromisso de

- Que suas habitações e estilo de vida fossem modestos.
- Que os sacerdotes e fiéis²⁰³ lhes dessem um tratamento que conviesse às suas missões de padres e pastores.
 - Que fossem renunciados os títulos honoríficos próprios de outra época.
 - Que as suas indumentárias fossem simples.
 - Que as suas obras e instituições fossem funcionais, sem aparato e nem ostentação.
 - Que a administração dos bens diocesanos ou paroquiais fosse integrada por leigos e dirigida para o bem de toda a comunidade.
 - Ademais, exortavam os sacerdotes a darem também o testemunho de pobreza e desprendimento dos bens materiais. E que tivessem um justo, porém modesto, sustento.

Tais recomendações refletem o mínimo de coerência que a Igreja necessita buscar para ser fiel a Jesus. Todavia, esse mínimo de coerência ainda não foi alcançado por parcela significativa do nosso clero²⁰⁴. É sintomático que ainda existam, em certas dioceses, a denominação de palácio episcopal, e mesmo onde se diz apenas *casa do bispo*, há casos de verdadeiros casarões com secretários, motorista, empregadas etc. Isso choca cada vez mais a sociedade atual que não mais simplesmente aceita esses sinais exteriores de riqueza da Igreja. Necessitamos de uma conversão pastoral que brote de uma conversão pessoal ao evangelho. É preciso voltar a Jesus.

E não podemos esquecer que uma Igreja pobre e para os pobres faz escolhas, toma posições, escolhe lados. Na verdade, os lados, as posições e as escolhas já foram feitos por Jesus: Ele escolheu a misericórdia ativa, posicionou-se em favor dos pobres e excluídos; escolheu viver como pobre e doar sua vida à causa da justiça. O Reino anunciado e testemunhado fora a sua grande motivação por obediência ao projeto do Pai. É nessa perspectiva que Francisco declara com veemência: “[...] estou fortemente convencido da importância da sobriedade na vida da Igreja: os homens e mulheres da Igreja deveriam revestir-se somente daquilo que pode servir para a experiência de fé e de amor ao povo de Deus e *despojar-se* do supérfluo”²⁰⁵. Podemos dizer que

vida, trabalho e missão. Assumem, enfim, o propósito de serem pastores identificados com o seu rebanho, o que inclui as suas mazelas, injustiças e sofrimentos. Desejavam, assim, que a Igreja se mostrasse servidora e pobre (BEOZZO, 2016, p. 09).

²⁰³ Novamente a separação entre clero e fiéis, como se os cristãos ordenados não fossem fiéis, mas estivessem acima deles. Veremos mais no capítulo 3.

²⁰⁴ Reconhecemos que outra parcela vive de maneira simples e realmente se doa ao serviço da comunidade, fugindo das tentações da ostentação e do acúmulo.

²⁰⁵ FRANCISCO, 2018, p. 36-37.

o Papa Francisco deseja não só uma Igreja para os pobres, mas também uma Igreja pobre, rica da pobreza de Cristo. Uma Igreja que coloca no centro o *ser* muito mais do que o *ter*, e que abraça a pobreza como dimensão constitutiva do ser cristão no mundo e hoje, segundo o espírito das bem-aventuranças²⁰⁶.

Com efeito, o papa Francisco observa que mesmo quem se considera seguro doutrinariamente e espiritualmente, pode acabar por se render a uma vida de conforto financeiro e de glórias humanas. Frequentemente, os mais implacáveis no julgar os outros são os que mais relativizam as demandas evangélicas quando para si mesmos. Vivem uma espécie de cristianismo de portas fechadas, em que Jesus é o primeiro a ser deixado de fora na companhia dos pobres. Trata-se de um relativismo prático, encoberto por exigências pesadas aos outros; afinal, julgar é um ato de superioridade. Nessa linha é que Francisco, ao expor sobre o perigo de um relativismo mais danoso que o doutrinal, diz:

Este relativismo prático é agir como se Deus não existisse, decidir como se os pobres não existissem, sonhar como se os outros não existissem, trabalhar como se aqueles que não receberam o anúncio não existissem. É impressionante como até aqueles que aparentemente dispõem de sólidas convicções doutrinais e espirituais acabam, muitas vezes, por cair num estilo de vida que os leva a agarrarem-se aseguranças econômicas ou a espaços de poder e de glória humana que se buscam por qualquer meio, em vez de dar a vida pelo outros na missão (*Evangelii Gaudium* 80).

A Igreja pobre e para os pobres de Francisco está em construção desde a encarnação do Verbo. Entre avanços e retrocessos, ela segue em frente impulsionada pelo Espírito. E hoje, mais do que nunca, Ele parece nos conamar para assumirmos com coragem a feição de uma Igreja da misericórdia, pobre e para os pobres. Em suma, a Igreja de Jesus.

Diríamos, inclusive, concordando com Domezi que

por isso, as atitudes, gestos e palavras do Papa Francisco passaram a comover o mundo. Entende-se que a Igreja servidora do ser humano em seu mundo moderno, e servidora preferencialmente dos pobres e dos que sofrem, vai atualizando essa opção nos novos contextos e novos tempos, a fim de praticar um amor de proximidade com o povo e com cada pessoa humana, preferencialmente as mais vulneráveis, empobrecidas, excluídas e sofredoras²⁰⁷.

Por outro lado, essa Igreja da misericórdia que o papa Francisco tem como um de seus elementos centrais de seu pontificado, e que se encarna como sendo pobre e para os pobres, depara-

²⁰⁶ BOMBONATTO, 2017, p. 132-133.

²⁰⁷ DOMEZI, 2014, p. 17-18

se com forças antagônicas. Isso é particularmente danoso quando essas forças anti-misericórdia estão situadas no interior da própria Igreja e em suas estruturas, muitas vezes de maneira velada:

os inimigos de Francisco agem e falam dissimuladamente. Parecem aderir ao clima de generalizado aplauso, mostram respeito pelo Papa e não aceitam sequer que os definam como seus adversários. Dizem querer apenas evitar que ele cometa erros. Em privado, porém, são criaturas viperinas²⁰⁸.

É justamente sobre elementos de uma Igreja anti-misericórdia que falaremos no capítulo seguinte, sob o título de *descaminhos da Igreja*.

²⁰⁸ POLITI, 2014, p. 182.

3 DESCAMINHOS DA IGREJA

A nossa jornada até aqui nos conduziu pelos caminhos da misericórdia, seus significados e possíveis abordagens à luz das palavras e gestos do papa Francisco. Além disso, encaramos o desafio de refletir sobre a questão da misericórdia e do sofrimento sob a perspectiva do aparente abandono de Deus. Posteriormente, propusemo-nos a ponderar sobre aspectos de uma Igreja da misericórdia que se faz pobre e para os pobres. Para tanto, não apenas nos ativemos a descrever a pobreza, mas também de relacioná-la com a missão da Igreja e com as suas estruturas. Nessa caminhada, para além dos ensinamentos de Francisco, dialogamos com a Sagrada Escritura, documentos da Igreja e diversos autores.

Agora partiremos para a nossa última estação. Nela iremos refletir sobre dois temas que dificultam a concretização de uma Igreja da misericórdia iluminados por tudo o que até agora vimos. São eles: *o clericalismo como atitude anti-misericórdia; por uma Igreja toda ministerial: pela emancipação dos leigos.*

Mas há uma peculiaridade nessa nossa última estação: apesar de indicar a proximidade do nosso ponto final, trata-se, na verdade, de uma parada que serve para renovarmos e aperfeiçoarmos o trem. E o trem é a Igreja; o trem somos todos nós - Povo de Deus. Neste sentido, sugerimos ao leitor ou leitora que enxergue alguns dos obstáculos que levam o trem a sair dos trilhos, ou o que consideramos os *descaminhos da Igreja*. Tal abordagem não tem pretende dar uma conotação negativa ou pessimista. Ao lançarmos luz sobre algumas de nossas feridas internas – com repercuções externas -, colocamo-nos num estado de vigilância e oração evangélicas (Mt 26,41; Mc 13,33-37; Lc 21,36). Essa vigilância, ao contrário de nos deixar inertes, faz com que assumamos a fraqueza de nossa carne e decidamos lutar para que não sucumbamos às tentações.

Esperamos, portanto que as dificuldades e obstáculos tornem-se oportunidades de caminharmos juntos como irmãos. Que esses descaminhos sejam para nós um estímulo para seguirmos em frente e lutarmos para ser uma Igreja onde a luz misericordiosa de Cristo ilumine a vida de toda a humanidade, em comunhão com o conjunto da criação.

3.1 Clericalismo como atitude anti-misericórdia

Uma Igreja que deseja se impregnar pela misericórdia necessita buscar, antes de tudo, ser cada vez mais *testemunhal* e menos *professoral*. Afinal, como bem disse Paulo VI: “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres [...] ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (*Evangelii nutiandi* 41). E o testemunho da Igreja passa, necessariamente, pelo serviço e doação, pois assim viveu Jesus. Na mesma linha, Francisco recorda que “[...] somos todos chamados a dar aos outros o testemunho explícito do amor salvífico do Senhor, que, sem olhar às nossas imperfeições, nos oferece a sua proximidade, a sua Palavra, a sua força, e dá sentido à nossa vida” (*Evangelii Gaudium* 121).

O serviço desprendido é, portanto, uma das características fundamentais dos seguidores de Jesus, pois, a exemplo de sua vida, e por seu mandamento, somos chamados a ser servidores (*diakonoi*) uns dos outros: "Dou-vos um novo mandamento: amai-vos também uns aos outros. Nisto reconhecerão que sois meus discípulos se tiverdes amor uns pelos outros" (Jo 13,34-35). Contudo, observamos que uma das maiores tentações da Igreja, sempre presente e danosa, é a maneira como ela conjuga o serviço, a sua autoridade e o seu poder. Esse poder, quando desvirtuado, manifesta-se de diversas maneiras: nos conchavos com a classe política dominante; no monopólio do sagrado; nos sinais exteriores de riqueza, quando Jesus foi um profeta itinerante que nem mesmo tinha onde reclinar a sua cabeça (Mt 8, 20; Lc 9, 58); nas vestes suntuosas; na condenação de quem não adere à fé católica, ou mesmo que divirja da teologia hegemônica; na busca por prestígio; na constante adulção etc. O serviço estaria, pois, em segundo plano. Jesus bem sabia disso e, possivelmente, já via sinais desse tipo de comportamento entre aqueles que o seguiam. Por isso alertou:

Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam. Entre vós não será assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos. Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos (Mc 10, 42-25).

Neste sentido, cremos que a expressão mais marcante de desvio de poder na Igreja diz respeito ao *clericalismo*. Este, geralmente, vem acompanhado de todas essas características que acabamos de discorrer, nas suas diversas variações. O clericalismo traduz uma atitude de

dominação advinda especialmente de *parte* de membros do clero²⁰⁹, geralmente presbíteros e episcopos – muitas vezes sob a cômoda conivência de alguns leigos – que se colocam em uma posição de superioridade em relação ao conjunto do Povo de Deus²¹⁰: arvoram-se em determinar, exclusivamente, o que é certo ou errado em termos de fé; o que é a moral; o que é a doutrina e a genuína fé católica etc. Os que assim agem costumam se apresentar como juízes implacáveis, moralistas, disciplinadores, autoritários e, não raras vezes, narcisistas. Nesta maneira de ver a Igreja, deixam pouco espaço aos cristãos não ordenados, ou, quando muito, são vistos como mero executores de tarefas por eles determinadas, e não como construtores ativos do processo de evangelização da comunidade. Defendem uma Igreja imperial, forte, altamente autorreferencial, mais adequada aos seus anseios ideológicos. A Igreja, para esses, parece mesmo se sobrepor à fé, ou, ao menos, confunde-se com ela. Esquecem-se, porém, que “a Igreja é útil e necessária para a vida da fé, mas ela não é a mesma coisa que a fé. O mais importante é a fé que move a vida das pessoas em direção a Deus e as leva a praticar ações que melhoram as relações entre as pessoas e tornam as sociedades mais justas e humanas”²¹¹.

A verdade é que “sempre haverá homens que identifiquem tão perfeitamente sua causa com a da Igreja, que chegam a reduzir de boa-fé a causa de Igreja à sua [...] Querendo servir à Igreja, colocam-na a seu serviço”²¹². Os que vivem segundo essa vertente clerical prezam pela uniformidade, com alta dose de autoritarismo, pelo cumprimento frio da lei (jurisdicismo), desde que a sua interpretação legitime as suas visões de Igreja, pois assim podem mais facilmente controlar e subjugar o povo. Tais características revestem-se de maior gravidade quando relacionadas à vida de fé das pessoas, já que, neste caso, a dominação se dá no campo das consciências. Quem as procura controlar, ou ao menos tem o poder de influenciá-las profundamente, apodera-se do próprio indivíduo em sua dimensão mais sagrada, violando a sua liberdade. E isso, é bom lembrar, em nome de Deus. Mas de que Deus? Certamente não o de Jesus, que nos chama para a liberdade (Gl 5,1). Assim, “quem prega um Deus de submissão e domínio não está falando do Deus de Jesus, o Deus dos cristãos, mas (talvez sem sabê-lo) está falando de

²⁰⁹ Cumpre observar que também podem ocorrer *atitudes clericalistas* por parte dos leigos.

²¹⁰ Sugerimos a leitura dos números 9 a 17 da *Lumen Gentium* para melhor compreender o conceito de Povo de Deus expresso no Vaticano II.

²¹¹ SUNG, 2008, p. 94.

²¹² *Siempre habrá hombres que identifiquen tan perfectamente su causa con la de la Iglesia, que lleguen a reducir de buena fe la causa de la Iglesia a la suya. [...] Queriendo servir a la Iglesia, la pones a su servicio* (LUBAC, 2015, p. 300).

um tirano inventado por ele, talvez porque assim justifica suas pretensões de autoritarismo e submissão das consciências”²¹³.

Ao atuar nessa direção, ao invés de servir de ponte para o sagrado, acaba-se fazendo o papel de controlador – ou manipulador – da graça e da misericórdia de Deus: “Muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega; é casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa” (*Evangelii Gaudium* 47). Interessante perceber como a maior frequência em que, comumente, Deus é invocado é como *Todo Poderoso*, e menos como *Todo Misericordioso*. Consciente ou inconscientemente por vezes continuamos a ter dificuldade em aceitar um messias pobre, servidor e sempre disposto a ir ao encontro das pessoas para sanar tudo que é exclusão, injustiça e enfermidade do corpo e da alma. Jesus, com seus gestos e palavras, nos mostrou que o poder de Deus reside no mistério de sua misericórdia.

Historicamente, podemos observar que a forma como a Igreja se relaciona com o poder tomou uma nova roupagem com o advento do cristianismo como a religião oficial do império romano, através do chamado *Édito de Tessalônica*, decretado por Teodósio no ano 380. Antes Constantino, em 313, já havia, com a publicação do chamado Édito de Milão, declarado o fim da perseguição aos cristãos, com a tolerância aos diversos credos no império. Inicia-se, então, o que alguns chamam de *Igreja constantiniana*:

Entende-se por essa expressão um novo modo de relações entre a Igreja e a sociedade. [...] O Estado intervém na vida da Igreja e espera dela uma sustentação ideológica. O imperador procura regulamentar os conflitos doutrinários que perturbam a ordem pública e toma a iniciativa de convocar os concílios. Ao mesmo tempo a Igreja obtém do Estado vantagens financeiras, materiais e jurídicas²¹⁴.

Esses dois marcos vieram a estabelecer uma grande virada na Igreja: de perseguida, martirial, passa a ser tolerada e, depois, imposta. Assim, “no início está a fraternidade depois da morte do fundador. Reinam a liberdade, a simplicidade de organização, a dependência de fatores carismáticos, o predomínio da oração e do culto sobre a teologia e a doutrina [...], o valor dos laços interpessoais em relação aos seus membros”²¹⁵. Entretanto, com a proximidade, ou mesmo aliança com o poder político vigente, o anúncio, de maneira geral, passa a ser feito com a espada e menos com a força atrativa do Evangelho, Boa-nova a iluminar a vida das pessoas. Vê-se que “o modelo

²¹³ CASTILLO, 2015, p. 115.

²¹⁴ COMBY, 2009, p. 70.

²¹⁵ LIBANIO, 2003, p. 47

de evangelização vigente até o século IV, através de relações pessoais, cede lugar às determinações das autoridades eclesiásticas apoiadas no poder civil, deixando em segundo plano a opção livre da fé”²¹⁶. Isso não aconteceu sem gerar grandes e profundas consequências.

Os clérigos começaram a ter importantes imunidades no que diz respeito à jurisdição secular, e um tratamento cada vez mais diferenciado nas leis canônicas²¹⁷. Ocorre, portanto, uma significativa mudança, e a Igreja adquire *status* e poder mundanos. Ao aliar-se ao império romano, toma para si também feições imperiais, e começa, inclusive, a reprimir os não cristãos²¹⁸. Aquela comunhão e simplicidade – ou mesmo pobreza - própria da Igreja perseguida, começa a ceder espaço a privilégios e distinções, com cada vez mais regalias e acumulação de riquezas. Surge, desta maneira, a necessidade da “formação de uma classe clerical, com seus privilégios, a sacralização de pessoas, objetos, espaços, ritos, estruturas e a crescente importância de categorias jurídicas”²¹⁹. Como nos ensina Congar:

Estes privilégios pertencem ao conjunto de medidas que contribuíram desde então a fazer do clero uma classe a parte. Entre estas medidas, o celibato foi uma das mais importantes; mas outras, como a introdução de uma indumentária a partir do final do primeiro terço do século V, foram também muito eficazes para iniciar uma mudança notável nas relações entre os fiéis e os presidentes da comunidade, sacerdotes ou bispos. Com efeito, a diferença entre as duas categorias tende a não ser unicamente uma diferença na função – como havia sido desde a origem -, no posto de serviço dentro da *ecclesia*, mas também uma diferença na vida cristã. [...] Assim, enquanto na Igreja dos mártires havia uma forte tensão entre a *ecclesia* e o mundo, mas não no interior da Igreja (entre categorias de cristãos), agora, no seio de uma sociedade inteiramente cristianizada, a tensão vai se estabelecer dentro da Igreja ou da sociedade cristã, entre monges e sacerdotes por um lado, e leigos por outro²²⁰.

²¹⁶ MIRANDA, 2019, p. 51.

²¹⁷ CONGAR, 2019, p. 59.

²¹⁸ SUESS, 2007, p. 102.

²¹⁹ MIRANDA, 2019, p. 51.

²²⁰ *Estos privilegios pertenecen al conjunto de medidas que contribuyeron desde entonces a hacer del clero una clase aparte. Entre las medidas, el celibato fue una de las más importantes; pero otras, como la introducción de una indumentaria especial a partir de finales del primer tercio del siglo V, fueron también muy eficaces para iniciar un cambio notable en las relaciones entre fieles y presidentes de la comunidad, sacerdotes u obispos. En efecto, la diferencia entre las dos categorías tiende a no ser únicamente una diferencia de la función – como había sido desde el origen -, en el puesto de servicio dentro de la ecclesia, sino también una diferencia en la vida cristiana. Los clérigos debían observar reglas de vida especiales, más o menos copiadas de las de los monjes e inspiradas en las reglas levíticas del Antiguo Testamento. Así, mientras en la Iglesia de los mártires había una fuerte tensión entre la ecclesia y el mundo, pero no en el interior de la Iglesia (entre categorías de cristianos), ahora, en el seno de una sociedad enteramente cristianizada, la tensión va a establecerse dentro de la Iglesia o de la sociedad Cristiana, entre monjes o sacerdotes por un lado, y laicos por otro (CONGAR, 2019, p. 59-61).*

Cumpre destacar que Congar afirma que ocorria, nas comunidades primitivas, uma divisão de funções, de serviços, o que é salutar, necessário, já que espelha a própria Trindade. Não havia, entretanto, no interior da Igreja uma tensão entre categorias de cristãos, como que estivessem divididos em *classes*. Mas, ao se iniciarem essas cizâncias categoriais, aquela *ecclesia*, de iguais na diversidade de dons a serviço de todos (1 Cor 12,4-7), converte-se numa sociedade de desiguais²²¹. Nesta nova forma de ser Igreja, surge a necessidade de diferenciar os cristãos não mais pelas funções, mas entre superiores e inferiores/subalternos. Os que mandam e os que devem obedecer sem questionar²²². Talvez por isso a insistência na *virtude da obediência*²²³, seja internamente ou mesmo fora de da estrutura eclesial, tenha ganho tanta ênfase e importância. Todos deveriam obedecer àqueles que são os maiores representantes de Deus na terra: os bispos e presbíteros. E qual a melhor maneira de expressar esse fenômeno dentro do cristianismo? Chamando-o de algo estranho à Sagrada Escritura e à prática da Igreja nascente: *hierarquia*.

Segundo o dicionário Michaelis²²⁴, o vocábulo hierarquia significa “*ordem, graduação, categoria* existente numa corporação qualquer, nas forças armadas, nas classes sociais; totalidade do clero e a *sua graduação*”. Desta maneira, remete-nos a uma divisão de classes, categorias, que, no caso da Igreja, não condiz com o Evangelho: “[...] pois todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos vestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3, 27-28).

Observe-se que não se está, absolutamente, a questionar os ministérios ordenados²²⁵, os quais vislumbramos como dons e manifestações do Espírito Santo, mas sim o uso da *expressão hierarquia*. Como sabemos, a linguagem não é neutra. Ela descontina concepções de mundo, maneiras de se interagir com a realidade e, no caso do termo *hierarquia*, uma visão de Igreja, uma

²²¹ Tivemos que aguardar até o Vaticano II para retomarmos a consciência que já havia na Igreja primitiva: há diversidade de funções e dons entre o Povo de Deus, mas essa pluralidade se dá entre *iguais* pelo Batismo. Sobre isso veremos mais adiante.

²²² Quantos de nós já ouvimos, no ambiente eclesial, que “quem obedece não erra”, particularmente se referindo às determinações dos superiores nas congregações religiosas, bem como em relação a como os leigos devem se portar quando recebem uma *ordem* do presbítero? É uma daquelas *máximas* difundidas sem qualquer tipo de pensamento crítico que, na verdade, explicita uma visão de Igreja mais imperial do que fraterna e dialógica.

²²³ A verdadeira obediência é aquela que busca discernir qual a vontade de Deus para a sua vida. O referencial é Jesus, cuja obediência “não é disciplinar, mas profética; é reveladora do Pai” (MESTERS, 2011, p. 70)

²²⁴ DICIONÁRIO Michaelis, 1998.

²²⁵ Aliás, segundo ressalta Brighenti, “o termo ‘ordem’ também não é bíblico e foi usado para designar o sacramento da Ordem. O termo *ordinatio*, no império romano, era usado para designar a *nomeação* de um funcionário imperial. [...] No âmbito eclesial é a partir do imperador Constantino que os bispos, os presbíteros e os diáconos passam a ser incorporados na ‘ordem’ hierárquica dos funcionários do império, recebendo salário, ostentando títulos e vestes da classe dirigente, como o pálio, a estola, as sandálias e, provavelmente, o manípulo” (BRIGHENTI, 2019, p. 46).

eclesiologia própria. Não é à toa que, muitas vezes, costuma-se empregar eufemismos, tais como *serviço* hierárquico e *dom* hierárquico.

Entretanto, todo o Povo de Deus exerce funções ministeriais (1 Cor 12, 5). Todo povo é ministerial! Afinal, como batizados, somos todos *ministros* de Cristo. Desse modo,

a riqueza do corpo eclesial é tal, decorrente da obra do Espírito, que se pode dizer: toda a Igreja é ministerial, e as formas pessoais e mesmo comunitárias (movimentos, associações etc.) de ministerialidade nunca exaurem as possibilidades dos dons recebidos pelos crentes no batismo²²⁶.

Por isso, “a Igreja é, antes de qualquer estruturação hierárquica, povo de Deus”²²⁷. Não há, portanto, que se falar em graduações hierárquicas dentro do conjunto do Povo de Deus, mas sim em pluralidade de dons, funções, tarefas, atribuições, como servos (1 Ped 4, 10), para o bem de todos (1 Cor, 12, 4 e seguintes), sem subordinacionismos. É, pois, inadequado, ou mesmo inapropriado, dizer haver hierarquia entre iguais²²⁸, tal como não o há na Trindade²²⁹. Nesta perspectiva, “torna-se mais clara a relação entre os ministérios ordenados ou não. Não há relação de superioridade de uns sobre os outros, mas de complementariedade na diversidade de serviço recíproco, na irredutível diferença”²³⁰. E mais, “a Igreja, ícone da Trindade, é uma no mistério da Água, do Pão, da Palavra e do Espírito, e varia na riqueza de dons e serviços de que é plena”²³¹.

Aliás, a *Lumen Gentium* 32 nos ensina que “reina afinal entre todos verdadeira igualdade no que respeita à dignidade e à ação comum de todos os fiéis para a edificação do corpo de Cristo”. Resta claro que estamos no campo da relação, da comunhão, e não, conforme pontuamos, da subordinação. Os diferentes carismas e ministérios voltam-se uns aos outros para o serviço mútuo e complementar. É uma diferença entre iguais, e uma igualdade entre diferentes. A diversidade enriquece todo o corpo eclesial. Reiteramos, portanto, que o paradigma é, pois, Trinitário, já que “Deus, na mais profunda identidade, é uma relação, uma comunhão”²³². Nesse horizonte é que Francisco nos diz que o Espírito Santo “suscita uma abundante e diversificada riqueza de dons e,

²²⁶ FORTE, 2005, p. 34.

²²⁷ SUESS, 2015, p. 138.

²²⁸ A igualdade difere da uniformidade. Há, porém, diversidade na igualdade.

²²⁹ A Igreja deve se espelhar, também em sua organização estrutural, na Trindade, onde há uma unidade plural de pessoas, porém sem subordinacionismo ou hierarquia.

²³⁰ FORTE, 2005, p. 35.

²³¹ FORTE, 2005, p. 35.

²³² BEVANS; SCHROEDER, 2016, p. 26

ao mesmo tempo, constrói uma unidade que nunca é uniformidade, mas multiforme harmonia que atrai” (*Evangelii Gaudium* 117).

O que difere entre todo o Povo de Deus é o campo de atuação de cada fiel, de acordo com o chamado que recebeu. Acreditamos, portanto, que o uso da palavra hierarquia é não apenas contrário ao *espírito* do Vaticano II – apesar de mesmo em alguns documentos conciliares ser utilizado este vocábulo – mas, principalmente, oposto ao projeto de Jesus. Assim, “[...] encontramos que para Jesus o sinal fundamental e profético da eleição dos doze (Mc 3, 13-19) aponta a reconstituição do povo de Israel, formando uma comunidade que não possui uma estrutura hierárquica”²³³.

Melhor seria utilizar, para aqueles que têm o sacramento da Ordem, apenas os termos cristãos ordenados, fiéis ordenados, ministros ordenados, ou mesmo servidores (*diakonoi*) ordenados, e não *membros da hierarquia*. Isso não os diminuiria e importância. Eles continuariam a ser os coordenadores ou servos-líderes das comunidades, sem qualquer ênfase de superioridade, mas por uma fecunda comunhão para com todo o Povo de Deus. A razão de ser do ministério ordenado “não é, portanto, para se procurar ‘em si e para si’, mas o serviço pastoral ao povo do qual faz parte e que lhe chama a estar em estreito contato com os outros cristãos”²³⁴. Deixar de usar o termo hierarquia pode parecer, à primeira vista, uma pequena mudança de nomenclatura, porém seria o início de uma transformação mais profunda de mentalidade, uma conversão eclesial-estrutural, e mesmo cultural, necessária.

Afinal, somos seguidores de um mestre que se fez servo, lavou os pés de seus discípulos e viveu a sua missão como um pobre profeta itinerante. O Deus que vem ao encontro do ser humano despiu-se de qualquer condição hierárquica e de superioridade. Muito pelo contrário: “Ele, estando na forma de Deus não usou de seu direito de ser tratado como deus, mas se despojou, tomando a forma de escravo. Tornando-se semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto como homem, abaixou-se, tornando-se obediente até a morte, à morte sobre uma cruz” (Fil 2,6-8).

O clericalismo se situa no âmbito de uma Igreja que se vê – e deseja ser – poderosa, profundamente hierárquica, vertical. É o oposto de uma Igreja comunhão, servidora, Povo de Deus, mais horizontal, *pobre e para os pobres*, como nos diz o papa Francisco, ou simplesmente *Igreja dos pobres*, como expressou o sempre saudoso João XXIII, conforme expusemos anteriormente.

²³³ BARAUSE, 2013, p. 26-27.

²³⁴ REPOLE, 2018, p. 43.

Quem advoga, ainda que à sombra, quase conspirando, por uma Igreja clerical, não raras vezes ataca moralmente, ou tenta calar, quem não compactua com os seus interesses, ou pior, ameaça as suas regalias e privilégios. Viola-se, desta forma, a liberdade sob o pretexto de salvaguardar a fé, quando, na verdade, está-se resguardando a não mudança, a não conversão, a não renovação. Nesta perspectiva, observamos que o clericalismo “é sempre disfuncional e arrogante e mutila a maturidade espiritual e emocional do padre, bispo ou diácono que for pego em sua teia”²³⁵. Essa é uma das razões pela qual

milhões deixaram a Igreja devido à forma pela qual nela se exerce a autoridade. O único caminho certo é voltar pelo caminho da liberdade. Sem liberdade, a Igreja poderá fazer propaganda, recrutar novos membros, vencer no mercado das religiões. Porém, não poderá anunciar o verdadeiro evangelho, que é a sua razão de ser. Poderá ser poderosa, mas não será fiel à sua missão²³⁶.

Uma Igreja com forte conotação clerical, e menos de comunhão entre iguais, está fadada a ser, mais cedo ou mais tarde, contratestemunho do Reino de Deus. Na realidade, "nada prejudica tanto a proclamação do Reino de Deus quanto a persistência de uma casta clerical na atual sociedade, a qual não a entende e até a ridiculariza"²³⁷. Não podemos, neste sentido, ficar indiferentes às percepções e sinais que vêm da sociedade, pois nela, especialmente entre os batizados, o Espírito atua e se manifesta. Deus fala através de seu povo, de todo ele, e não apenas de alguns, ao que Francisco nos recorda dizendo: “Como parte do mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fiéis com um *instinto da fé* – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus (*Evangelii Gaudium* 119)²³⁸. A propósito, mesmo antes da publicação da *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco, em entrevista ao padre Antonio Spadaro, assim se manifestou:

O povo é sujeito. E a Igreja é o povo de Deus a caminho na história, com alegrias e dores. *Sentire cum Ecclesia* é para mim, pois, estar neste povo. E o conjunto dos fiéis é infalível no crer, e manifesta esta sua *infallibilitas in credendo* mediante o sentido sobrenatural da fé de todo o povo que caminha²³⁹.

²³⁵ COZZENS, 2004, p. 141.

²³⁶ COMBLIN, 2005, p. 16.

²³⁷ MIRANDA, 2019, p. 72.

²³⁸ Francisco ressalta a importância do povo fiel, devendo-se respeitar as variadas culturas, nas quais a graça de Deus se manifesta, inclusive nas expressões de piedade ou religiosidade popular. É nítida a influência da *Teologia do Povo*, nascida e desenvolvida na Argentina, na práxis de Francisco.

²³⁹ SPADARO, 2013, p. 16.

Nesse contexto, há que se reconhecer, ou ao menos admitir, que, por vezes, a resistência das pessoas frente a comportamentos da Igreja e de seus membros pode estar a expressar a própria voz do Espírito. Para tanto, temos que estar atentos aos sinais dos tempos que, à luz da fé, significa acolher a voz de Deus que continua a falar na história, para além dos muros da Igreja. Com efeito, “o paradigma “sinais dos tempos” aponta para a realidade do mundo e a continuidade da revelação que acompanha a evolução histórica”²⁴⁰. Implica olhar os acontecimentos da realidade e “interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração [...]. É necessário, por conseguinte, conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática” (*Gaudium et Spes* 4).

Mesmo numa sociedade altamente secularizada e, ainda que nem mesmo ela própria reconheça, é possível, com discernimento, perscrutar a presença do Espírito em seu seio. Onde há amor, misericórdia, paz, justiça, fraternidade, lá está o Espírito, que age silenciosamente, porém ativamente, na existência humana. Neste sentido, ao mesmo tempo em que evangeliza, a Igreja pode ser também evangelizada, incorporando ao seu modo de agir e proceder características mais evangélicas: “Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma” (*Evangelii Nutiandi* 15). Na verdade, ela “precisa ser evangelizada antes de assumir a tarefa de evangelização. Ela deve ouvir constantemente a Palavra de Deus; deve estar constantemente no caminho da conversão”²⁴¹. Infelizmente, porém,

Esposa de Cristo “doce e humilde de coração”, a Igreja deu provas de orgulho e dureza. Discípula daquele que não tinha onde repousar a cabeça, ela tece o prazer da acomodação e da riqueza. Tendo por alma o Espírito Santo, “o Desconhecido para além do Verbo”, ela às vezes ignorou os sinais dos tempos, mostrou-se apegada a práticas formalistas, a estruturas de poder e de imobilismo²⁴².

Não por acaso o papa Francisco tem se levantado de maneira veemente contra o clericalismo, chegando a dizer, em carta ao cardeal Marc Ouellet, presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina que:

Esta atitude não só anula a personalidade dos cristãos, mas tende também a diminuir e a subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo. O clericalismo leva a uma homologação do laicato; tratando-o como mandatário limita as diversas iniciativas e esforços e, ousaria dizer, as audácia necessárias para poder anunciar

²⁴⁰ SUESS, 2015, p. 149.

²⁴¹ BEVANS; SCHROEDER, 2016, p. 26.

²⁴² CONGAR, 2010, p. 85.

a Boa Nova do Evangelho em todos os âmbitos da atividade social e, sobretudo, política. [...] O clericalismo esquece que a visibilidade e a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo de Deus (*Lumen Gentium*, 9-14) e não só a poucos eleitos e iluminados.²⁴³

Também não é coincidência o fato de Francisco receber tantos ataques dentro da própria estrutura eclesial, pois “[...] os interesses e privilégios institucionais tendem a se sobrepor às exigências do Reino, porque a ‘psicologia de príncipe’ e o ‘clericalismo’ dos que presidem a Igreja são muito mais fortes e têm raízes muito mais profundas do que parece [...]”²⁴⁴. Ao denunciar esse tipo de comportamento, que visa o poder e não verdadeiramente o serviço, Francisco coloca-se em risco de ser atingido por várias frontes da burocracia da Igreja²⁴⁵, pois todo sistema, quando viciado, procura sempre manter as suas estruturas viciadas. Assim, observamos que Francisco é “um mestre, não tanto por sua autoridade magisterial e governamental, mas por ser um pedagogo. Um pedagogo do Evangelho, como foi o narrador de parábolas e amigo dos pobres que era Jesus, o carpinteiro de Nazaré”²⁴⁶.

Por outro lado, o profeta não consegue se calar (1 Cor 9,16). Ele vê a realidade histórica com sensibilidade e, sob o impulso do Espírito, denuncia aquilo que é contrário à construção do Reino de Deus, mesmo que, para isso, seja perseguido ou caluniado. Vemos, portanto, um sinal profético marcante nas palavras e gestos do papa Francisco. Sabemos, ademais, que “a profecia sempre é um risco. À medida que o clero se burocratiza e se fecha num passado isento de problemas, passa a ter medo do risco”²⁴⁷. O arriscar-se, entretanto, faz parte do seguimento a Jesus, pois a sua presença se dá no caminhar, nas incertezas da trilha, e não na inércia dos trilhos.

O clericalismo, por sua vez, engessa a profecia e o dinamismo da ação do Espírito. A liberdade e a renovação, nessa visão, são inimigas, tal como o é a pluralidade. Aqueles que seguem um conceito clericalista de Igreja costumam atribuir à Tradição o que não passa de tradicionalismo, e tentam, na maior parte dos casos, impor a cultura europeia como sendo a que melhor traduz o Evangelho. Acabam, desta forma, identificando o Evangelho com determinada cultura, o que é

²⁴³ FRANCISCO, Papa. *Carta ao Cardeal Marc Ouellet*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html. Acesso em 28/08/2019.

²⁴⁴ AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 32.

²⁴⁵ Creio que não devemos ter receios de chamar as situações como elas realmente são: ao mesmo tempo em que há profecia e liberdade na Igreja, há, da mesma forma, todo um aparato burocrático que, tanto pode vir a favorecer essa mesma profecia e liberdade, como também castrá-la, persegui-la, violentá-la.

²⁴⁶ DE MORI; KONINGS, 2016, p. 15.

²⁴⁷ COMBLIN, 2008, p. 284.

indevido (*Evangelii Nuntiandi* 21), com a desculpa de purificar o que esteja fora desse padrão. Contudo, Tradição e tradicionalismo são conceitos que não se confundem. Conforme Miranda,

intimamente ligado à tendência tradicionalista, por valorizar demasiadamente as expressões, os ritos, as devoções as obrigações e os procedimentos do passado, está um catolicismo sem grande incidência na vida pessoal e social. Contenta-se com os sinais, sem preocupação maior com o que eles próprios querem assinalar, não mediatizando, assim, um encontro pessoal com Deus”²⁴⁸.

Já a Tradição é transmitida a todas gerações segundo a fé apostólica, tal como a recebemos ao longo da história, e “compreende todas aquelas coisas que contribuem para santamente conduzir a vida e fazer crescer a fé do Povo de Deus, e assim a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê” (*Dei Verbum* 8). Não podemos esquecer, porém que “esta tradição, oriunda dos Apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo (*Dei Verbum* 8). Neste sentido, Kasper (2012) assim se manifesta:

Estive e estou convencido de que toda teologia deve ser conservadora no sentido de que tem de preservar e explicitar vivamente a tradição apostólica como ela foi transmitida através da história da Igreja. Todavia, não há como preservar a tradição gravando-a em fórmulas pétreas, repetindo-as simplesmente e incutindo-as de novo; a única maneira de fazer isso é passando a fé tradicional adiante de maneira viva, traduzindo-a para dentro de novas problemáticas e transmitindo-a visando o futuro²⁴⁹.

Enquanto a vertente tradicionalista tende a se fixar em um determinado momento do passado, mormente o da cristandade, cujo poder sagrado/religioso e sociopolítico estava concentrado nas mãos de presbíteros e epíscopos, a Tradição busca ir ao central na nossa fé, a fim de transmitir, em espírito de diálogo propositivo, a Boa-nova para o mundo de hoje. Por isso, a Tradição almeja sempre a renovação por fidelidade à sua própria vocação de anunciadora do Evangelho. Toda dinâmica de evangelização, tal como a Tradição, há de progredir sob a ação do Espírito Santo (*Dei Verbum* 8). Essa postura é capaz de conduzir a Igreja a um estado permanente de conversão e renovação²⁵⁰. Assim, “toda renovação da Igreja consiste essencialmente numa fidelidade maior à própria vocação. [...] A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene. Dela necessita perpetuamente como instituição humana e terrena [...]” (*Unitatis Redintegratio* 6). E mais: “a Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo

²⁴⁸ MIRANDA, 2019, p. 73-74

²⁴⁹ KASPER, 2012, p. 31.

²⁵⁰ A par do estado permanente de missão já mencionado.

santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação” (*Lumen Gentium* 8c).

Esse é o caminho a ser constantemente percorrido pela Igreja: o da abertura, do diálogo e da fé. Sim, estar aberto à renovação é sinal de maturidade da fé, pois aceita as *ousadias* criativas do Espírito, e não se contenta com o imobilismo das falsas seguranças. Isso demanda da Igreja aquilo que Francisco chama de uma *pastoral em chave missionária* em que toda a comunidade seja construtora dos processos de evangelização e de decisões. Desta forma,

a pastoral em chave missionária exige o abandono deste cômodo critério pastoral: fez-se sempre assim”. Convido²⁵¹ todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades. Uma identificação dos fins, sem uma condigna busca comunitária dos meios para alcançá-los, está condenada a traduzir-se em mera fantasia (*Evangelii Gaudium* 33).

Com efeito, não nos causa espanto que haja tanta resistência ao Papa Francisco por parte de uma parcela tradicionalista católica. Afinal, ele aponta para uma Igreja mais simples, dialogal, desprendida e livre das amarras de um passado longínquo da cristandade, mas que insiste em permear a mente de tal parcela. Podemos dizer, portanto, que

o Papa Francisco encarna oficialmente as renovações mais temidas pelas perspectivas dos tradicionalistas; representa um catolicismo/cristianismo considerado equivocado e traidor da autêntica tradição da fé instituída dogmaticamente em Concílios anteriores ao Vaticano II. Em oposição a tudo que significar renovação doutrinal, moral e institucional da Igreja, os tradicionalistas afirmam sempre a conservação intacta do que entendem ser a autêntica tradição e a verdade pura²⁵².

Destarte, o fenômeno do clericalismo caminha ao lado do tradicionalismo. Em última análise, para além de aprisionar as mentes, aqueles que defendem uma Igreja clerical e tradicionalista acabam por tentar conter a força renovadora do Espírito Santo²⁵³. Esquecem-se, todavia, de que “a dimensão pneumatológica deve prevenir a Igreja de tornar-se pura instituição, quase burocrática, e a eclesiologia converter-se em mera hierarquiologia”²⁵⁴. Assim ocorre, em

²⁵¹ Francisco é uma papa que sabe propor, convidar, oferecer. Despe-se de uma linguagem imperial para adentrar na linguagem do Evangelho. Também aí se difere de uma visão tradicionalista eivada de um saudosismo de Uma *Igreja forte*, reguladora da fé, dos costumes, e censora muitas vezes implacável.

²⁵² PASSOS, 2020, p. 14.

²⁵³ Vale ressaltar que “nós podemos ‘contristar’ o Espírito (Ef 4,30) ou até ‘extingui-lo’ (1Ts 5,19), podemos opor resistência a ele (At 7, 51)...” (CONGAR, 2010, p. 85).

²⁵⁴ KASPER, 2012, p. 188.

geral, não por motivações evangélicas, mas sim interesses pessoais pragmáticos: desejam nada mudar para continuar a usufruir de um suposto poder e controle do sagrado. Neste sentido, o esforço para impor determinada cultura, ou mesmo uma visão hegemônica de Igreja (a clerical, no caso), serve, na verdade, como instrumento para a perpetuação de privilégios e ideologias.

Todas as vezes que a Igreja age em desconformidade com o serviço gratuito, ela é movida não pelo Espírito que agiu em Jesus, mas pela vaidade. Nesta perspectiva é que enxergamos o fenômeno do clericalismo: a vaidade que se materializa em atitudes de poder e dominação, com a pretensão de controlar o divino e se portar como exclusivo, ou ao menos privilegiado, mediador de sua ação. Frequentemente, sob o pretexto de agir *in persona Christi*, age-se *in persona vanitas*. Observamos que “a Igreja é tentada, em seus membros pecadores, a se unir a outros esposos (1Cor 6, 15s)”²⁵⁵, e, ao assim agir, tira os olhos de Jesus, passando a olhar para si mesma como se ela fosse a razão de tudo, quando, na verdade, ela será sempre meio, instrumento, *sacramento*.

A presença da Igreja no mundo é caracterizada pela “representação”, não pela “totalidade”. O representante do Rei não é o Rei. A Igreja é apenas “sacramento”, “sinal” e “instrumento” dessa recapitulação e da “unidade de todo o gênero humano” (LG 1). Ao lado de um sinal há espaço para outros sinais. O sinal ainda não é a realização daquilo que significa. A Igreja colabora com a unidade e aponta para ela. Libera a graça, ao invés de prendê-la em vasos de barro²⁵⁶.

A Igreja do clericalismo deve dar lugar a uma Igreja da misericórdia: descentrada, servidora, pobre, mais simples, mais participativa em seus planejamentos e decisões. Esta tem sido a luta de Francisco, e ele não está só. Há muitos fiéis, leigos e ordenados, também teólogos e teólogas, que desejam uma Igreja efetivamente Povo de Deus, humilde, testemunhal e menos clerical. Entretanto, essas características de uma Igreja verdadeiramente comumhão, comunidade de discípulos-missionários, iguais pelo vínculo do Batismo, são muito mais aceitas no campo conceitual. A realidade de muitas de nossas dioceses e paróquias revela que as estruturas de poder buscam se perpetuar. Dificilmente quem se beneficia de privilégios, *status* e prestígio é capaz de se desprender dessas armadilhas que os transformam antes em burocratas da fé, e não em pastores, servidores das comunidades: “[...] A tentação do ministério é trocar o serviço pelo poder-

²⁵⁵ CONGAR, 2010, 1982.

²⁵⁶ SUESS, p. 66, 2015.

dominação (ou, muito sutilmente, entender que o poder-dominação é um serviço a ser prestado à Igreja)”²⁵⁷.

A Igreja não deve se preocupar com a manutenção de seu poder. Antes, “o papel da Igreja consiste em servir ao Senhor e aos povos da terra a que for enviada, não por imposição ou domínio, mas como Jesus faz no lava-pés”²⁵⁸. Na verdade, ela deveria buscar o esvaziamento, a *kenosis*. Quanto menos poderosa e mais servidora for, maior confiabilidade terá em um mundo que anseia por coerência e, diríamos, gestos proféticos. Será, enfim, mais livre: “Ao perder poder a Igreja ganha em liberdade e autenticidade, mesmo que se apresente pequena e frágil diante da complexa sociedade hodierna”²⁵⁹. A fé da Igreja não se fundamenta em poderes mundanos, mas em Deus. Aí repousa a sua liberdade.

Para tanto, há que se ter o mesmo sentimento de Jesus, que se fez pequeno justamente por ser profundamente livre, e deu a sua vida pelo projeto do Pai, isto é, a construção de um Reino de paz, fraternidade e justiça. Recordemos que “Jesus qualifica a si próprio como Servo de YHWH, aquele cujo poder se afirma na fraqueza”²⁶⁰. Mas como é difícil uma Igreja despojada, livre, serva, que se faz pequena, pobre e para os pobres não apenas teoricamente, sendo capaz de abdicar de uma vida de comodidade e segurança! Uma Igreja que interaja e dialogue com a sociedade numa linguagem que faça sentido aos homens e mulheres deste tempo, não por proselitismo, mas porque o amor de Cristo a impele (2Cor, 5,14). Enfim, uma Igreja que, por se reconhecer como sacramento, sinal, necessita ser, antes de tudo, testemunha coerentemente com o que defende em sua pregação, ciente de que ela “[...] não é o fim dos caminhos de Deus. Ela não é um fim em si mesma; ela aponta para além de si mesma. Ela é sinal e instrumento do Reino de Deus em irrupção”²⁶¹. A Igreja será verdadeiramente sacramento à medida que se apresentar ao mundo como continuadora, por meio de seus fiéis, de Jesus Cristo. “A Igreja, toda a Igreja, a única Igreja, a de hoje, e de ontem e a de amanhã, é o sacramento de Jesus Cristo: [...] O resto não é mais do que complemento”²⁶².

Todavia, uma significativa parte das “[...] autoridades eclesiásticas pertence ao grupo que persevera tenazmente no passado e em suas formas de linguagem. Devem seus postos, sua

²⁵⁷ TABORDA, 2016, p. 29.

²⁵⁸ FRANCISCO, 2020a, p. 117.

²⁵⁹ MIRANDA, 2013, p. 124.

²⁶⁰ TABORDA, 2016, p. 31.

²⁶¹ KASPER, 2012, p. 364.

²⁶² *La Iglesia, toda la Iglesia, la única Iglesia, la de hoy, la de ayer y la de mañana, es el sacramento de Jesucristo. [...] El resto es añadidura* (LUBAC, 2008, p. 237).

influência e suas entradas financeiras a estruturas eclesiásticas herdadas, portanto, àquele velho mundo de representações”²⁶³. Isso demonstra que temos um longo e difícil caminho a percorrer. Difícil, mas não impossível. Muitos lutaram por esse ideal. Muitos ainda lutam – fiéis leigos e ordenados - na certeza de que “é o Espírito Santo que nos faz superar toda resistência, vencer a tentação de nos fecharmos em nós mesmos, entre poucos escolhidos, e de nos considerarmos os únicos destinatários da bênção de Deus²⁶⁴”.

Se este comportamento clerical que influencia e molda o jeito de ser Igreja perdura há séculos, é imperioso reconhecer haver algo sistêmico que faz perpetuar esse tipo de prática, impregnado de conteúdo ideológico. Trata-se de uma verdadeira *cultura clerical* profundamente enraizada em todas as estruturas eclesiás, perpassando pela maneira como o Povo de Deus se relaciona entre si. Por trás dessa cultura, há um desejo contínuo, nem sempre exteriorizado de maneira clara, por cargos e privilégios. Ela molda pessoas que seguem a lógica do poder e da bajulação - bajulam quem possui algum *status* eclesial ou social, e também almejam serem bajulados -; fomenta a disputa política, sobrepondo-se, frequentemente, ao testemunho do Evangelho; perpetua privilégios, benesses e uma vida de poucos esforços. Tudo isso, não raras vezes, encoberto por discursos em defesa da fé, da ortodoxia, de uma suposta *verdadeira Igreja*. Toda e qualquer mudança, nesta perspectiva, é vista como inimiga da fé. Para quem defende e segue essa maneira de ser Igreja, “a preservação da instituição e da tradição é mais conveniente que a mudança e tende a impor-se pela inércia ou pela resistência velada ou explícita”²⁶⁵.

No entanto, vivem, como nos diz Francisco, um *mundanismo espiritual* que, com aparência piedosa, na verdade busca a glória humana e o bem-estar pessoal (*Evangelii Gaudium* 93). A propósito, a cultura clerical subsiste nesse contexto de mundanismo espiritual, ao qual o magistério de Francisco tem se mostrado avesso, desde o início, condenando-o publicamente em diversas ocasiões:

Este obscuro mundanismo manifesta-se em muitas atitudes, aparentemente opostas, mas com a mesma pretensão de “dominar o espaço da Igreja”. Em alguns, há um cuidado exibicionista da liturgia, da doutrina e do prestígio da Igreja, mas não se preocupam que o Evangelho adquira uma real inserção no povo fiel de Deus e nas necessidades concretas da história. [...] Em outros, o próprio mundanismo espiritual esconde-se por detrás do fascínio de poder mostrar conquistas sociais e políticas, ou numa vangloria ligada à gestão

²⁶³ LENAERS, 2011, p. 18.

²⁶⁴ FRANCISCO, 2018, p. 33.

²⁶⁵ PASSOS, 2016, p. 149

de assuntos práticos, ou numa atração pelas dinâmicas de autoestima e de realização autorreferencial (*Evangelii Gaudium* n. 95).

Essa cultura clerical, alimentada pelo mundanismo espiritual, é fruto de uma relação desviada, ou mesmo abusiva, de poder, conforme já expusemos. Tal não se coaduna com a proposta de santidade para qual todos somos chamados (Lev 20, 7; 1Ped 1, 16). Nesta perspectiva, o “mundanismo espiritual é o caminho inverso da santidade, do caminho da saída, da conversão e da misericórdia. O mundanismo espiritual expressa, no interior da Igreja, o não ao chamado que o próprio Jesus nos faz de segui-lo, um não que não se articula, que fica no silêncio”²⁶⁶.

A Igreja, como toda organização, seja civil ou eclesiástica, se não controlada por instâncias tanto quanto possíveis imparciais, imunes a pressões, sem a supervisão e avaliação contínua de seus atos, sem a devida prestação de contas de maneira transparente e pública e, finalmente, sem a responsabilização dos atos de seus membros todas as vezes que cometem irregularidades ou ilícitudes, tende ao arbítrio. Também aí a cultura clerical entra em cena, já que, como se inclina a identificar a Igreja como um fim em si mesmo, faz de tudo para encobrir todo tipo de desvios, irregularidades e até mesmo crimes. É a imagem e reputação da instituição que importam em primeiro lugar e, por isso, há que se encobrir tudo que possa atentar contra a sua aparência frente à sociedade.

Com base nessa mentalidade, muitos abusos – de todo os tipos – foram perpetrados com a conivência de autoridades eclesiásticas. A pouca transparência, os corporativismos de determinados grupos no interior da Igreja, que buscavam conservar o *status quo*, fizeram e ainda fazem muito mal, não só à instituição, mas ao Povo de Deus e à sociedade como um todo. Constatamos, porém, que Francisco tem lutado para que mude esse tipo de comportamento, de cultura, tão encravado nas estruturas eclesiás. Aliás, quando se dirigiu aos membros da cúria romana, no Natal de 2014, elencou uma série de enfermidades, morais e espirituais, que estão em estreita relação com o clericalismo, e expôs o quanto são perniciosas para a Igreja. Só o fato de Francisco, como papa, escancarar essas mazelas para o mundo, significa uma importante inversão de paradigma: não é a Igreja instituição que deve ser defendida a todo custo, e sim a nossa fidelidade ao Evangelho. Para ser fiel a Jesus, que é a Boa-nova encarnada, ela necessita de purificação e conversão. E isso deve ser dito e feito sem receios, com coragem. As transformações,

²⁶⁶ RIVAS, 2019, p. 44.

porém, levam tempo, principalmente quando se referem a práticas de tantos anos. Entretanto, é importante iniciar processos (*Evangelii Gaudium* 223), e evitar que não haja retrocessos.

Por tudo que até aqui expusemos, cremos necessário, além do diagnóstico da situação e da sua avaliação, apontar caminhos de ação²⁶⁷. Seguimos, neste aspecto, o método ver, julgar e agir. Assim, abaixo passaremos a refletir sobre o chamado sistema de *freios e contrapesos* do poder que, por sua vez, implica uma série de providências que visam combater a cultura do clericalismo, raiz de tantos males na Igreja.

3.1.1 Freios e contrapesos

Montesquieu²⁶⁸, no livro IX de sua obra, “*O Espírito das Leis*”, já dizia que “todo homem que tem poder é tentando a abusar dele; e assim irá seguindo, até que encontre limites. [...]. É preciso que, pela disposição das coisas, o poder contenha o poder”²⁶⁹. Ele se referia à organização dos Estados, e ao que posteriormente se denominaria separação dos poderes. Tinha em mente as tantas décadas de abusos perpetrados pelos monarcas absolutistas, com a enorme concentração de poder, sem fiscalização e prestação de contas. Por isso, pensou em mecanismos de controle e limitação do poder, ao que chamou de *freios* e, posteriormente, a doutrina constitucional mundial convencionou denominar de *freios e contrapesos*. Certamente, para Montesquieu, ainda soava forte em sua memória a frase de Luís XIV, rei da França, dita alguns anos antes: *L'État C'est moi* (o Estado sou eu).

Eis aqui uma contribuição importante advinda da sociedade civil, que poderia ser implementada ou aprimorada, nas estruturas eclesiás e aos indivíduos que a compõem, em seus diversos níveis: a institucionalização de mecanismos de *freios e contrapesos* efetivos, isso em todos os aspectos e instâncias, sejam pastorais ou organizacionais, das comunidades da cúria romana à mais simples e remota paróquia ou comunidade. Ademais, há que se instaurar, de maneira efetiva,

²⁶⁷ Não temos a pretensão de esgotar as todas as possibilidades de providências para se dirimir a cultura clerical, bem como detalhar a implementação de cada uma delas, mas, como discorremos, propomo-nos a indicar alguns caminhos possíveis.

²⁶⁸ “Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu, conhecido como Montesquieu (castelo de La Brède, próximo a Bordéus, 18 de janeiro de 1689 — Paris, 10 de fevereiro de 1755), foi um político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso pela sua teoria da separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições internacionais, inclusive a Constituição Brasileira”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Montesquieu>. Acesso em 07/02/2021.

²⁶⁹ MONTESQUIEU, p. 164-165, 2004.

uma política de responsabilização, não menos transparente, em relação a todos os membros da Igreja, principalmente aqueles que detêm funções de liderança, coordenação e pastoreio.

Em suma, é preciso que se implemente na Igreja o que o mundo das organizações chama de *accountability*. Tal palavra inglesa expressa aquilo que discorremos: prestação de contas, publicidade das ações, responsabilização de indivíduos, das organizações, e um compromisso constante com a ética nas suas relações internas e externas.

No que concerne à Igreja, é necessária uma mudança de mentalidade, uma conversão individual e institucional, em que a transparência e a prestação de contas devem ser a tônica. É preciso que pensemos em instrumentos reais para efetivar uma nova cultura eclesial. Isso também é expressão de uma Igreja sinodal que deseja seguir a dinâmica do caminhar juntos na valorização e reconhecimento recíprocos entre todos os batizados, conscientes de que o Espírito Santo se manifesta também no aperfeiçoamento das estruturas eclesiais. Vislumbramos que “a sinodalidade investe, portanto, a Igreja em todo nível do seu existir; e é essencial para que, na escuta de todos, se ouça a voz do Espírito”²⁷⁰.

Para tanto, não bastam boas intenções, apesar de serem importantes para o início de qualquer processo, mas também a institucionalização de novos métodos e estruturas renovadas. Tais transformações, nesse contexto de conversão individual e institucional, necessitam uma postura de abertura e coragem para se lançar ao novo: “O medo do novo, da renovação e da mudança, esconde os verdadeiros interesses de manutenção do *status quo* eclesiástico. Deixar-se conduzir pelo medo é o mesmo que rejeitar a vocação profética da Igreja”²⁷¹. Por esta razão, Francisco, de maneira veemente, nos pede que

Mais do que o temor de falhar, espero que nos move o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: “Vós mesmos, dai-lhes de comer” (Mc 6,37) (*Evangelii Gaudium* 49).

Que a Igreja não tenha receio de transformar as suas estruturas e métodos com o intuito de serem cada vez mais fiéis ao Evangelho. Só assim ela poderá ser alimento de Boa-nova e esperança para toda a humanidade.

²⁷⁰ REPOLE, p. 78, 2018.

²⁷¹ SANCHEZ, 2016, p. 54

3.2 Por uma Igreja toda ministerial: pela emancipação dos leigos

Antes de iniciarmos a nossa reflexão neste tópico, cremos ser necessário partir de uma pergunta: o que se entende por leigos?

Acerca de seu emprego linguístico eclesiástico, leigos deriva do grego tardio *laikos*; latim eclesiástico: *laicus*, sendo pertencente ao povo, *laos*, no sentido de simples, inferior. Frise-se, pois, que na língua grega comum o termo *laos* possui uma conotação pejorativa. É neste sentido que Mt 27,25 e Lc 23,35 o empregam para se referir à multidão que não tem qualquer conhecimento ou noção do mistério de sofrimento de Cristo. Já nas epístolas do Novo Testamento, *laos* é utilizado de maneira positiva com recurso à teologia veterotestamentária do povo de Deus (como, por exemplo, Lv 26,11s; Sl 94,14; Jr 31,33; Os 2,25 et al): os cristãos seriam membros do povo de Deus renovado (Ef 1; Hb 4,9; 1Pd 2,9s.). O que diferencia os leigos dos não leigos é, portanto, a fé e o Batismo. Os não leigos seriam infiéis²⁷².

Já o Concílio Vaticano II assim definiu quem são os leigos:

Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo (*Lumen Gentium* 31).

Mas há também uma concepção de leigos igualmente difundida, isto é, para designar uma pessoa ou pessoas que não têm conhecimento sobre determinado assunto; quase sinônimo de ignorante. É isso que se quer dizer quando se afirma que tal indivíduo é um leigo ou uma leiga. Tal concepção, acreditamos, sofreu influência de séculos em que os leigos na Igreja eram tidos como simples – na verdade simplórios – receptores de sacramentos, que serviam como mão de obra ou como benfeiteiros, mas que, na verdade, eram tidos como sem conhecimento nas questões da fé. Essa distorção, por sua vez, é fruto da construção de uma Igreja clerical, geradora daquilo que se convencionou chamar de clericalismo.

Conforme vimos, o clericalismo desfigura o rosto da Igreja, tendo como uma das maiores vítimas desse fenômeno os cristãos leigos: “A promoção efetiva do laicato é dificultada pela

²⁷² BEINERT; STUBENRAUCH, 2015, p. 300.

persistência de certa mentalidade clerical em numerosos agentes pastorais, clérigos e até mesmo leigos” (Documento de Puebla 784). Segundo Brightenti,

em grande medida, o laicato é um gigante adormecido, muito aquém de sua missão na Igreja e no mundo, não necessariamente por sua própria vontade e responsabilidade, pois milernamente foi assim domesticado. E o que mais domestica o laicato, alienando-o de sua vocação e missão, é o clericalismo²⁷³.

Para além dos mecanismos institucionais que visam impedir, ou ao menos diminuir, a presença do clericalismo na Igreja – e suas consequências -, é necessário um processo de conversão pastoral. Assim, “é evidente como uma conversão pastoral deve passar também e sobretudo por uma desclericalização da Igreja, que comporte o reconhecimento efetivo da imprescindível contribuição de todos os cristãos, em primeiro lugar, obviamente, dos cristãos leigos [...]”²⁷⁴. Cumpre observar que a conversão pastoral e as mudanças estruturais necessitam caminhar concomitantemente, sob o risco de ficarmos apenas no campo das ideias, mas sem repercussões práticas. Aliás, toda legítima conversão pastoral deve conduzir a uma transformação e renovação estrutural, pois incide, necessariamente, sobre a realidade, o tempo e a história. A reforma das estruturas é, portanto, uma exigência que brota da conversão pastoral (*Evangelii Gaudium* 27), que segue a lógica da encarnação. Tal é diferente de um espiritualismo abstrato e desencarnado, como se tem observado em alguns segmentos católicos.

Os cristãos leigos formam a parcela majoritária do Povo de Deus. Por outro lado, são os que mais sofrem as consequências, na Igreja, da falta de espaço, subvalorização e mesmo manutenção de um aparente estado de infantilidade espiritual, fruto de um clericalismo que, como vimos, engessa, obsta, ou no mínimo dificulta a ação do Espírito. Por isso nos referimos à emancipação dos leigos, pois constatamos que, na maioria das vezes, ainda são tratados como se estivessem numa espécie de menor idade da fé, havendo a necessidade de serem continuamente vigiados, tutelados, mandados e deixados de fora dos processos de decisão na vida da Igreja. Quando muito, podem compor conselhos, desde que fique claro terem, os mesmos, caráter consultivo²⁷⁵. É nesse horizonte que Kuzma, referindo-se às dificuldades que mais atrapalham um

²⁷³ BRIGHENTI, 2019, p. 18.

²⁷⁴ REPOLE, 2018, p. 65.

²⁷⁵ Dentre os leigos há uma porção que sofre ainda mais: as mulheres. Aliás, isso se vê na Igreja como um todo, em todas as suas estruturas. Por isso, em Santo Domingo os bispos reconheceram ser preciso “desenvolver a consciência dos presbíteros e dos dirigentes leigos para que aceitem e valorizem a mulher na comunidade eclesial e na sociedade, não só pelo que elas fazem, mas, sobretudo, pelo que elas são” (Documento de Santo Domingo 108). A participação

crescimento conjunto na Igreja enquanto verdadeiro Corpo de Cristo, sinal do Reino, afirma, sobre os leigos, que:

Não possuem direito à voz dentro das decisões tomadas no interior da dimensão eclesial. Isso ocorre tanto no que se refere às diretrizes gerais da Igreja universal quanto em algumas decisões importantes, que o atingirão diretamente e que são tomadas nas Igrejas locais²⁷⁶.

É tempo de emancipação. E a maior razão para isso é a própria missão evangelizadora da Igreja, já que a sua razão de existir não é para se fechar em si mesma numa autorreferencialidade egocêntrica, mas abrir-se ao mundo e oferecer a sempre atual e necessária Boa-nova. Mas como chegar a todos os ambientes? Como impregnar com os valores do Evangelho o campo da cultura, da educação, da economia, da política, da arte e da ciência etc? Cremos que as lições de Paulo VI, referindo-se aos leigos podem nos iluminar para respondermos a essas indagações.

O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento (*Evangelii Nutiandi* 70).

Observa-se que Paulo VI, na *Evangelii Nutiandi* (1975), bebeu da fonte do Vaticano II. Neste sentido, consideramos oportuno destacar alguns ensinamentos do Vaticano II dispostos na *Lumen Gentium* sobre a missão dos leigos no mundo:

- “É porém específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus” (*Lumen Gentium* 31).
- “O apostolado dos leigos é a participação na própria missão salvífica da Igreja. A este todos são destinados pelo próprio Senhor através do batismo e da confirmação” (*Lumen Gentium* 33).
- “Os leigos, porém, são especificamente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas através deles ela pode chegar como sal da terra” (*Lumen Gentium* 33).

ativa das mulheres parece caminhar muito lentamente no campo eclesial em comparação com os espaços que – legitimamente – elas têm conquistado no mundo civil. Por vezes o Espírito Santo pode soprar no mundo secular antes de ser assimilado pela Igreja em suas diversas instâncias e espaços.

²⁷⁶ KUZMA, 2009, p. 33.

- “Além disso, gozam de aptidão de serem designados pela hierarquia para alguns misteres eclesiásticos a serem exercidos para um fim espiritual” (*Lumen Getium* 33).

- “Consequentemente, sejam-lhes dadas amplas oportunidades para que também eles participem ativamente da obra salvífica da Igreja, de acordo com suas forças e necessidades de tempos” (*Lumen Getium* 33).

Entretanto, temos que tomar cuidado para não estabelecermos dois espaços estanques e quase incomunicáveis de ação dos cristãos: o dos fiéis leigos no mundo e o dos fiéis ordenados no interior da vida eclesial. Aliás, a ênfase nessa diferenciação – um grupo atua no mundo (*ad extra*) e outro nos serviços eclesiás (*ad intra*) – pode vir a gerar uma falsa dicotomia na missão, onde os ambientes eclesiás não são compartilhados por todos. De igual maneira, corre-se o risco de estabelecermos uma espécie de distanciamento dos cristãos ordenados da própria realidade cotidiana e de suas feridas. Afinal, o mundo e seus desafios seriam o campo dos leigos, enquanto aos ordenados caberia o culto, *dispensar* os sacramentos, incentivar devoções, e viver a sua vocação preponderantemente nos espaços intramuros do ambiente religioso. Haveria, pois, o espaço religioso com as suasseguranças e ouvintes predispostos a receber a mensagem transmitida pelos cristãos ordenados, e o espaço civil, plural, com interlocutores diversificados que não apenas recebem a mensagem transmitida, mas desejam extrair o seu sentido mais profundo de incidência em suas vidas.

Contudo, não existem efetivamente dois mundos: o de fora e o de dentro da Igreja. Ela está situada *neste* mundo, para *este* tempo, para *todas* as pessoas deste mundo, especialmente os mais pobres, excluídos e sofredores: “Não peço que os tires do mundo, mas que os guardes do maligno” (Jo 17,15). E mais, o Evangelho deseja transformar este mundo com base no amor misericordioso de Deus, em contraposição a um mundo de egoísmo e desigualdades. Desta forma, conforme nos adverte o papa Francisco, “embora se possa dizer, em geral, que a vocação e missão próprias dos fiéis leigos é a transformação das diversas realidades terrenas para que toda a atividade humana seja transformada pelo Evangelho, ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social” (*Evangelii Gaudium* 201).

Todos nós cristãos somos vocacionados por Jesus para sermos sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14). Aliás, é interessante observar que Mateus dispõe esse chamado de Jesus no contexto do sermão da montanha (Mt 5, 1-11). Jesus nos impele a transformarmos o mundo e todas as suas estruturas e, para tanto, nos mostra o caminho a seguir: o das bem-aventuranças. Desta forma,

podemos dizer que a fé, o culto e a práxis expressam conceitos distintos e, ao mesmo tempo, complementares. Em última análise, “fé, culto e *ethos* compenetram-se mutuamente como uma única realidade que se configura com a ágape de Deus.” (*Deus Caritas Est*, 14). Por isso a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nos diz que “não podemos separar a fé da vida, mas pela fé, viver e realizar ações consequentes para a revelação e expansão do Reino de Deus na história” (Documento 105 da CNBB, 103 a). É na história, com todas as suas contradições, que o Reino de Deus começa a ser experimentado. Neste tempo finito pavimentamos a estrada para o Reino eterno. A finitude, portanto, caminha para a plenitude. Desse modo, constatamos que

[...] Deus não só criou o mundo e nele a humanidade, mas a criou para encetar um diálogo sempre livre, embora constante, com ela. O Cristianismo afirma categoricamente que Deus se comprometeu progressivamente nesse diálogo, a ponto de seu Filho único e eterno encarnar-se no mundo [...]. A salvação acontece, pois, a partir do seio da humanidade, na vida histórica, e não no âmbito fechado de uma religião organizada²⁷⁷.

Por este ângulo, é imperioso reconhecer que, em Cristo, não existe mais a separação do sagrado e o profano. Tudo foi cristificado com a encarnação do Verbo. A vinda de Jesus alcança a tudo e a todos. O divino veio fazer morada junto ao profano. Nada, portanto, deve ser estranho ao Evangelho e não pode haver espaço que não seja apropriado para que os seguidores de Jesus possam interagir, dialogar e transformar. O paradigma do discípulo-missionário é Jesus e sua vida que, por sua vez,

não se apresentava como um asceta separado do mundo ou inimigo das coisas aprazíveis da vida. [...] Encontrava-Se longe das filosofias que desprezavam o corpo, a matéria e as realidades deste mundo. Todavia, ao longo da história, estes dualismos combalidos tiveram notável influência em alguns pensadores cristãos e desfiguraram o Evangelho (*Laudato Si’ 98*).

O campo de atuação de todo e qualquer cristão – leigos e ordenados - vai muito além do espaço territorial paroquial delimitado pelo direito canônico. Dá-se no aqui de sua existência, no agora de seu tempo, nas alegrias e dificuldades da caminhada. Trata-se de um *território existencial*. Mais do que buscarmos uma terra de missão, é preciso que nós mesmos nos façamos missão. Como nos ensina Francisco, todos nós somos uma missão nesta terra, e esta é a razão de estarmos neste mundo (*Evangelii Gaudium* 273). Com efeito,

²⁷⁷ TRIGO, 2019, p. 11-12

dentro da atual sociedade em que vivemos (global, plural, técnico-científica e informatizada) tanto o cristão-leigo quanto o ministro ordenado necessitam tomar consciência de que as suas ações no mundo são ações que justificam a sua fé, e, portanto, são ações da Igreja²⁷⁸.

Entretanto, cumpre observar que os cristãos leigos vivem, primordialmente, mas não exclusivamente, a sua missão inseridos em todos os ambientes da sociedade, numa constante itinerância, por vezes na precariedade, e mesmo em ambientes hostis ao Evangelho. Sendo incorporados à Igreja pelo Batismo, como todos os fiéis, devem ser testemunhas, agindo *in communio Christi*, pois Jesus, o Ressuscitado, vive e age no meio e por meio dos seus seguidores. Nesta perspectiva, pelo Batismo todos – sem distinção - agimos *in communio Christi* quando as nossas ações estão de acordo com o Reino de Deus apresentado por Jesus²⁷⁹. Este é um Reino de amor, solidariedade, justiça e misericórdia. Por isso, só podemos chegar ao Reino de Deus por meio dos outros, especialmente daqueles que se encontram à margem da sociedade, em busca de sentido e, não raras vezes, sem o mínimo para viverem dignamente. O invisíveis deste mundo, os sofredores, os pobres, os injustiçados e os excluídos são as pontes para alcançarmos o Reino de Jesus. Cada um desses pequenos é verdadeiramente um *pontifex maximus*. São eles os máximos construtores de pontes para o Reino de Deus. Neles está o Ressuscitado (Mt 25, 35-45), vivo e ainda tantas vezes crucificado pelas estruturas de pecado que afligem o ser humano e toda a criação.

Ora, a Boa-nova veio para toda a humanidade como dom que se faz proposta, caminho de felicidade presente e escatológico, e nunca por imposição ou como um conjunto de regras dissociadas na vida real e, pior ainda, esvaziadas de misericórdia. E a difusão do Evangelho, mediante o anúncio e o testemunho, é missão de todos os cristãos. Desta forma,

nenhum ser humano ou grupo social pode ser considerado como absolutamente estranho quando, de fato, o impulso mais profundo da religião bíblica é que o Deus de Israel e o Deus de Jesus é o Deus de todos. [...] Qualquer pretensão à exclusividade ou triunfalismo religiosos haverá de, eventualmente, encalhar sobre a visão expansiva do Deus bíblico²⁸⁰.

²⁷⁸ KUZMA, 2009, p. 104-105.

²⁷⁹ Consideramos mais apropriado dizer que agimos *in communio Christi* e não *in persona Christi*. *In communio Christi* indica um agir voluntário e colaborativo. Pela fé em Jesus somos levados a agir com Ele. Quando Paulo nos diz que “já não sou eu que vivo, mas Cristo que vive em mim” (Gal 2,20), está a indicar que a vida do cristão deve ser de tal forma que espelhe a maneira de ser de Jesus. Por isso Cristo deve viver *em* nós e não simplesmente *por* nós, como que substituindo a nossa ação e vontade. Os cristãos, portanto, são chamados a agir *in communio Christi*, sendo sujeitos, e também testemunhas.

²⁸⁰ SENIOR; STUHLMUELLER, 2010, p. 510.

Desta forma, dizer que é no mundo que os leigos devem *preferencialmente* exercer a sua missão, não significa, de forma alguma, conforme mencionamos, que a eles não deva ser dada a oportunidade de participarem de toda a vida da Igreja, ou seja também em sua dimensão *ad intra*. Tal participação não pode se limitar a *determinados* momentos, mormente de caráter consultivo, protocolar ou *pro forma*. Os leigos, como Povo de Deus, verdadeiros sacerdotes, profetas e reis pelo Batismo, necessitam também participar dos processos de reflexão doutrinária e decisórios em todas as instâncias da Igreja. Não basta ser ouvido (e isso muitas vezes nem ocorre), mas sim, efetivamente, e colegialmente, tomar parte de todas as matérias relativas à fé. É insuficiente – ainda que seja um início – haver conselhos consultivos. A quem foi derramado o Espírito cabe também o múnus de decidir os caminhos pastorais, doutrinários e de governo da Igreja. Ou cremos que o Espírito Santo unge e concede a Graça a todos os batizados, ou, mesmo inconscientemente, estamos a crer não em um sacramento, que além de sensível é eficaz, mas sim em uma simulação, ou representação sem maiores consequências. Destarte,

Em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar. [...] Como parte de seu mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fiéis com um instinto da fé – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus. A presença do Espírito confere aos cristãos uma certa conaturalidade com as realidades divinas e uma sabedoria que lhes permite captá-las intuitivamente, embora não possuam os meios adequados para expressá-las com precisão (*Evangelii Gaudium* 119).

A *questão dos leigos* não pode, além do mais, ser analisada sob o simples prisma funcional, da organização da instituição eclesial, mas pelo olhar da própria *natureza missionária da Igreja* (*Ad Gentes* 2). Veja-se que a missionariedade é um atributo de *toda* a Igreja, de *todo* o Povo de Deus, e não de uma parcela de *escolhidos*. Todos somos enviados para levarmos a Boa-nova de Jesus aonde quer que nos encontremos, com os instrumentos que dispomos, a começar pelo mais eficaz meio de evangelização e anúncio: o nosso testemunho de vida. Todos somos vocacionados. Todos somos escolhidos. A proposta de Jesus é ampla e não faz acepções. E não há chamado sem envio. O chamado e a missão são características de todos os cristãos, não-ordenados e ordenados. Temos a vocação comum de discípulos missionários: “a voz do Senhor continua a nos chamar como discípulos missionários e nos desafia a orientar toda a nossa vida a partir da realidade transformadora do Reino de Deus que se faz presentem em Jesus” (Documento de Aparecida 382).

É neste contexto que Francisco nos convida a sermos uma Igreja em saída. Para tanto, é necessário que sejamos *cristãos em saída*, num êxodo constante, ou, como dispôs o Documento de

Aparecida e a *Evangelii Gaudium*, devemos nos colocar em *estado permanente de missão*. A missionariedade é uma característica ontológica de todos²⁸¹ os batizados. Pelo Batismo, somos todos discípulos missionários (*Evangelii Gaudium* 120). O que muda são as especificidades de cada chamado, de cada vocação, haja vista a sempre criativa maneira do Espírito agir: “Igreja é comunhão, somos todos parte do mesmo Corpo de Cristo, e o carisma pertence a todos, não é exclusividade de nenhum grupo, apesar de cada um ter uma função específica como bem enfatiza Paulo”²⁸²

Mas para seguirmos com a reflexão sobre os leigos na Igreja, mostra-se necessário fazermos um exercício de memória histórica: o Vaticano II, influenciado pelo chamado *movimento leigo*²⁸³ que o antecedeu, veio inaugurar uma nova etapa no reconhecimento da importância e papel fundamental dos leigos na Igreja. Aliás, ao dispor, na *Lumen Gentium*, o capítulo referente ao *Povo de Deus* antes daquele concernente à *constituição hierárquica da Igreja*²⁸⁴, os padres conciliares já estavam a indicar que se “partiu da teologia da comunidade, de uma igualdade fundamental e de uma comunhão que une a todos numa mesma vocação cristã à santidade, baseada no Batismo”²⁸⁵. Desta forma, os leigos “são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas através deles ela pode chegar como sal da terra” (*Lumen Gentium* 33). Outrossim, o mesmo Vaticano II, em seu Decreto específico sobre os leigos, nos assegura que “os leigos, dado que são participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm um papel próprio a desempenhar na missão do Povo de Deus como um todo, na Igreja e no mundo” (*Apostolicam Actuositatem* 2).

Nesse contexto, não podemos perder de vista que “nem Jesus nem seus discípulos eram sacerdotes segundo o modelo do templo. Como diríamos hoje, era um movimento de pessoas leigas

²⁸¹ A insistência na palavra *todos* com as suas variantes não é aleatória. Quer exprimir e ressaltar o conjunto do Povo de Deus, e não *categorias* ou *classes* específicas.

²⁸² ZANON, 2012, p. 42

²⁸³ Além do movimento leigo, cumpre destacar os movimentos bíblico, litúrgico, ecumênico, missionário, teológico e social (LIBANIO 2005, p. 21-48). Também eles foram precursores de mudanças efetivadas no Vaticano II. Esses movimentos pré-conciliares acabaram por se influenciarem mutuamente. O Espírito Santo sempre se antecipa.

²⁸⁴ Gostaríamos de, uma vez mais, frisar o nosso entendimento sobre a inadequação do uso do termo hierarquia e suas variantes. Como discorremos anteriormente, a sua utilização, ao nosso ver, vai contra o espírito do próprio Vaticano II, mesmo que nos documentos oficiais tenha-se mantido, em várias passagens, esse vocábulo. No entanto, o Concílio, ao explicitar a igualdade de todo o Povo de Deus fundamentada no Batismo (*Lumen Gentium* 32), parece-nos ter deixado claro que não pode coexistir isonomia com o uso do termo hierarquia. Há sim diferentes dons, atribuições, diversos campos de atuação, dentro da plural e multiforme unidade – e igualdade - dos cristãos, em prol de toda a comunidade.

²⁸⁵ LIBANIO, 2005, p. 113.

que ia ao encontro das pessoas excluídas por serem impuras, pecadoras e endemoninhadas, para compartilhar com elas a boa notícia do Reino de Deus”²⁸⁶. O mesmo Jesus que se lançou às periferias, físicas e existenciais, optou também por se colocar à margem da religião oficial do templo, sem títulos, honrarias e distinções próprios da religião judaica: “O sacerdócio de Cristo não é ritual, mas histórico. É sua práxis de entrega ao Pai e aos irmãos e irmãs”²⁸⁷.

Por outro lado, ideias nem sempre são acompanhadas por transformações efetivas. Conceitos, amiúde, esbarram em resistências de estruturas fossilizadas e mentalidades intransigentes, fruto, em parte, de comodismo e rigidez intelectual, mas, também, pelo desejo de manutenção de regalias e privilégios. Ou, então, as mudanças acontecem a passos lentos, como que numa tentativa de frear qualquer alteração do *status quo*. Não é sem razão que Francisco nos alerta de que

na história da Igreja, sempre houve grupos que acabaram na heresia, por causa dessa tentação do orgulho que os fez sentir superiores ao Corpo de Cristo. [...] A rigidez é sinal de que o mau espírito está escondendo alguma coisa. E o que está escondido pode não ser revelado por muito tempo, até que surja algum escândalo²⁸⁸.

Em relação ao Vaticano II, houve – e ainda há – quem se oponha aos novos ares que ele veio propor. O seu impulso renovador foi cedendo lugar a interpretações mais conservadoras de seus documentos, cujos adeptos o viam em continuidade a Trento e ao Vaticano I, sem maiores modificações na vida prática da Igreja. Esse tipo de interpretação busca conter o *aggiornamento* que João XXIII mencionou no discurso inaugural do Concílio, em 11/10/1962. Este “é o caminho preferido do poder, das hierarquias, dos governantes que se identificam com as instituições”²⁸⁹.

Há, contudo, uma leitura diversa do Vaticano II, na linha da descontinuidade ou, como alguns dizem, da ruptura. Ela busca envolver na sua análise o caminhar transformador da história, as mudanças culturais e a necessidade de manter sempre nova a Palavra de Deus para os dias de hoje. Mais do que conceitos inflexíveis, intenta dar sentido e significado à mensagem de Jesus para o homem e mulher do tempo presente, sempre em mudança e evolução. Almeja estar, portanto, aberta às novidades do Espírito. Acredita que para construir é preciso sempre desconstruir-se, renovar-se, sem abrir mão, porém, dos fundamentos. Neste sentido, “acentua a novidade, as

²⁸⁶ DOMEZI, 2016, p. 157.

²⁸⁷ TABORDA, 2016, p. 43.

²⁸⁸ FRANCISCO, 2020a, p. 78-79.

²⁸⁹ LIBANIO, 2005, p. 10.

modificações, os cortes culturais da história e suas condições sociais. Volta o olhar para o que está surgindo de original, de diferente, que se distancia do comumente aceito até então”²⁹⁰.

Essas interpretações, porém, não são estanques. Pelo contrário, continuidade e ruptura são duas faces da mesma moeda. A continuidade aponta para um processo em progressão, enquanto a ruptura indica que todo caminhar implica o novo: novas visões, novas maneiras de oferecer ao mundo a Boa-nova. Nesta perspectiva, continuidade não se confunde com imobilismo, e ruptura não se confunde com negação a tudo o que veio antes. Para melhor entendermos a convivência entre continuidade e ruptura, devemos voltar os nossos olhos a Jesus que veio dar fiel cumprimento à lei (Mt 5,17), tornando-a viva, dinâmica e misericordiosa. A pedagogia de Deus é um caminhar progressivo na história (continuidade), sob a ação do Espírito Santo, que se mostra sempre novo, fazendo com que a ação de Deus no cotidiano esteja em constante renovação (ruptura).

A questão dos leigos na Igreja trafega neste mundo de tensões interpretativas²⁹¹. Por isso, ao longo dos anos, temos visto momentos de abertura e de fechamento; de uma tentativa de maior participação laical e da permanência de elevada concentração clerical. Sem dúvida a reflexão teológica, especialmente no pós-Vaticano II, tem contribuído bastante para melhor entender o papel dos leigos na Igreja e tentado contribuir para que as suas estruturas também sejam transformadas. Entretanto, na vida real de nossas comunidades ainda se observa o papel secundário dos leigos. Há, pois, um vasto campo em aberto, cuja terra necessita ser melhor preparada e as sementes lançadas.

O papa Francisco está ciente dessa realidade e, por isso, já no início de seu pontificado, demonstrou preocupação com a situação dos leigos na Igreja:

Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja. Embora não suficiente, pode-se contar com um numeroso laicato, dotado de um arraigado sentido de comunidade e uma grande fidelidade ao compromisso da caridade, da catequese, da celebração da fé. Mas a tomada de consciência dessa responsabilidade laical que nasce do Batismo e da Confirmação não se manifesta de igual modo em toda a parte; em alguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, em outros por não encontrar espaço nas suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir por causa de um excessivo clericalismo que os mantém à margem das decisões (*Evangelii Gaudium* 102).

Consideramos importante discorrer sobre alguns aspectos desse pequeno recorte do pensamento de Francisco.

²⁹⁰ LIBANIO, 2005, p. 10.

²⁹¹ Essas interpretações traduzem visões de Igreja. Como em tudo na vida, também na Teologia não existe neutralidade.

O papa inicia abordando a questão de uma *tomada de consciência* da responsabilidade laical que, segundo observa, não se manifesta de igual modo em toda a parte. É sintomático que, em 2013, data da publicação da *Evangelii Gaudium*, ainda houvesse a necessidade de se chamar a atenção de que cresceu a consciência da identidade e missão dos leigos na Igreja. O que a princípio poderia ser visto como um dado altamente positivo, esconde, na verdade, uma realidade preocupante: se o aumento da tomada de consciência é merecedora de menção pelo papa Francisco, isso quer dizer que ainda há um longo caminho a percorrer. Aliás, Francisco fez essa afirmação quase cinquenta ano após o término do Concílio Vaticano II (1962-1965) que, justamente, trouxe à luz, dentre outros temas, o papel do leigo na Igreja, e ressaltou que todo o Povo de Deus, unido pelo vínculo comum do Batismo, é igual em dignidade (*Lumen Gentium* 32). Desta forma, vislumbramos que, mesmo tendo ocorrido uma evolução na reflexão teológica sobre o papel no leigo e da leiga na Igreja no período pós Concílio, conforme já mencionamos, ainda não se criaram mecanismos que garantam, por direito, a real participação e protagonismo laical no âmbito das estruturas eclesiais em seus diversos níveis, e mesmo no exercício de ministérios²⁹². Trata-se de uma tarefa a realizar.

Neste horizonte, também Bento XVI, em seu discurso de abertura por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, na cidade de Aparecida, ressaltou que

todos os homens e mulheres batizados devem tomar consciência de que foram configurados com Cristo Sacerdote, Profeta e Pastor, através do sacerdócio comum do Povo de Deus. Devem sentir-se corresponsáveis na construção da sociedade segundo os critérios do Evangelho, com entusiasmo e audácia, em comunhão com os seus pastores.

Vê-se que Bento XVI e Francisco chamam a atenção para tal tomada de uma consciência laical que advém do Batismo. Vale salientar, no caso do discurso de Bento XVI, a ressalva de que os leigos devem estar em comunhão com os seus pastores. Trata-se de uma ponderação recorrente, e nos remete à importância da comunhão eclesial. Entretanto, a comunhão é via de mão dupla e, por isso, cremos também ser necessário enfatizar que os membros do clero igualmente devem estar em estreita comunhão com os cristãos leigos, já que todos são fieis e possuem a mesma dignidade (*Lumen Gentium* 32), conforme já discorremos. A possibilidade de equívocos que, por motivações

²⁹² LIBANIO, 2005, p. 182.

variadas, podem levar a atitudes de não-comunhão, são passíveis de ocorrer no seio de todo o conjunto do Povo de Deus, e não apenas dos leigos para com os seus pastores. O inverso é igualmente importante e necessário. Aliás, a história nos mostra bem isso. Todo relacionamento entre os fiéis, ministros leigos e ministros ordenados, se dá na esfera da comunhão e não no da subordinação. Todos os cristãos – leigos e ordenados – são chamados a estar sempre vigilantes para não perder a comunhão. Reconhecer que todos somos suscetíveis de falhas, seja qual a função que se ocupa na estrutura eclesial, à luz do Evangelho, não é sinal de fraqueza, mas sim de grandeza. Assim, evitaremos uma visão parcial da Igreja, em que alguns tendem a se enxergar mais ungidos do que outros quando, na realidade, o Batismo a todos iguala.

Nesta perspectiva, devemos, novamente, recordar que o Povo de Deus é dotado do chamado *sensus fidei*, que a teologia entende como “o dom ou capacidade dada pelo Espírito Santo àquele que crê, de perceber a verdade da fé e de discernir o que lhe é contrário. É um dom ou carisma de todos os batizados”²⁹³. Todos nós, batizados, somos um povo sacerdotal, profético e régio (Ap 1,6; 5,9-10; 1Pd 2,5-9; *Lumen Gentium* nn. 31, 34, 35 e 36). Se todos os batizados, “pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo [...]” (*Lumen Gentium* n. 10), então a fé do povo adquire também uma dimensão pneumatológica ativa, apta a auxiliar na compreensão, sempre necessária, da Revelação. Este povo, alcançado pela graça do Batismo, é infalível *in credendo*. Ora, se o povo fiel, em seu conjunto, não pode errar no ato de crer, é necessário que as estruturas eclesiás sejam abertas para dar vazão à voz – e vez – de todos os cristãos, em particular aos leigos, tão alijados das decisões da Igreja. Aliás, em seu início, na história eclesial, o papel de toda a Igreja era extremamente dinâmico, e seus ministérios eram vistos como um todo que formava uma orquestra de batizados. Havia uma diversidade plural, mas sem distinções hierárquicas. Todos, com os seus diversos ministérios, formavam uma comunidade de batizados.

²⁹³ CIPOLLINI, 2018, p. 14. O título deste livro constante nas referências traz em si, aparentemente, uma visão de Igreja ainda presente em nosso meio. Eis o título: *Os fiéis também sabem: o sentido da fé (sensus fidei) na Igreja*. Frise-se tratar-se de uma obra escrita por um bispo da Igreja. Ora, ao dizer que “os fiéis também sabem”, a quem estaria se referindo? Aparentemente aos leigos. Visão, porém, parcial, fragmentada. Fiéis são todos os batizados. Os cristãos ordenados são tão fiéis quanto os cristãos leigos. Não há fiéis de primeira e segunda categoria, afinal todos recebemos a unção e todos possuímos o conhecimento (1Jo, 2,20). Com esta observação sobre o título, que nem sempre é escolhido pelo próprio autor ou autora, não se pretende diminuir a obra em si, a qual recomendamos para quem deseja ter uma visão geral sobre o tema.

Durante séculos, na Igreja, como não havia separação ou distância entre os diferentes ministérios, não existiu o termo “leigo”. A Igreja de então é concebida como a comunidade dos batizados e os ministros ordenados presidem uma assembleia toda ela profética, sacerdotal e régia (LG 34-36), como nos diz o Vaticano II²⁹⁴.

Destarte, a participação ativa dos leigos na vida da Igreja há de ser encarada como um dado da própria Revelação, pois o mandato feito por Jesus para difundir a Boa-nova e, por conseguinte, construir o Reino de Deus – que não se confunde com a Igreja – é universal, e emanação da própria Trindade: “A missão fundamenta-se na Trindade que se revelou na paciente e progressiva pedagogia de Deus e na vontade salvífica universal. A missão é dirigida a todos: “Ide por todo o mundo...”. Eis o primeiro elemento essencial da missão, o universalismo”²⁹⁵. Isso não resulta em uniformidade, pois, conforme já expusemos, a divisão de funções, atribuições, é necessária e natural, pois reflete, na Igreja, o rosto multiforme da Trindade. Contudo, se há necessidade de uma tomada de consciência dessa responsabilidade laical que nasce do Batismo e da Confirmação, é sinal de que existe uma insuficiência de consciência ou mesmo uma resistência frente a essa realidade, quando, na verdade, os cristãos leigos possuem “pleno direito na missão da Igreja” (*Ecclesia in Europa* 41).

Se para a vasta maioria dos discípulos-missionários de Jesus, que são os leigos, a sua identidade e missão ainda não estão devidamente reconhecidas e realmente vivenciadas nas nossas comunidades, há um desvio bastante sério no nosso processo de evangelização e como a Igreja lida com a questão. Trata-se, portanto, de um problema estrutural e central. Basta olhar a realidade do nosso país que podemos chegar à conclusão de que somos um povo de batizados, mas ainda não de testemunhas, de discípulos-missionários. A violência, a corrupção, a gritante desigualdade social, a intolerância para com minorias, dentre outros aspectos, são sinais de que o Evangelho ainda não se encarnou em nossa sociedade. E “ninguém pode nos exigir que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos” (*Evangelii Gaudium* 183).

As palavras do papa devem ecoar não apenas como simples intuições. Elas trazem consigo a necessidade de olharmos a nossa pastoral e todo o processo de apresentação da Boa-nova com um olhar novo, com a coragem para empreender uma renovação não apenas espiritual, mas

²⁹⁴ BRIGHENTI, 2016, p. 30.

²⁹⁵ PANAZZOLO, 2019, p. 10.

estrutural da Igreja. Nesse horizonte, Francisco aponta para a necessidade de que a catequese e a pregação assumam uma espiritualidade que se faz também fraternidade, acolhimento entre todos:

[...] é importante que a catequese e a pregação incluam, de forma mais direta e clara, o sentido social da existência, a dimensão fraterna da espiritualidade, a convicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos (*Fratelli Tutti* 86).

Francisco também afirma que um dos motivos dessa falta de consciência seria o fato dos leigos não terem se formado para assumirem responsabilidades importantes. Cabe aqui uma indagação. Haveria, por parte das dioceses, paróquias e diversas comunidades um real incentivo para a formação dos leigos? Há, de maneira geral, apoio concreto, inclusive material, para que os leigos possam, por exemplo, aprofundarem-se nos estudos, inclusive teológicos que, vale ressaltar, não deveriam ser vistos como algo reservado aos fiéis ordenados? Por que é tão natural aceitarmos que a Igreja, seja através de uma diocese ou paróquia, arque com todos os estudos de graduação e pós graduação de um seminarista, presbítero ou epíscopo e não termos o mesmo olhar para com um leigo ou uma leiga engajados em uma comunidade, especialmente para os que têm menos recursos?

Afinal, a missão é dever de todos os batizados e a qualificação dos agentes de pastoral deveria ser uma prioridade comunitária e não simplesmente individual. A Igreja deve ser terra de partilha misericordiosa entre todos os batizados (At 2, 42-47), e não apenas de pequenos grupos. Por isso, Aparecida já nos exortava no sentido de que “os melhores esforços das paróquias devem estar na convocação e na formação de leigos missionários” (Documento de Aparecida 174).

Entretanto, não queremos cair no discurso fácil, numa espécie de populismo religioso. Estamos cientes de que a formação do leigo deve ser integral²⁹⁶, a começar na infância, passando pela juventude até a idade adulta. Tal é uma responsabilidade compartilhada, da família (apesar de que hoje encontramos tantos lares desestruturados), dos pastores, das escolas e universidades católicas (a que muitos fiéis leigos não têm acesso, seja por falta de vagas ou, o mais comum, pela impossibilidade financeira), das associações laicais, bem como da paróquia, que, aliás, tem um

²⁹⁶Aliás, não só dos leigos, mas também dos fiéis ordenados que, é bom lembrar, recebem sua formação em filosofia e teologia, dentre eventuais outras graduações, antes, geralmente, da Ordenação. Muitos, aliás, entram no seminário em tenra idade. Toda essa formação lhes foi proporcionada porque a Igreja – e aqui me refiro especificamente à sua dimensão institucional – tinha a perspectiva de que fossem, no futuro, ordenados diáconos e presbíteros. Seria menos importante investir na formação de um laicato bem instruído, maduro na fé, ciente de sua missão no mundo e na Igreja como testemunhas de Cristo?

papel essencial na formação imediata dos cristãos não-ordenados (*Apostolicam Actuositatem* 20 e *Christifideles Laici* 61-62). Ademais, há o esforço pessoal, individual, que toma para si a responsabilidade para a sua *autoformação* (*Christifideleslaici* 63).

Não obstante, para se formar é preciso que sejam oferecidos os meios necessários. Assim é feito com os candidatos ao ministério ordenado. Por que não estabelecer critérios claros e objetivos de auxílio, dentro das possibilidades e realidade de cada comunidade, para com os ministros leigos que são ativos em suas paróquias? Para tanto, há de se estabelecer uma nova mentalidade eclesial, mais generosa, mais solidária, mais sinodal, mais Igreja Povo de Deus. Sem dúvida a falta de uma formação apropriada não é um impedimento para que o leigo e a leiga assumam os seus papéis como discípulos-missionários (apesar de ser um elemento dificultador). Tampouco deve servir de justificativa para continuar as coisas como estão, já que sempre foi assim (*Evangelii Gaudium* 33).

Neste sentido, a opção preferencial pelos pobres tem uma dimensão *ad intra* importante muitas vezes esquecida, em que os bens da Igreja devem ser colocados à disposição de todo o Povo de Deus, segundo a necessidade de cada um (At 2,44-45). Não é difícil, na teoria, amar *os pobres, os sofredores, o povo*. Desafiador, para todos nós, é amar alguém concreto, o pobre, o sofredor e o povo personificados, com gestos concretos. Afinal, segundo nos ensina Santo Inácio de Loyola, “o amor deve consistir mais em obras do que em palavras”²⁹⁷. Também é tarefa fácil dizer que os leigos devem assumir um protagonismo próprio da sua condição. Desafiador é fornecer instrumentos de auxílio e incentivos efetivos. Se o amor preferencial pelos pobres visa necessariamente os mais excluídos, há que se reconhecer que, internamente na vida da Igreja, há uma parcela ainda deixada à margem das decisões e mesmo da participação equânime dos bens da comunidade: os leigos.

Parece-nos que o discurso da Igreja em defesa de uma sociedade mais socialmente justa, igualitária, democrática, pela equânime divisão dos bens e pela fraternidade, tende a perder a credibilidade, ou ao menos enfraquecê-la, quando, *ad intra*, não se pratica aquilo que se prega *ad extra*. Novamente percebemos a necessidade de uma conversão estrutural. Assim:

O Povo de Deus que se torna sujeito não só da sociedade, mas também da Igreja e os rostos concretos dos pobres obrigam a Igreja a “rever suas estruturas” (*Puebla*, 1157), ainda

²⁹⁷ LOYOLA, 2010, p. 129.

pouco participativas. [...] Só uma Igreja participativa pode, coerentemente, propor uma sociedade e uma democracia cada vez mais participativas²⁹⁸.

Observamos no meio eclesial o que chamamos de síndrome da ovelha perdida: costuma-se pensar na ovelha perdida sempre como *o(a) outro(a)*, mas dificilmente como sendo a si mesmo. O(a) *perdido(a)* é *o(a) de fora do nosso grupo*, quando, na verdade, não enxergamos, com humildade, as nossas próprias debilidades. Queremos encontrar e resgatar os *perdidos*, mas, frequentemente, não somos capazes de reconhecer as nossas fragilidades e incoerências. Isso vale para todos os cristãos individualmente, mas também para a Igreja enquanto instituição, muitas vezes necessitada de ser encontrada novamente pelo seu Salvador, que nunca a abandona, mesmo quando ela se afasta de seu redil. Como é difícil assumir-se como a *ovelha perdida*! Como é difícil assumir-se como a ovelha encontrada (Mt 18, 10-14; Lc, 15, 1-7)!

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a formação deve ter em vista também proporcionar que os leigos assumam *responsabilidades importantes*, como bem pontuou Francisco. Trata-se de um conceito em aberto. O que seriam responsabilidades importantes? Além do mais, se tal está sendo ressaltado, que tipo de responsabilidades, e espaços de participação estariam sendo proporcionados aos leigos no presente?

Gostaríamos de indicar algumas providências que consideramos relevantes para dar concretude ao chamamento de Francisco no que se refere a *responsabilidades importantes*.

a) A participação de toda a comunidade dos fiéis – leigos e ordenados – na escolha daqueles presbíteros que se tornarão bispos²⁹⁹. Vale ressaltar que isso está longe de ser algo novo. Ao contrário, nos primeiros séculos era assim. O povo escolhia os seus bispos³⁰⁰. É claro que o número de cristãos batizados aumentou bastante, e as estruturas se tornaram mais complexas. Mas isso não pode servir de desculpa para excluir a maior parcela do Povo de Deus – os leigos – no processo de discernimento de escolha de seus bispos. É possível, por exemplo, fazer uso do mesmo método que utilizam para as consultas junto aos presbíteros: amostragem. Nem todos são consultados, mas uma parcela representativa. O mesmo poderia ser realizado com os leigos. Mais uma vez devemos lembrar que a unção batismal é a nossa maior dignidade.

²⁹⁸ SUESS, 2015, p. 160.

²⁹⁹ Aliás, a participação dos leigos também deveria se fazer presente na escolha do bispo de Roma. É a Igreja toda que deve se manifestar, o povo fiel, povo sacerdotal (1Pd 2,9). O Espírito Santo atua em todos os batizados, e não em alguns mais que em outros. Deixemos, portanto, Deus agir livremente, tal como ele nos criou para a liberdade. Afinal, “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gal 5,1).

³⁰⁰ Lembremos, apenas para citar um, de Agostinho.

b) A conversão dos conselhos presbiterais em conselhos diocesanos ou arquidiocesanos, com representatividade de todo o Povo de Deus.

O Código de Direito Canônico, Cân. 495, § 1º, reza que:

Em cada diocese, seja constituído o conselho presbiteral, a saber, um grupo de sacerdotes que, representando o presbitério, seja como o senado do Bispo, cabendo-lhe, de acordo com o direito, ajudar o Bispo no governo da diocese, a fim de promover ao máximo o bem pastoral da porção do povo de Deus que lhe foi confiada.

Merece ser sublinhado que o Código de Direito Canônico faz a analogia do conselho presbiteral com o senado. Mas que espécie de senado? Ao deixar de fora a maioria dos cristãos, privilegiando apenas os presbíteros, esse senado assemelha-se mais ao do império romano, onde somente representantes das famílias mais ricas da sociedade, dos nobres, tinham assento. Era um senado de alguns privilegiados. E claro, sem a presença feminina.

Ademais, entre as suas funções, está a de ajudar o bispo no *governo* da diocese. Seria razoável pensar que somente uma porção dos fiéis – os presbíteros – seja capaz de ajudar no governo da diocese? Os leigos, tão inseridos na sociedade e com variadas formações acadêmicas e competências profissionais, não poderiam contribuir como membros efetivos? As religiosas e religiosos não ordenados igualmente não tem capacidade de contribuir no governo da diocese?³⁰¹

Vislumbramos, portanto, que o espirito do cânon não nos ajuda a sair da mentalidade de castas, em que determinados assuntos devem ficar restritos a poucos.

c) As deliberações nas assembleias diocesanas e paroquiais; nos conselhos pastorais diocesanos e paroquiais; deveriam passar por um processo de avaliação constante. O que é feito daquilo que a comunidade dos batizados indicou? Se não está sendo colocado em prática, qual a razão? Apesar de serem conselhos – como todos na Igreja – de caráter consultivo, há que se ter o mínimo de prestação de contas, inclusive por parte dos bispos e dos presbíteros, sob pena se serem instâncias meramente *pro forma*.

Todas essas sugestões visam integrar melhor os leigos na vida da Igreja. São passos possíveis de serem dados, mas, para tanto, é preciso que os nossos pastores enxerguem a Igreja como sendo efetivamente *Povo de Deus*, em que todos devem ter vez e voz.

³⁰¹ Estamos cientes de que existem conselhos pastorais nas dioceses (Cân. 511 e seguintes) com a representatividade do conjunto do Povo de Deus, cuja atribuição, de acordo com o Cân. 511, é de “examinar e avaliar as atividades pastorais da diocese e propor conclusões práticas sobre elas”. Tais funções, em que pese a sua importância, estão longe das desempenhadas pelo conselho presbiteral que, como vimos, auxilia no *governo* da diocese.

CONCLUSÃO

Ao chegarmos no fim da nossa jornada, gostaríamos, inicialmente, de partilhar sobre o caminho percorrido. Para chegarmos a esta estação final, muitos foram os desafios enfrentados e superados. Como tudo na vida, nossa trajetória esteve suscetível a alegrias, surpresas, dificuldades e, o que é mais importante, muita reflexão e aprendizado.

Motivo de genuína alegria foi ter encontrado uma turma tão boa e, ao mesmo tempo, tão plural. Aliás, a pluralidade de pensamentos teológicos, bem como a diversidade de funções desempenhadas na Igreja, favoreceu-nos uma saudável e profícua troca de experiências e visões. De minha parte, fiz novos amigos e, aquela eventual distância inicial, entre fiéis leigos e fiéis ordenados, tornou-se uma proximidade entre irmãos batizados que, respeitando as suas características, passaram a se querer bem e a nutrir mútua admiração. Para nós, os momentos de partilha fora das aulas eram também oportunidade de *teologizar*, pois abriam possibilidades de diálogos, confidências, risos, e mesmo lágrimas. Qualquer teologia que não nos leve à escuta, ao acolhimento e, portanto, a entrar em relação com os outros e com o conjunto da criação, está fadada à frieza dos muros interiores que nós mesmos podemos construir. O teólogo ou a teóloga, neste sentido, precisa cultivar um espírito livre, de abertura ao novo, aos diversos pontos de vista, e não se fechar em apenas uma linha de pensamento.

Para além da turma, o ambiente acadêmico que a Faculdade Jesuíta de Teologia de Filosofia e Teologia (FAJE) nos proporcionou, foi outra das alegrias dignas de nota. As aulas ministradas se deram num clima dialógico, e despertaram em nós a ânsia por mais conhecimento e novos horizontes de leituras. Todavia, tivemos uma perda que por todos foi sentida, causando-nos perplexidade e tristeza: o falecimento do professor Paulo César Barros, SJ. Ele, além de ter estado em minha banca de admissão, ministrou uma de nossas disciplinas, e nos marcou com sua postura serena e gentil.

Feito este registro de cunho pessoal, importante num percurso acadêmico por nós assumido como projeto de humanização, passamos agora a expor sobre a trajetória da nossa pesquisa propriamente dita.

O conteúdo de nossa dissertação foi se enriquecendo ao longo do tempo, pelas leituras, disciplinas cursadas e mesmo participação em congressos de teologia. Podemos dizer, pois, que a pesquisa foi evoluindo conforme íamos aprofundando em nós uma espécie de curiosidade e

abertura científicas. Assim, agora que desembarcamos em nossa última estação, cumpre-nos narrar o que trouxemos em nossa bagagem.

Reconhecemos que, efetivamente, a misericórdia é tema central no magistério de Francisco. Suas palavras e gestos apontam para a necessidade de a Igreja ser tomada pela misericórdia, não como um sentimento, como uma mera abstração. Ao contrário, sinalizam para o testemunho de uma Igreja em saída, misericordiosa por fidelidade ao seu Fundador, cujas características, conforme vimos, está toda relacionada à prática, à vivência da misericórdia. Neste sentido, para além dos significados teológico-bíblicos que expusemos, ela – a misericórdia – se faz presente na história da salvação.

A nossa pesquisa igualmente concluiu que existem duas chaves de leitura possíveis acerca da misericórdia em Francisco, isto é, pela graça do encontro misericordioso de Deus, e pelo nosso agir misericordioso. Elas explicitam que a misericórdia é iniciativa, dom de Deus; é expressão de seu ato criador e redentor. Faz parte da Revelação divina, não sendo uma simples qualidade que se adere ao nosso entendimento – sempre parcial e incompleto – de Deus. Com efeito, Deus é misericórdia, e, em Jesus Cristo, tornou-se misericórdia encarnada. Ademais, a misericórdia condiciona o nosso seguimento como discípulos-missionários: a nós é pedido, como seguidores da misericórdia, que sejamos também misericordiosos para com todos, de maneira especial com os pobres de todos os matizes.

Contudo, ao chegarmos nesse ponto de nossa viagem, nos deparamos com uma pergunta: como podemos conciliar a noção de um Deus misericordioso em sua essência e o absurdo sofrimento humano? Assumimos que há sim uma tensão inevitável, e nem todas as nossas perguntas podem ser respondidas a contento. Mas, a partir do sentimento de abandono de Deus, que se faz agonia, sede e profissão de fé, concluímos que, em que pese Ele não nos proporcionar um raciocínio que explique o sofrimento (*Lumen Fidei* 57), chama-nos a ter uma postura de caminhantes, sempre em busca, ainda que sem todas as respostas.

E como caminhantes, seguidores da misericórdia, vislumbramos que outro não poderia ser o caminho da Igreja. Todavia, ser Igreja da misericórdia significa assumir lados e posições. No caso, a nossa pesquisa nos conduziu à conclusão de que a Igreja da misericórdia, iluminada pelo magistério de Francisco, por documentos eclesiásicos, em diálogo como outros autores, é aquela que se faz pobre e para os pobres. Assim, assume a opção pelos pobres como um imperativo cristão,

parte inerente de sua missão. E isso se mostrou claro não apenas em Francisco, mas como uma demanda do Vaticano II e, de maneira especial, no magistério latino-americano.

Outrossim, constatamos que essa Igreja dos pobres deve ser ela mesma pobre. Isso demanda uma renovação de nossas estruturas e das práticas eclesiais. Há que avançar para além da teoria e dos discursos. A Igreja necessita trilhar os caminhos da simplicidade e da defesa real dos menos favorecidos. A sua credibilidade passa, pois, em como ela se apresenta ao mundo. VESTES, formas de tratamento, privilégios etc, necessitam ser revistos. Não tem sentido falar em uma Igreja pobre para os pobres e viver como rico e aliado aos poderosos. Também aí verificamos que Francisco bebeu do magistério Conciliar e latino-americano.

Entretanto, reconhecemos que essa Igreja misericordiosa pobre e para os pobres encontra obstáculos em seu interior, que se mostram como verdadeiros descaminhos. São situações que apontam para uma Igreja anti-misericórdia, que mais se preocupa com a manutenção de poder, regalias e privilégios. São elas: o clericalismo e a subvalorização dos cristãos não ordenados, dos leigos.

O clericalismo, e Francisco não deixa margem para dúvidas, busca suscitar uma Igreja com feições imperiais, em que o clero exerce uma autoridade que mais se assemelha a autoritarismo. Estamos não no campo do serviço, mas da dominação, na perpetuação de regalias. Esse clericalismo gera o que Francisco chama de mundanismo espiritual que, ainda que se apresente como defensor da Igreja, na verdade está a defender determinados grupos, a exemplo de algumas castas. Com isso, apesar do Vaticano II insistir que todos os batizados são iguais em dignidade, incentiva-se uma espécie de divisão de classes no interior da Igreja. Uns mandam, os clérigos, enquanto outros devem obedecer, os leigos. Assim, a nossa pesquisa chegou à conclusão de que nem mesmo a utilização do termo hierarquia é evanglicamente adequado; com efeito, não há entre o Povo de Deus superiores e subalternos. Estamos no campo da relação, e não da subordinação. Assim é a Trindade, e assim concluímos ser a Igreja, que caminha entre sombras e luzes. Para tanto, verificamos, também, que o clericalismo é fruto de um sistema e, por isso, esse mesmo sistema deve ser aperfeiçoado, com mecanismos que previnam desvios e abusos de poder. Tais mecanismos se referem a prestações de contas com clareza, objetividade e sem secretismos.

Observamos que essa cultura clerical traz muitos danos à Igreja e ao processo de evangelização. E as maiores vítimas fazem parte daquela parcela majoritária do Povo de Deus: os leigos. Percebemos que os espaços oferecidos aos fiéis não ordenados são reflexos de uma Igreja

ainda com características clericais. Com isso, ficam alijados das instâncias decisórias e mesmo de elaboração e reflexão doutrinárias. Quando muito, estão inseridos em conselhos, mormente consultivos. Revela-se necessário, portanto, crescer a consciência do laicato, mas que, concomitantemente, seja-lhe oferecido meios de aprofundamento de sua formação – inclusive materiais, pois os bens da Igreja pertencem a todo o Povo de Deus, e não a apenas uma parcela. Urge proporcionar espaços onde os leigos possam vivenciar, com autonomia e comunhão, a sua vocação de sacerdote, profeta e rei, advinda do Batismo.

Finalmente, queremos deixar claro que todas as reflexões aqui ofertadas ao leitor ou leitora, são uma via em construção, cujas interpretações possíveis não somos capazes de vislumbrar em sua vasta amplitude. Acreditamos, ademais, que a presente pesquisa abre novos horizontes que ultrapassam o magistério de Francisco. Remete-nos a pensar num aprofundamento de uma eclesiologia da misericórdia, em estreita relação com a teologia pastoral, a cristologia e a pneumatologia.

A verdade é que entregamos esta pesquisa como uma pequena contribuição à Igreja, ao Povo fiel de Deus, e mesmo a quem não professe a mesma fé deste autor. Que a misericórdia seja, pois, o farol que ilumina os nossos passos. Afinal, como vimos, fora da misericórdia não há salvação.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Francys. Música: *Teu proceder*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/francis-adao-sj/teu-proceder/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Renovar toda a Igreja no Evangelho: desafios e perspectivas para a conversão pastoral da Igreja*. Aparecida: Santuário, 2019.

_____. “*Uma Igreja pobre e para os pobres*”: abordagem teológico-pastoral do Vaticano II a Francisco. In: BRIGHENTI, Agenor (Org.). *Os ventos sopram do sul: o papa Francisco e a nova conjuntura eclesial*. São Paulo: Paulinas, 2019, p. 149-181.

_____. *Nas periferias do mundo: fé, Igreja, sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2017.

AUGUSTIN, George. *La misericordia, redescubrimiento de la vocación Cristiana*. In: AUGUSTÌN, George (ed.) *El evangelio de la misericordia*. Maliaño: Sal Terrae, 2016, p. 37-54.

_____. *Por uma Igreja “em saída”*: impulsos da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Petrópolis: Vozes, 2018.

BÁEZ, Silvio José. *Quando tudo se cala: o silêncio na Bíblia*. 1.ed. 1. reimpr. São Paulo: Paulinas, 2012.

BARAUSSE, Paulo Tadeu. *O discipulado e o seguimento de Cristo ressuscitado: novidade eclesiológica de uma autêntica vivência missionária cristã e eclesial*. São Paulo: Loyola, 2013.

BARREIRO, Álvaro. *A parábola do Pai misericordioso*. 9.reimp. São Paulo: Loyola, 2016.

BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram (Ed.). *Novo Léxico da Teologia Dogmática Católica*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BEOZZO, José Oscar. *Pacto das catacumbas*: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2016.

BENTO VI, Papa. *Carta encíclica Deus é amor*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2006.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 6. impr. São Paulo: Paulus, 2010.

BINGEMER, Maria Clara. *Esperança de futuro para a Igreja*. In: PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso M. L (Orgs.). *Francisco: renasce a esperança*. 5.reimp. São Paulo: Paulinas, 2018, p. 239-250.

_____. *Exigências éticas da misericórdia*. In: MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *O imperativo ético da misericórdia*. Aparecida: Santuário, 2016, p.139-159.

_____. *Teologia latino-americana: raízes e ramos*. Rio de Janeiro: PUC; Vozes, 2017.

BIOGRAFIA online sobre Montesquieu. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Montesquieu>. Acesso em 07/02/2021.

BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN João H. *Misericórdia, o outro nome da Igreja*. In: FIGUEIRA, Eulálio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). *Uma Igreja de portas abertas*: nos caminhos do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 105-121.

BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Sinais proféticos que indicam o caminho*. In: FIGUEIRA, Eulálio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). *Uma Igreja de portas abertas*: nos caminhos do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 123-134.

BRIGHENTI, Agenor. *A missão evangelizadora no contexto atual. A realidade e desafios a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2016.

_____. *O laicato na Igreja e no mundo: um gigante adormecido e domesticado*. São Paulo: Paulinas, 2019.

_____. *Perfil pastoral da Igreja que o Papa Francisco sonha*. In: SILVA, José Maria da (Org.). *Papa Francisco: perspectivas e expectativas de um papado*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 13-25.

BISSI, Anna. *A misericórdia, caminho de libertação humana e espiritual*. In: VIRGILI, Rosanna. Et al. *Misericórdia: face de Deus e da nova humanidade*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 137- 181.

BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigma na Teologia da Missão*. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2014.

CASTILLO, José M. *Jesus: a humanização de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CASULA, Lucio. *Rostos, gestos e lugares: a cristologia do Papa Francisco*. 2.ed. Brasília: CNBB, 2018.

CAVALCANTE, Eduardo. O pontificado do papa Francisco à luz dos elementos fundamentais do Concílio Vaticano II. In: VII COLÓQUIO DE TEOLOGIA E PASTORAL. Anais... Belo Horizonte: FAJE, 2019a. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/issue/view/569>. Acesso em 12/03/2021.

_____. *A santidade na perspectiva de uma “Igreja em saída”*. In: II CONGRESSO INTERNAICONAL DA PUCRS. *Santidade e responsabilidade pública*. Porto Alegre: Fundação

Fênix, 2019b. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/ii-congresso-internacional-de-teolo>. Acesso em: 19/03/2021.

CIPOLLINI, Dom Pedro Carlo. *Os fiéis também sabem: o sentido da fé (sensus fidei) na Igreja*. Brasília: CNBB, 2018.

COMBLIN, José. *A Igreja e sua missão no mundo*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. *Evangelizar*. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. *O povo de Deus*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. *Vocação para a liberdade*. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja: das origens ao século XV*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONGAR, Yves. *Ele é o Senhor e dá a Vida*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. *Por una Iglesia servidora y pobre*. 1.ed. Buenos Aires: Agape, 2019.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*. 11.ed. São Paulo: CNBB; Paulus; Paulinas, 2009.

_____. *Documentos do CELAM*: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2009.

CONSTITUIÇÃO Dogmática Dei Verbum. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONSTITUIÇÃO Dogmática Lumen Gentium. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONSTITUIÇÃO Pastoral Gaudium et Spes. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

COZZENS, Donald. *Silêncio Sagrado*: negação e crise na Igreja. São Paulo: Loyola, 2004.

DECRETO Ad Gentes. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

DECRETO Apostolicam Actuositatem. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

DECRETO Presbyterorum Ordinis. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

DECRETO Unitatis Redintegratio. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 29.ed. Coordenação de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

DE MORI, Geraldo; KONINGS, Johan. *O papa da conversão e da misericórdia*. Perspectiva Teológica: pontificado do papa Francisco e a *Laudato Si'*. Belo Horizonte, v. 48, n. 1, p. 11-16, Jan./Abr. 2016.

DOMEZI, Maria Cecília. *Na igual dignidade batismal*: laicato, serviços e ministérios, relação de gênero no interior da Igreja. In: FIGUEIRA, Eulálio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). *Uma Igreja de portas abertas*: nos caminhos do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 155-170.

_____. *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014.

Entrevista exclusiva do papa Francisco ao Pe. Antonio Spadaro, SJ. Ocorrida em 19, 23 e 29 de agosto de 2013. São Paulo: Loyola; Paulus, 2013.

HAMMES, João Erico. *O princípio teologal da misericórdia*. In: MILLEN, Maria Inês; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *O imperativo ético da misericórdia*. Aparecida: Santuário, 2016, p. 49-76.

FABRIS, Rinaldo. *A opção preferencial pelos pobres na Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1991.

FERNANDES, Leonardo Agostini. *Eterna é a sua misericórdia*. Reflexões bíblicas e leituras orantes. São Paulo: Paulinas, 2016.

FISICHELLA, Rino. *Sobre a teología da misericordia*. In: VIRGILI, Rosanna. Et al. *Misericórdia*: face de Deus e da nova humanidade. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 97-113.

FORTE, Bruno. *A Igreja*: ícone da Trindade. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCISCO, Papa. *A Igreja da misericórdia*: minha visão para a Igreja. 1.ed. São Paulo: Paralela, 2014.

_____. *A alegria de ser discípulo*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.

_____. *A Igreja é católica e apostólica* (Audiência Geral em 17 de setembro de 2014). In: FRANCISCO, Papa. *A Igreja*. São Paulo: Paulus, 2018.

_____. *Audiência geral em 05 de julho de 2013*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2013/documents/papa-francesco_20130605_udienza-generale.html. Acesso em 25/04/2020.

_____. *As palavras do Papa Francisco*. Não deixeis que vos roubem a esperança. 2.ed. Campinas: Raboni, 2013.

_____. *Bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia Misericordiae Vultus*. São Paulo: Loyola, Paulus, 2015.

_____. *Carta apostólica Misericordia et Misera*. Brasília: CNBB, 2016.

_____. *Carta encíclica Fratelli Tutti*. São Paulo: Paulus, 2020.

_____. *Carta encíclica Laudato Si'*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2015.

_____. *Carta encíclica Lumen Fidei*. Brasília: CNBB, 2013.

_____. Carta ao Cardeal Marc Ouellet. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html. Acesso em 28/08/2019.

_____. *Deus é jovem: uma conversa com Thomas Leoncini*. São Paulo: Planeta, 2018b.

_____. *Discurso para o Encontro com os Idosos e Avós*, em 28 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/september/documents/papa-francesco_20140928_incontro-anziani.html. Acesso em 16/06/2021.

_____. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: CNBB, 2015.

_____. *Exortação apostólica pós sinodal Amoris Laetitia*. São Paulo: Paulinas, 2016.

_____. *Homilia proferida na Igreja de Santa Ana, Roma/IT, em 17 de março de 2013*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130317_omelia-santa-anna.html. Acesso em 13/02/2021.

_____. *Homilia por ocasião da solenidade de Corpus Christi*, em 06 de junho de 2021. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/papa-francesco_20210606_omelia-corpusdomini.html. Acesso em 14/06/2021.

_____. *Homilia proferida em viagem a Lampedusa/IT, em 8 de julho de 2013*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html. Acesso em 19/03/2021.

_____. Homilia proferida na Basílica de São Paulo fora dos muros, em 14 de abril de 2014. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130414_omelia-basilica-san-paolo.html. Acesso em 20/04/2021.

_____. *Mensagem para o I dia mundial dos pobres*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20170613_messaggio-i-giornatamondiale-poveri-2017.html. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. *Mensagem o II dia Mundial dos Pobres.* Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20180613_messaggio-ii-giornatamondiale-poveri-2018.html. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. *Mensagem para o III dia mundial dos pobres (17/11/2019).* Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20190613_messaggio-iii-giornatamondiale-poveri-2019.html. Acesso em: 10 maio 2021.

_____, Papa. *Mensagem para o IV dia mundial dos pobres (em 15/11/2020).* Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/papa-francesco_20180613_messaggio-ii-giornatamondiale-poveri-2018.html. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. *Mensagem por ocasião do dia mundial para as missões (20/10/2013).* Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20130519_giornata-missionaria2013.html. Acesso em: 02 de maio 2021.

_____. *O céu na Terra: amar e servir para transformar o mundo.* 1.ed. Brasília: CNBB, 2021.

_____. *O nome de Deus é misericórdia: uma conversa com Andrea Tornielli.* São Paulo: Planeta, 2016.

_____. *Vamos sonhar juntos: o caminho para um futuro melhor.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020a.

_____. *Vida após a pandemia.* 1.ed. Brasília: CNBB, 2020b.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido*. 16.ed. São Leopoldo: Sinodal; Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GALLI, Carlos María. *La alegría siempre nueva del evangelio y las novedades pastorales de Francisco*. In: BRIGHENTI, Agenor (Org.). *Os ventos sopram do sul: o papa Francisco e a nova conjuntura eclesial*. São Paulo: Paulinas, 2019, p. 59 -109.

GONZÁLEZ-QUEVEDO, Luís. *O novo rosto da Igreja: Papa Francisco*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *La espiritualidad de la liberación: escritos esenciales*. Maliaño: Sal Terrae, 2013.

GRIMALDI, Cristian Martini. *Eu era Bergoglio, agora sou Francisco*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAIGHT, Roger. *O futuro da cristologia*. São Paulo: Paulinas, 2008.

IVEREIGH, Auesten. *The great reformer: Francis and the making of a radical Pope*. New York: Picador, 2015.

JOÃO XXIII, Papa. *Discurso de abertura do Concílio Vaticano II*, em 11 de outubro de 1962. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em 28/03/2021.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta apostólica Dives in Misericordia*. 10.ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. *Carta apostólica Salvifici Doloris: o sentido do sofrimento cristão*. São Paulo: Paulinas, 1984.

- _____. Exortação apostólica *Christifideles Laici*. 12.ed. São Paulo: Paulinas, 2004.
- _____. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in América*. São Paulo: Paulinas, 1999
- KASPER, Walter. *A Igreja Católica: essência, realidade, missão*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- _____. *A misericórdia*. Condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2015a.
- _____. *El papa Francisco*. Revolución de la ternura y el amor: raíces teológicas y perspectivas patorales. 2.ed. Maliaño: Sal Terrae, 2015b.
- KEHL, Medard. *A Igreja: uma eclesiologia católica*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2020.
- KONINGS, Johan; MAZZAROLO, Isidoro. Lucas. *Evangelho da graça e da misericórdia*. Comentário-paráfrase. São Paulo: Loyola, 2016.
- KUZMA, Cesar. *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2009.
- LENAERS, Roger. *Outro cristianismo é possível: a fé em linguagem moderna*. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- LOYOLA, Santo Inácio de. *Exercícios espirituais*. 11.ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *Olhando para o futuro: prospectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina*. São Paulo: Loyola, 2003.

LUBAC, Henri de. *Meditación sobre la Iglesia*. Madrid: Encuentro, 2015.

MANZATTO, Antonio. *Jesus Cristo* (coleção Teologia do Papa Francisco). 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2019.

MANZINI, Rosana. *Tempo e temas de Francisco*. Anais Colóquio FAJE: a conversão pastoral da Igreja em tempos de conversão. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo&Patr%C3%ADcia/Downloads/3642-Texto%20do%20artigo-12162-1-10-20161228.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MENDONÇA, José Tolentino. *A mística do instante*. O tempo e a promessa. 4.reimp., São Paulo: Paulinas, 2018.

_____. *Elogio da sede*. São Paulo: Paulinas, 2018.

MERTON, Thomas. *O clima da misericórdia*. In: *Palavras de Misericórdia*. Vários autores. Aparecida: Santuário, 2004, p. 31-57.

MESTERS, Carlos. *Vai! Eu estou contigo*: vocação e compromisso à luz da Palavra de Deus. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

MICHAELIS, Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em transformação*: razões atuais e perspectivas futuras. São Paulo: Paulinas, 2019.

_____. *A Igreja que somos nós*. 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. *A reforma de Francisco*: fundamentos teológicos. São Paulo: Paulinas, 2018.

_____. *Recordações da minha fé*. 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2021.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MUÑOZ, Ronaldo. *A opção pelos pobres como expressão da autenticidade da missão*. In: AMERINDIA; BRIGHENTTI, Agenor; HERMANO, Rosario (Organizadores). *A missão em debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 99-115.

MURAD, Afonso. *O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica*. Disponível em: file:///C:/Users/Eduardo&Patr%C3%ADcia/Downloads/Artigo%20MUrad.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

NOLAN, Albert. *Jesus hoje*: uma espiritualidade de liberdade radical. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

NOTÍCIA do site Aleteia sobre a instalação de chuveiros para moradores de rua no Vaticano. Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2014/11/13/papa-manda-instalar-chuveiros-para-moradores-de-rua/>. Acesso em 28/03/2021.

OLIVEIRA, Antonio Edson Bantim. *O compromisso missionário como imperativo moral na eclesiologia de Francisco*. In: MILLEN, Maria Inês; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *O imperativo ético da misericórdia*. Aparecida: Santuário, 2016, p. 275-301.

O`MALLEY, John W. *O que aconteceu no Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2014.

PAGOLA, José Antonio. *Caminhos de evangelização*. Petrópolis: Vozes, 2020.

_____. *Recuperar o projeto de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 2019.

PALAVRAS do Papa Francisco no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2013.

PANAZZOLO, João. *Missão para todos: introdução à missiologia.* 2.ed. São Paulo: Paulus, 2019.

PASSOS, João Décio. *A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões.* 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

_____. *As reformas da Igreja entre a instituição e o carisma.* In: FIGUEIRA, Eulálio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). *Uma Igreja de portas abertas: nos caminhos do papa Francisco.* São Paulo: Paulinas, 2017, p. 137-154.

_____. *Da periferia para o centro: a influência das Igrejas do Sul na nova conjuntura eclesial.* In: BRIGHENTI, Agenor (Org.). *Os ventos sopram do sul: o Papa Francisco e a nova conjuntura eclesial.* São Paulo: Paulinas, 2019, p. 21-57.

PAULO VI, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Nutiandi.* 13.ed. São Paulo: Paulinas, 1976.

POLITI, Marco. *Francisco entre os lobos: o segredo de uma revolução.* Lisboa: texto&grafia, 2014.

QUEVEDO, Luís González. *O novo rosto da Igreja:* Papa Francisco. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

RAHNER, Karl. *Elogio da misericórdia.* In: *Palavras de Misericórdia.* Vários autores. Aparecida: Santuário, 2004, p. 71-82.

_____. *Por que razão nos deixa Deus sofrer?* Braga: Franciscana, 2011.

_____. *Teologia da liberdade.* Caxias do Sul: Paulinas, 1970.

REPOLE, Roberto. *O sonho de uma Igreja evangélica. A eclesiología do Papa Francisco*. Brasília: CNBB, 2018.

RIVAS, Eugenio. *A alegria como estilo da tarefa fundamental de anunciar o Evangelho: a propósito da Gaudete et Exsultate*. Convergência, Brasília, n. 520, p. 35-46, abril. 2019.

RIVAS, Eugenio; TAVARES, Sinivaldo S. *A perene e irrenunciável tarefa de uma teologia libertadora. Perspectiva Teológica: teologia e libertação*. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 223-228, Mai./Ago. 2016.

SANCHEZ, Wagner Lopes. *Francisco e o desafio cultural eclesial dominante*. In: FIGUEIRA, Eulálio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). *Uma Igreja de Portas Abertas: nos caminhos do Papa Francisco*. São Paulo: Paulinas, 2016.

SENIOR, Donald; STUHLMUELLER, Carroll. *Os Fundamentos Bíblicos da Missão*. Santo André: Academia Cristã; Paulus, 2010.

SESBOÜE, Bernard. *Pensar e viver a fé no terceiro milênio: convite aos homens e mulheres do nosso tempo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999.

SOBRINO, Jon. *A misericórdia*. Petrópolis: Vozes, 2020.

_____. *Fora dos pobres não há salvação: pequenos ensaios utópico-proféticos*. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. *O estilo de Jesus como paradigma da missão*. In: AMERINDIA; BRIGHENTTI, Agenor; HERMANO, Rosario (Organizadores). *A missão em debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 71-85.

- _____. *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- STORNILO, Ivo. *O Evangelho de Lucas: os pobres constroem a nova história*. São Paulo: Paulus, 1992.
- SUESS, Paulo. *Introdução à Teologia da Missão*. Convocar e enviar: servos e testemunhas do Reino. 4.ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SUNG, Jung Mo. *Cristianismo de libertação: espiritualidade e luta social*. São Paulo: Paulus, 2008.
- TABORDA, Francisco. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2011.
- TAVARES, Sinivaldo S. *Jesus parábola de Deus: cristologia narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- THEOBALD, Christoph. *Transmitir um Evangelho de liberdade*. São Paulo: Loyola, 2009.
- TRIGO, Pedro. *Papa Francisco: expressão atualizada do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 2019.
- VALLARINO, José María. *La Misericordia de Jesús en sus gestos y actitudes*. Buenos Aires: Agape, 2015.
- VITÓRIO, Jaldemir. *Lendo o Evangelho segundo Mateus: o caminho do discipulado do Reino*. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- WERBICK, Jürgen. *Doutrina da Trindade*. In: Schneider, Theodor (Org.). *Manual de Dogmática*. Volume II. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 429-511.
- ZANON, Darlei. *Para ler o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2012.